



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ROBERTO GONDIM PIRES**

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA BAHIA:**  
***O PERCURSO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL***

**SALVADOR**  
**2007**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**ROBERTO GONDIM PIRES**

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA BAHIA:  
*O PERCURSO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura.

**SALVADOR  
2007**

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Dissertação por processos fotocopiadores ou eletrônicos.

Ass.: \_\_\_\_\_ Salvador, 13 de Dezembro de 2007.

P747 Pires, Roberto Gondim

História da Educação Física na Bahia: O percurso da formação Profissional / Roberto Gondim Pires: Salvador, 2007. 154p.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia / Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007.

Orientador: Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura.

1.História. 2.Educação Física 3.Formação Profissional.  
I. Título.

CDD – 796.42

## TERMO DE APROVAÇÃO

**ROBERTO GONDIM PIRES**

### **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA BAHIA: *O PERCURSO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL***

Tese aprovada como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação do Curso de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

---

**Edivaldo Machado Boaventura** - Orientador

Doutor em Administração Educacional, Universidade do Estado da Pensilvânia.  
Universidade Federal da Bahia.

---

**Augusto César Rios Leiro**

Doutor em Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA).  
Universidade Federal da Bahia.  
Universidade do Estado da Bahia.

---

**Ivan Luís Novaes**

Doutor em Educação, Universidade Shebroke – Canadá.  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)  
Faculdade Rui Barbosa.

---

**Lino Castellani Filho**

Doutor em Educação, Universidade de Campinas – UNICAMP  
Universidade de Campinas

---

**Sara Martha Dick**

Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia – UFBA  
Universidade Federal da Bahia

Salvador, 13 de dezembro de 2007.

**Peço licença às mulheres de minha vida para fazer uma dedicatória aos homens de minha vida.**

*A **Edvaldo**, painho, que partiu no transcurso da elaboração desta tese, sabendo que esta sensação de vitória que agora sinto com a conclusão da mesma teria um significado diferente para ele. Com toda certeza, ele atribuiria muito mais valor do que em todas as vitórias que já obtive. Isto porque sua torcida pelo nosso sucesso foi sempre muito grande.*

***Painho**, sei que estás vibrando no céu, pois sabes que tens uma parcela bastante significativa em minha formação. SAUDADES!!!*

*A **Gabriel**, meu filho, meu nego, com toda a certeza a presença mais viva de Deus em minha vida. Esta minha busca constante de conhecimento precisa significar algo mais do que produção acadêmica, deve apontar condições mais dignas de vida para a tua geração, TE AMO!!!*

## AGRADECIMENTOS

- ☞ À minha mãe, mainha, fiz-me em seu colo, fruto das sombras de sua ternura, mas também de sua bravura, de mulher e educadora, e da luz do seu sorriso. A você todas as minhas vitórias.
- ☞ À Vinha, minha esposa, que soube e sabe compreender as exigências desta atribulada vida acadêmica, mas que sempre esteve e está presente trazendo alguns dos elementos necessários para o bom êxito deste trabalho; amor, alegria e amizade.
- ☞ À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, não só pela oportunidade de realização deste trabalho, mas principalmente por possibilitar-me trilhar esta propalada vida acadêmica.
- ☞ Ao Departamento de Saúde da UESB, pois sem dúvida minha formação acadêmica e continuada está vinculada aos debates e embates propiciados por este órgão.
- ☞ Ao Programa de Estudos Pós-graduados em Educação da UFBA, pela oportunidade de realização deste curso de tamanha envergadura.
- ☞ Ao Prof. Dr. Edivaldo Boaventura, pela dedicação, seriedade e incentivo dado a todos os profissionais de Educação Física que tem buscado a possibilidade de ampliar seus conhecimentos, e especialmente pela orientação deste trabalho, e também pela sua gentileza e sensibilidade, demonstrando que a produção acadêmica pode existir com elementos que dignificam a nossa vida: amor, respeito e honestidade.
- ☞ A minha amiga Célia Tanajura pela presteza com que sempre me tratou e pelo apoio dispensado no processo seletivo deste curso.
- ☞ A minha amiga Gleide Magali, pela presença de sua amizade e pelo apoio aos desafios por mim assumidos, desde a Direção do Departamento de Saúde da UESB.
- ☞ Ao Mestre, Professor e grande amigo Bahia, pelo seu carinho, dedicação e incentivo desde a graduação, tudo que dissesse neste momento seria pouco para expressar a minha admiração e gratidão pelo que hoje represento.
- ☞ Ao Prof. Alcir Ferraro, pelo muito que fez pela Educação Física na Bahia, e pela total colaboração dada, para que este trabalho se tornasse realidade.
- ☞ A todos os entrevistados, todos aqueles que não entrevistei, e muitos que nem mesmo sei quem são, mas que tem sua parcela de contribuição na construção da Educação Física baiana.
- ☞ À Nádia, secretária do Programa, pela paciência e carinho com que sempre me tratou.

- ☞ A todos os Professores do Programa de Pós-graduação em Educação da UFBA, pelo apoio incondicional.
- ☞ A Danilo e Kiko, que, na condição de monitor e amigo, foi solidário e partilhou esse esforço de forma coletiva com muita dignidade e carinho.
- ☞ Aos meus irmãos (Vânia, Álvaro, Antônia, Aurélio e Thiago) pelo apoio que deram, de diferentes formas e em diferentes momentos, a realização deste curso.
- ☞ A minha mais nova família, A DIREC 13, pelo acolhimento e pela possibilidade de materializar alguns dos fundamentos deste curso que ora concluo.
- ☞ Aos meus amigos Sérgio, Júnior, Nanri, Rogério Tosta, Tâmara, Danilo, Edvaldo, Wellington, Dedé, Janaína pela certeza do apoio.
- ☞ A família Mesquita Mendes pela torcida, admiração e apoio incondicional.
- ☞ Aos amigos de Salvador, Carla, Dani, Meia, Loura, Luciene, D. Lúcia, Tom, pela certeza da torcida e pelo carinho dispensado a minha família.
- ☞ Aos meus colegas do Curso de Educação Física da UESB, tenho a certeza que esta será a primeira de tantas outras Teses de nosso Curso.
- ☞ Aos professores César Leiro e Ivan Novaes pelo apoio dado desde a qualificação deste trabalho.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar a trajetória da formação profissional em Educação Física na Bahia, procurando recuperar uma das possíveis histórias desta área de conhecimento neste Estado. A razão que nos motivou a mergulhar nesta temática foi a necessidade de produzir fontes que pelo menos em determinado aspecto, registre e guarde a memória desta área do saber no Estado da Bahia. A investigação tem como eixo central de discussão perceber as influências que os Cursos Superiores de Educação Física sofreram nas suas implementações, a que demandas respondiam e sob que objetivos foram idealizados, assim como, de que forma se articularam na organização e desenvolvimento da Educação Física na Bahia. Com o fim de analisar a trajetória da Formação Profissional da Educação Física na Bahia, buscamos, a partir de uma opção metodológica pautada na pesquisa histórica, utilizar fontes documentais, além de realizar entrevistas com atores desta temática, visando promover relações mais estreitas entre a memória dos entrevistados com outras fontes documentais. Por fim, procuramos sistematizar informações que de alguma forma preencham as lacunas existentes na História da Educação brasileira e, por consequência, existentes também na História da Educação baiana e da Educação Física brasileira e baiana. Foi possível perceber a existência de três períodos distintos no percurso da Formação profissional da área, quais sejam: O Curso da Universidade Católica como irradiador da Formação em Educação Física na Bahia, a partir de um referencial específico de formação; o Curso da Universidade Federal da Bahia como um instrumento de mudança no perfil da formação e os Cursos das Universidades Estaduais como responsáveis pela interiorização do processo de formação em Educação Física na Bahia.

Palavras-chave: História, Educação Física, Formação Profissional.

## ABSTRACT

The present research has the main objective to analyze the trajectory of the professional formation in Physical Education in the Bahia, being looked for recouping one of possible histories of this area of knowledge in this State. The reason that motivated us to dive in this thematic one was the necessity to produce sources that at least in determined aspect, register and keep the memory of this area of knowing in the State of the Bahia. The intended inquiry has as central axle of quarrel to perceive the influences that the Superior Courses of Physical Education in the Bahia had suffered in its implementations, the one that demands answered and under that objective had been idealized, as well as, of that forms if they had articulated in the organization and development of the Physical Education in the Bahia. With the purpose to analyze the trajectory of the Professional Formation of the Physical Education in the Bahia, we will search for, from a methodology option in the historical research, to use documentary sources, besides carrying through interviews with actors of this thematic one, aiming at to promote narrower relations between the memory of the interviewed ones and other documentary sources. Finally, we wait to systemize informations that of some form also fill in the existing gaps in the History of Brazilian Education and, for consequence, existing in the History of the bahian Education and the Brazilian and bahian Physical Education. It was possible to perceive the existence of three distinct periods in the way of the professional formation of this area, which are: The Course of the Catholic University as the first institution of the Formation in Physical Education in the State of Bahia, with a referencial specify of formation; the Course of the Federal University of the Bahia as an instrument of change in the profile of the formation's process and the Courses of the State Universities as responsible for the internalization of the process of formation in Physical Education in Bahia.

Key-words: History, Physical Education, Professional Formation.

## SUMÁRIO

<b>TESE UM MOMENTO DE VIDA .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO OBJETO DE ESTUDO .....</b>	<b>16</b>
1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVO DO ESTUDO .....	16
1.2 A JUSTIFICATIVA DO ESTUDO .....	18
1.3 PESQUISA HISTÓRICA E EDUCAÇÃO FÍSICA .....	20
1.4 OPÇÃO METODOLÓGICA .....	25
1.5 ESTRUTURA DA TESE .....	31
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL .....</b>	<b>33</b>
2.1 ANTECEDENTES .....	33
2.2 AS PRIMEIRAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO BRASIL .....	38
2.3 A ESCOLA PADRÃO .....	41
2.4 A REVISÃO DO CURRÍCULO EM EDUCAÇÃO FÍSICA .....	45
2.5 A HORA E VEZ DO CURRÍCULO MÍNIMO .....	46
2.6 LICENCIATURA E BACHARELADO.....	48
2.7 AS ATUAIS DIRETRIZES CURRICULARES .....	50
2.8 A ARENA DE CONFLITOS .....	51
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA BAHIA .....</b>	<b>56</b>
3.1 ANTECEDENTES .....	57
3.2 PROJETOS DE CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA .....	63
3.3 O PRIMEIRO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA BAHIA .....	66
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>O CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFBA .....</b>	<b>79</b>
4.1 DA HISTÓRIA CONTADA AO INÍCIO DA HISTÓRIA .....	79
4.2 CONQUISTA HISTÓRICA COM DESENCONTROS PEDAGÓGICOS .....	88
<b>CAPÍTULO 5</b>	
<b>A EXPANSÃO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA BAHIA .....</b>	<b>99</b>
5.1 A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA BAHIA: DESTAQUE AO PAPEL DA UNIVERSIDADES ESTADUAIS BAIANAS .....	100
<b>EPÍLOGO.....</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>118</b>

## TESE UM MOMENTO DE VIDA

*Toda pessoa sempre é a marca das lições diárias de outras tantas pessoas*

**Gonzaguinha**

*Ninguém nasce feito: é experimentando-nos no mundo que nos fazemos*

**Paulo Freire**

Trazer no primeiro momento deste trabalho um pensamento do professor Paulo Freire, não é por acaso, é sem dúvida acreditar que não se pode separar o homem do mundo e como ele mesmo diz: “A história não existe só no homem ou só no mundo. A história não existe sem os dois: homem e mundo”.

O autor nos diz ainda que a história não pode existir sem o homem e o mundo porque, na sua visão, a história não é um processo mecanicista no qual os homens são meras incidências dos fatos nem o resultado de puras idéias de alguns homens forjados em sua consciência. Pelo contrário, a história, como tempo dos acontecimentos humanos, é feita pelos homens ao mesmo tempo em que os homens se vão fazendo nela. Essas reflexões sugeridas pelo professor Paulo Freire foram fundamentais para a minha opção de iniciar este estudo contando um pouco da minha trajetória no mundo da educação. Trazendo as dialogizações dialéticas estabelecidas entre o homem e a realidade, que segundo ele: o conhecimento pouco a pouco, vai levando o homem a perceber a realidade nas suas diversas formas solidariamente.

Justificada a opção por essa forma de apresentação do trabalho e de onde partiu historicamente toda a minha inquietação, fruto da minha consciência de ser incompleto e inconcluso, convido o leitor a uma rápida imersão na trajetória dessa incompletude, na ânsia de saber: quem eu sou? De onde venho? Como cheguei até aqui? Onde posso chegar?

A idéia de discutir a História da Educação Física na Bahia e as tramas que subjazem a esse processo, refletindo diretamente na constituição do seu campo neste Estado, surge, no bojo de discussões desenvolvidas desde a graduação, mas fundamentalmente durante a minha investigação de Mestrado, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Sociedade.

Neste sentido, cumpre-me a difícil tarefa de apresentar em algumas laudas, minha trajetória acadêmico/profissional, algo que por certo demandou não só sacrifícios, desafios, indecisões e incertezas, mas também ganhos e vitórias.

Realizei meu curso de graduação na Universidade Federal da Bahia - UFBA, onde cursei Licenciatura Plena em Educação Física entre os anos de 1990 a 1994. Na verdade, a iniciativa de buscar um curso como Educação Física, deu-se por uma vivência desportiva anterior. Até então, meu objetivo principal era perceber e aprender no curso as mais variadas técnicas e táticas dos desportos, além de fundamentar-me sobre os elementos constitutivos da preparação física; com isso, pensava eu, estaria habilitado a ser um bom técnico desportivo.

Para a minha felicidade e também dos meus alunos, encontrei no Curso de Educação Física da UFBA aquilo que não fui buscar. Comecei a ter a compreensão do movimento para além do gesto motor e entender as discussões que envolvem a cultura corporal do movimento.

Importante sublinhar que o período de minha graduação caracterizou-se pelos debates frequentes da área, possibilitados inclusive pelas produções acadêmicas que questionavam mais veementemente o eixo paradigmático da atividade física (Taffarel, Castellani, Medina, Giraldelli, Apolônio, entre outros).

Durante a minha graduação, procurei ter várias experiências em estágios não curriculares nas mais diversas áreas (clubes, academias, avaliação funcional, eventos esportivos, escolas de ensino fundamental e médio, entre outros), buscando descartar aquelas áreas com as quais não me identificava e não eram condizentes com o meu projeto histórico, mais pela experiência e não pelo preconceito.

Após a conclusão do meu curso de graduação retornei para Jequié com vários projetos e idéias que não chegaram a bom termo, um pouco pela resistência daqueles que atuavam e atuam na área da Educação Física da cidade e região, outro tanto pela inexperiência e imaturidade daquele que quis fazer “revolução por um dia”. Atuei no ano de 1995 no Centro Educacional Ministro Spínola - escola particular de ensino fundamental e médio e em escolinhas desportivas no Ginásio de Esporte estadual, além de trabalhar com avaliação funcional em academia.

No ano de 1996, recebi um convite para retornar a Salvador e trabalhar no Colégio Sartre. Vi neste convite uma oportunidade de aproximar-me novamente da Universidade, no sentido de burilar meus projetos, buscando outras formas de implementá-los. Aceitei de pronto o convite, retornei a Salvador, tive uma nova aproximação com a UFBA. Nesta época, tive a oportunidade de passar na seleção para professor substituto da Escola Técnica Federal da Bahia, onde atuei por seis meses.

No mesmo ano de 1996, foi aberto o edital de Concurso Público para professor auxiliar para Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Campus de Jequié. Como já estava convencido de que o meu projeto profissional era para ser desenvolvido em Jequié, pois desejava servir ao meu torrão, não tive dúvidas, inscrevi-me, preparei-me e participei do processo, obtendo aprovação e, em julho de 1996, tive a honra de ser convocado pela UESB para integrar o seu quadro de docentes.

Sou professor da UESB há onze anos. Sempre em regime de dedicação exclusiva, o que significa dizer, que neste período dediquei a integralidade de minha capacidade profissional exclusivamente à Universidade pública, procurando cumprir rigorosamente o papel que entendo ser inerente e inalienável à figura do professor de ensino superior.

Pois bem, ingressei na UESB com a função de ministrar as disciplinas de prática desportiva (na época obrigatória para todos os cursos de graduação), tinha plena consciência do que motivara a sua implementação nas universidades brasileiras a partir da Reforma Universitária de 1968: desmobilização dos estudantes; e via aí uma grande oportunidade de caminhar na contramão dos objetivos elencados em 1968.

No ano de 1997 foi implantado o curso de Licenciatura Plena em Educação Física da UESB, fui vice-coordenador da equipe de implantação e posteriormente vice-coordenador do Colegiado de Curso, ao tempo em que, junto com outros atores, pensávamos e materializávamos o primeiro curso de especialização em Educação Física em uma Universidade pública.

Ao longo da existência do Curso de Licenciatura Plena de Educação Física da UESB, ministrei disciplinas ligadas à área da História e do Lazer, assim como, disciplinas ligadas às pesquisas de final de curso dos discentes. Neste sentido, lecionei as seguintes disciplinas: História da Educação Física, Metodologia do Voleibol, Recreação e Lazer, Estágio Supervisionado III (Lazer), Seminário I e Seminário II. Dentre as principais atividades, gostaria de destacar as ações de pesquisa desenvolvidas na disciplina Recreação e Lazer que culminou com dois trabalhos: um realizado no Conjunto Penal de Jequié e outro em três prostíbulos desta cidade, cujos resumos foram apresentados no Encontro Nacional de Recreação e Lazer em Natal (RN) e as ações desenvolvidas na disciplina Estágio Supervisionado III, onde realizamos um estágio de vivência no assentamento do Movimento dos Sem Terra, MST, em Vitória da Conquista/BA (Amaralina), cujo resultado também culminou com uma publicação nos anais do I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária

em João Pessoa, no ano de 2002, sob o título “Assentando o lazer: o estágio supervisionado de lazer como uma forma de atividade de extensão”.

Tive a honra (SIM, isso muito me honra) de algumas vezes merecer o convite e ser homenageado por formandos em Educação Física e Fisioterapia como paraninfo e como patrono das turmas. Parece-me ser uma das homenagens das mais significativas, pois representa um reconhecimento pelo nosso compromisso com os alunos, com a área e com a Universidade.

Em julho de 1998, concorri a uma vaga no Curso de Mestrado Interinstitucional em Educação que foi realizado por meio de convênio assinado entre UESB/PUC-SP, a fim de investigar aspectos mais aprofundados sobre a história da Educação Física na Bahia, já que neste Estado quase não há estudos históricos relativos à Educação Física, e isso, sem dúvida, parecia-me uma grande lacuna.

Os meus estudos de Mestrado, realizados entre agosto de 1998 a dezembro de 2000, possibilitaram-me fazer um estudo histórico da Educação Física na Bahia, com a dissertação sob o título: *A Influência da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (Rio de Janeiro) no desenvolvimento da Educação Física da Bahia, décadas de 1940 – 1970*. É importante que se diga que não existiu de nossa parte a pretensão de reconstruir exaustivamente uma trajetória, ou muito menos de esgotar as possibilidades de escrita da história sobre o assunto (aliás, missão quase impossível). O intuito do trabalho não foi o de contar *A história da Educação Física na Bahia*, mas, perceber mudanças, diferenças e continuidade nos discursos e na prática no tocante a influência da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) na Bahia, bem como procuramos analisar acontecimentos que marcaram uma época e contribuíram para outros acontecimentos representativos posteriores.

À medida que me aproximava das referências teóricas do Curso de Mestrado, ia tendo a noção exata de que debater história não é estabelecer certezas, mas é, sobretudo, reduzir o campo das incertezas, não é dizer tudo sobre uma determinada realidade ou objeto, mas explicar o que nesses é fundamental, pois todas as nossas conclusões devem ser entendidas como provisórias, pois podem ser aprofundadas e revistas por trabalhos posteriores.

Enfim, começava a perceber que o estudo que debruce sobre a história deve passar por uma compreensão de que estamos a falar dos homens e das mulheres e suas construções

sociais, da sua atuação na sociedade, compreender antes de tudo que o homem e a mulher teve e tem uma atuação concreta.

Após a conclusão dos créditos teóricos do Curso de Mestrado realizados em São Paulo, retornei à Bahia, Jequié, e a pedido dos meus pares assumi a Coordenação do Colegiado do Curso de Educação Física da UESB, e como marca da gestão destacamos a elaboração do processo que em 13 de junho de 2003 redundou no reconhecimento do Curso pelo Conselho Estadual de Educação. Implementamos outras ações à frente do Colegiado como: elaboração do projeto do primeiro Curso de Especialização em Educação Física em Universidade pública da Bahia, com consultoria do professor Fernando Reis do Espírito Santo (UFBA); aprovamos e desenvolvemos um projeto de pesquisa institucional sob o título: O Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da UESB: perspectivas para a reformulação curricular. Na verdade, tratou-se de uma pesquisa-ação que procurou contemplar a participação de todos que direta ou indiretamente estão envolvidos com o curso. Esta pesquisa, sem dúvida, continua dando as bases para pensarmos a reforma curricular do nosso curso.

Estivemos envolvidos também, ao longo de nossa trajetória na UESB, com Projetos de Extensão Institucional, coordenando treze desses projetos. Orientei e oriento monografias de final de curso de graduação e pós-graduação, especificamente nas áreas da História e do Lazer; participo regularmente dos encontros científicos da área, mantendo regularidade de publicação em periódicos; procuramos participar dos programas de bolsas de monitorias institucionais, possibilitando desta forma aos alunos uma vivência acadêmica na perspectiva do ensino; participamos do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino de Educação Física, no qual procuramos investigar as relações entre o Lazer e a Formação Profissional na Bahia; estamos vinculados a dois grupos de pesquisa no CNPq sendo um dos grupos na linha da Educação.

No ano de 2000, participei ativamente da greve geral dos professores das universidades estaduais e, em dezembro daquele mesmo ano, fui eleito Diretor Sindical da Associação de Docentes da UESB, para o biênio 2000/2002, estes anos não só foram importantes como necessários para a minha compreensão geral do movimento docente, e suas formas de articulação interna e externa. Notadamente destacaríamos a nossa participação na articulação feita para elaboração do novo Estatuto do Magistério Superior da Bahia.

Ocupei o tão honroso como desafiador cargo de Diretor do Departamento de Saúde da UESB, maior Colegiado setorial da UESB, espaço que no momento contava com 103

professores, 03 cursos de graduação (Enfermagem, Fisioterapia e Educação Física), 13 projetos de pesquisa institucional, 14 projetos de extensão, 01 PQI – Programa de Qualificação Institucional – UESB/ Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e 03 Cursos de Especialização dentre outras atividades.

Em plena elaboração desta Tese e com a mudança do governo Estadual, rompendo um período, a nosso juízo, de descaso e desmando, sobretudo na educação, um novo desafio se apresentou para mim, nada mais, nada menos, do que ser convidado a assumir a Diretoria Regional de Educação com sede no município de Jequié, Diretoria esta que comporta vinte e cinco municípios em sua jurisdição e aglutina setenta e oito escola sob sua responsabilidade, a tarefa sem dúvida é árdua, mas o desejo de realização é ainda maior.

Termino essa apresentação com a impressão de que ela tem um ar de memorial, mas acho que não poderia ser outra a intenção do que me move a fazer essa pesquisa. Ao reler essa apresentação ou memorial como queiram, sinto que este estudo guarda coerência com a minha trajetória acadêmica e profissional fazendo uma interface com a minha história de vida que certamente teve um papel fundamental no que construí até agora, e no que se apresenta para amanhã ou depois de amanhã. Espero. Afinal continuo acreditando que “ninguém nasce feito”.

## CAPÍTULO 1

### A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO OBJETO DE ESTUDO

#### 1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVO DO ESTUDO

Este estudo insere-se no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, em nível de Doutorado, da Universidade Federal da Bahia, tendo como campo de pesquisa: história da Educação Física na Bahia; história de instituição de nível superior; história da disciplina e formação profissional. Traz no seu bojo a perspectiva de contribuir com a pesquisa histórica da Educação Física brasileira, mais especificamente no Estado da Bahia, entendendo a relevância que possui para esta área de conhecimento e particularmente para o desenvolvimento da historiografia da Educação Física brasileira. Dando, assim, continuidade aos estudos já iniciados no mestrado em Educação, cuja temática se assemelha e se prolonga, do ponto de vista temporal.

A presente pesquisa pretende fazer um estudo histórico da Educação Física na Bahia, com recorte temporal da década de 1970 até os dias atuais (2006), período de existência de Cursos Superiores de Educação Física na Bahia. Ademais, embora o período proposto para o estudo possa parecer largo e amplo, não existe de nossa parte a pretensão de reconstruir exaustivamente uma trajetória, ou muito menos de esgotar as possibilidades de escrita da história sobre o assunto.

Portanto, a pesquisa tem em sua essência, além da necessidade de identificar a trajetória da Formação Profissional em Educação Física na Bahia, a inserção de outras vozes, de outros atores e autores na historiografia local, tendo como ponto de partida a participação direta ou indireta em momentos que conduziram e produziram uma visão sobre esse assunto.

Neste sentido, o problema central desta pesquisa é: Qual a trajetória da formação profissional em Educação Física na Bahia?

Desse modo, o intuito deste trabalho não é o de contar a história da Educação Física na Bahia, mas sim de examinar certos aspectos que nos animam no momento; enfim, este estudo tem como objetivo conhecer e analisar a trajetória da formação profissional em Educação Física na Bahia.

Saliento inicialmente que debater história não é estabelecer certezas, mas sobretudo, reduzir o campo das incertezas, não é dizer tudo sobre uma determinada realidade ou objeto, mas explicar o que nesses é fundamental, pois todas as nossas conclusões devem ser consideradas como provisórias, porque podem ser aprofundadas e revistas por trabalhos posteriores. Enfim, precisamos acreditar e saber que a história ao mesmo tempo que nos ajuda a explicar a realidade, pode nos ajudar a transformá-la.

Portanto debruçar sobre o estudo histórico é ter uma preocupação explícita com a verdade, pois, como afirma Borges (1993), desde que um homem ou mulher assumem atitude de historiador ou historiadora, tem que esquecer todas as considerações, como o amor aos amigos e o ódio aos inimigos, pois a história da qual foi retirada a verdade nada mais é do que um conto sem proveito.

Neste sentido, defendemos a idéia que a compreensão de história deve estar vinculada a percepção de falar dos homens e mulheres e suas construções sociais, da sua atuação na sociedade, compreender antes de tudo que o homem e a mulher teve/tem uma atuação concreta. Desta forma, concordamos com Certeau (2000) quando ele afirma que a história deve ser uma prática social e que, devem ser condenados as posições que, confundem ciência histórica e empenho político, é legítimo observar que a leitura da história do mundo se articula sobre a vontade de transformá-lo. Enfim a história deve ser uma ciência da mutação e da explicação da mudança.

Assim, pretendemos analisar, à luz das fontes documentais disponíveis, bem como dos Depoimentos dos professores e dirigentes de Cursos Superiores de Educação Física na Bahia os ambientes em que os referidos cursos foram implementados, destacando as ações mais efetivas na implementação de projetos definidores na organização e reorganização das diretrizes de políticas de Educação Física, Esporte e Lazer para o Estado da Bahia, bem como a que demandas respondiam.

Enfim, esperamos ampliar o espectro de compreensão acerca dos interesses, motivos, âmbitos determinantes das mudanças de eixo na formação profissional em Educação Física na Bahia. Colocamo-nos o desafio de reconstruir uma das possíveis histórias da Educação Física baiana, pois entendemos que, para a melhor compreensão de nosso momento atual, faz-se mister o estudo e a compreensão da sua gênese, a busca de nossas raízes.

O estudo de Pires (2001), o qual trataremos a seguir, de alguma forma desvela a forte influência sofrida pela primeira Escola de Educação Física da Bahia, Universidade Católica

do Salvador, pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) primeira Escola de Educação Física civil do Brasil vinculada à uma Universidade, Universidade do Brasil, contudo criada sob a influência e ambiente militar. Essa Escola (ENEFD) desempenhou um determinante papel na formação profissional da Educação Física brasileira, sendo na época considerada como Escola Padrão da Educação Física no Brasil. A ENEFD interferia diretamente em seus alunos, muitos dos quais na qualidade de bolsistas, que, ao voltarem aos seus Estados, divulgaram o conhecimento adquirido e auxiliaram na organização da Educação Física.

Pires (2001, p.78) conclui seu trabalho dizendo: “a influência da ENEFD na organização e desenvolvimento na Educação Física baiana foi marcante e está identificada. Agora, se tudo isto ainda está refletido na prática é assunto para outras pesquisas”.

Continuamos a acreditar que existem outras histórias, outros sujeitos, outros atores e autores dentro de nossa temática, que ainda estão ocultos dentro desta historiografia ou passam despercebidos como coadjuvantes.

Enfim, avaliamos que muito se tem a fazer e a sistematizar sobre a história da Educação Física na Bahia, e, sob meu olhar, este estudo, não encerra nada, ele talvez inaugure uma possibilidade de se fazer outras investigações, que discuta, estas e outras questões em sentidos diversos.

## 1.2 A JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A pesquisa histórica na Educação Física brasileira tem experimentado, nos últimos anos, algo que até bem pouco tempo atrás era difícil de se imaginar. Observa-se hoje, tanto quantitativa, quanto qualitativamente, um volume de produções das mais diferentes temáticas e das mais variadas localidades.

Acreditamos que este salto, que por assim dizer, a Educação Física realizou, foi muito por conta do quadro que começou a se configurar na década de 1980. Escrever sobre história da Educação Física no Brasil torna-se um mecanismo e um meio de refletir sobre as práticas elaboradas no passado, sugerindo novas propostas de atuação profissional no presente. Este período foi marcante sobretudo em função da dita abertura democrática, e em função disso foi um período assinalado pelo desenvolvimento de pesquisa em História da Educação, o que garantiu à História uma maior importância para a área.

Na perspectiva de discussão e elaboração de novas práticas de atuação profissional, já foram realizados vários Encontros Nacionais específicos e lançados vários volumes do livro: Pesquisa histórica na Educação Física brasileira, uma importante obra que, segundo seu organizador, Ferreira Neto (1996), oferece em seu conjunto um panorama da pesquisa histórica no que se refere a objetos, orientações teóricas, fontes, periodização; reunindo num mesmo espaço, parte da produção mais relevante da pesquisa histórica da Educação Física brasileira.

Infelizmente essa preocupação relativa à história da Educação Física, refletida diretamente no aumento da produção científica e nas ações acima levantadas, parece não encontrar muito eco na Bahia, Estado que comporta atualmente vinte e três cursos de formação de professores, mas que não tem privilegiado estudos do ponto de vista histórico. Estes dados por si só justificam a importância e relevância deste estudo, pois, sobretudo, objetiva diminuir a lacuna existente na História da Educação e da Educação Física brasileira e baiana.

A única obra que trata o assunto no Estado da Bahia até o ano de 2001 é a de autoria de Alcyr Naidiro Fraga Ferraro, *A Educação Física na Bahia: memórias de um professor*, publicada no ano de 1991 pelo Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia. Essa obra, embora importante, necessita de outros estudos que discutam seus assuntos em sentidos diversos, porque não garante rigor metodológico de uma pesquisa histórica. Isso de alguma forma deixa uma lacuna no sentido de não preencher as necessidades da demanda oriunda dos cursos de formação que temos atualmente na Bahia.

A outra obra é a dissertação de mestrado de Roberto Gondim Pires (2001) onde o autor procura fazer um estudo histórico da Educação Física na Bahia, com recorte temporal entre as décadas de 1940 a 1970, conforme foi descrito anteriormente. A problemática central do estudo foi identificar a influência da então escola padrão da Educação Física brasileira, ENEFD, na organização e desenvolvimento da Educação Física no Estado da Bahia.

A carência literária a respeito da história da Educação Física na Bahia, bem como a inexistência de arquivos acessíveis e organizados, documentos e registros que retratem e que de alguma forma preserve a memória desta área de saber em nosso Estado, levaram-nos a mergulhar neste tema. Não temos a intenção, em momento algum, de escrever a história definitiva. Temos a clareza de que precisaremos de outros estudos que discutam tal história em sentidos diversos. Nossa pretensão fundamental é a de proceder uma discussão adequada

dentro das características adotadas: uma possível interpretação histórica traçada a partir das fontes elencadas.

Na verdade, estas nossas modestas reflexões encaminham para outras análises, talvez mais aprofundadas da pesquisa histórica, ou seja, porque não se faz pesquisa histórica sobre Educação Física na Bahia? Onde estarão as causas? Na Formação Acadêmica? Por que os pesquisadores não acham importante? O campo de estudos é muito árido e complexo?

Porém, acreditamos que quase tudo está por fazer e tudo é possível. Já não é cedo para pesquisar sobre a história da Educação Física na Bahia, história esta que precisa ser documentada, com os autores e sujeitos sociais que a construíram a partir de suas ações. Segundo Carr (1996) o passado que devemos estudar não é um passado morto, mas um passado que ainda está vivo no presente. Assim se o passado tem determinada relação com a compreensão do presente, o presente também apresenta parâmetros, inferências e injunções que balizam nossa ida ao passado.

Parafraseando Vieira (1998), fazer história como conhecimento é portanto, recuperar a ação dos diferentes grupos que nela atuam, procurando entender os seus papéis numa sociedade que se quer homogênea, mas que na verdade é totalmente heterogênea.

Enfim, temos a perspectiva de fazer uma pesquisa de base, esperamos também com este estudo estar contribuindo mais uma vez com a realização de um desejo e um sonho do professor Alcyr Ferraro que teve a preocupação inicial de escrever sobre a história da Educação Física baiana, satisfazendo o que ele expressou em uma das passagens de seu livro: "se este livro puder servir de ponto de partida para as pesquisas e estudos sobre a Educação Física em nosso Estado, terá alcançado seu objetivo". (1991, p.15)

### 1.3 PESQUISA HISTÓRICA E EDUCAÇÃO FÍSICA

Nos últimos anos, tem sido possível notar um significativo aumento nas produções relativas à história no âmbito da Educação Física brasileira. Depois de um longo período, nutrindo-se exclusivamente dos estudos de Fernando de Azevedo e de Inezil Penna Marinho, estudiosos pioneiros da história da Educação Física e do Esporte no Brasil, verifica-se a partir da década de 1980 um crescente número de iniciativas ligadas a essa temática.

Segundo Victor Mello (1999) a história da pesquisa histórica da Educação Física no Brasil pode ser classificada em três fases.

Na primeira fase podemos considerar que

[...] a produção nacional era pequena, a utilização de livros importados era notável. Destacam-se os livros de Laurentino Lopes Bonorino e colaboradores (1931), primeira publicação específica do gênero escrita no Brasil, e as contribuições de Fernando de Azevedo. (MELO,1999, p. 33).

Mello (1999) aponta que a influência desta fase impregnará os estudos futuros:

[...] a utilização bem restrita de fontes; um caráter militante, a história servindo para provar e legitimar algo já previamente estabelecido irreversivelmente; a preocupação central exacerbada com o levantamento de datas, nomes e fatos; uma história pautada única e exclusivamente na experiência de grandes expoentes; uma história que não busca uma periodização interna, preferindo se vincular a periodização política geral; uma história traçada superficialmente em longos períodos. (p.34).

O próprio conceito de história busca origens da evolução da Educação Física, dentro de uma visão dos acontecimentos históricos que, encarados como um progresso linear, servem para legitimar e explicar plenamente o presente.

A segunda fase, como afirma Mello (1999), “é marcada pelo início de uma produção e preocupação maior com os estudos históricos, tanto nos aspectos qualitativos quanto nos quantitativos” (p.35).

Destaca-se neste período a obra de Inezil Penna Marinho, que para Mello (1999) se constitui num “dos maiores, senão o maior, estudioso da história da educação física e do esporte no Brasil” (p.35). A obra de Marinho citado por MELLO (1999) “é um exemplo de estudo histórico bem desenvolvido nos padrões da história documental-factual” (p.35), rompe com a fase anterior principalmente na sua compreensão teórica e metodológica. Conforme Mello (1999) o que diferencia substancialmente a obra de Marinho da fase anterior é:

[...] sua preocupação central com a história da Educação Física e do Esporte no Brasil, até então pouco abordada em estudos que preferiam uma abordagem mundial mais ampla; e passam pela sua incrível erudição e preparação teórica, que o leva, por exemplo, a utilização de fontes mais diversificadas: leis, teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e de Pernambuco (além da Faculdade de Direito), livros pioneiros relacionados à área de Educação Física e Esporte, súmulas e resultados de competições esportivas, jornais e outros periódicos, livros sobre a História do Brasil, entre outras. (p. 36).

Contudo, de acordo com Mello (1999) a obra de Marinho não rompe decisivamente com a fase anterior:

[...] a periodização ainda é exterior ao objeto de estudo, isto é, ligada a periodização política nacional; suas obras ainda são um levantamento de datas, fatos e nomes, apresentados seqüencialmente, ano após ano, sem uma preocupação maior com a análise crítica deste material; continua a apresentar uma "história oficial", onde os grandes expoentes recebem lugar de privilégio absoluto. (p.36).

Por conta destas similaridades, Marinho foi alvo de severas críticas por alguns estudiosos que detinham uma outra compreensão teórica. “Entretanto, poucos foram os que buscaram conhecer profundamente a vida e obra de Inezil Penna Marinho, preferindo construir suas críticas em cima de um único livro, que era na verdade um resumo de outra obra de quatro volumes" (MELLO,1999, p.36).

Os seus artigos e discursos publicados nos arquivos da ENEFD estão, segundo Mello (1999), “entre suas obras mais marcantes no campo da História” (p.37) “... Seu discurso por ocasião de sua posse como catedrático da cadeira de História e Organização da Educação Física e Desporto da ENEFD (1958) e também o discurso de paraninfo das turmas da ENEFD de 1953” (p.37). Foram muito marcantes e esclarecedores:

O importante no estudo da história, não é a memorização de fatos e datas, não é a fixação daquilo que os compêndios formalizam e, algumas vezes, até padronizam. Como professor de história desejo suscitar em meus alunos o interesse que os leve à investigação dos fatos, ao aproveitamento das experiências por outros povos, à interpretação consciente dos dados oferecidos à sua razão”. (MARINHO,1958 apud MELLO, 1996, p.37-38).

A terceira fase da pesquisa histórica da Educação Física brasileira para Mello (1999) é caracterizada pela mudança das características dos estudos até então desenvolvidos, “a partir, fundamentalmente, da crítica à obra de Inezil Penna Marinho e como pano de fundo de uma inspiração teórica marxista” (p.39). Neste sentido destaca-se o estudo: *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*, de Lino Castellani Filho, publicado no ano de 1988, hoje ainda, uma das obras mais lidas em nossa área. É importante destacar e neste sentido contextualizar, que esta obra surge bastante influenciada pelas discussões peculiares à Educação Física da década de 1980, portanto muito preocupada em fazer uma crítica ideológica necessária da Educação Física brasileira, revelando a sua trajetória até então desenvolvida.

Este estudo pode ser considerado um marco, uma vez que abre a possibilidade para novas pesquisas sob a orientação da concepção marxista de história, apresenta uma visão panorâmica dos papéis sociais representados pela Educação Física no palco social brasileiro. Este texto, segundo Ferreira Neto (1996), é inovador tanto na abordagem marxista que inaugura na historiografia da Educação Física brasileira, quanto na utilização do uso de fontes.

Embora nesta fase as mudanças e rupturas que levantamos acima tenham sido extremamente significativas, mais notadamente o desvelar dos aspectos ideológicos, orientados pela concepção marxista, Mello (1999) indica que alguns problemas das fases anteriores persistiram, “além de um novo problema ter emergido (ou reemergido): metodologicamente, no que se refere à história, as obras são mais confusas e incompletas” (p.39).

A periodização continua a se submeter a especificidades exteriores ao objeto, além de referendarem uma impressão de continuidade e linearidade sempre tão presente em todas as fases anteriores; a história é entendida como responsável por explicar linearmente o presente, fato agravado por uma compreensão que parte do presente com hipóteses traçadas já basicamente confirmadas, o que praticamente faz forjar no passado os elementos necessários para provar a hipótese inicial; a exasperação da crítica ao caráter documental-factual das obras anteriores findou por muitas vezes no dispensar de datas, fatos e nomes, tão importantes em qualquer estudo historiográfico. (MELLO, 1999, p.39).

De qualquer forma, o caráter panorâmico do trabalho de Castellani Filho (1988) deixou os espaços necessários para outros estudos mais aprofundados sobre determinados períodos, onde já se anuncia uma mudança de postura nos estudos históricos em nossa área, influenciado sobretudo pela mudança de postura das pesquisas na História da Educação brasileira. É nesse particular que surgem as pesquisas de Soares (1994) e Goellner (1992).

Soares (1994) aprofunda a discussão sobre o pensamento médico-higienista como marca registrada do contexto social brasileiro e, inclusive, da Educação Física no período de 1850 a 1930. Já Goellner (1992) percebe uma lacuna ao traçar a trajetória do método francês da instituição militar até a instituição escola, com atenção ao período de 1920 a 1946.

No que se refere a fontes, foram utilizados: livros; artigos; relatório de congressos; atas de reuniões de associações médicas; anais de congressos, entre outras. Quanto à orientação teórica, pode-se dizer que Soares (1994) se manteve na tradição marxista, embora sem fazer referência a alguma fonte específica. Goellner (1992) assume a concepção

materialista da história, preocupando-se em interpretar de como e porque as coisas se passaram de uma maneira e não de outra qualquer.

No debate que se estabeleceu recentemente no campo da Educação Física, tem sido posto em tela um outro modelo, ou poderíamos chamar conforme Mello (1999) um *Novo Movimento* de se construir o conhecimento histórico. Nesta perspectiva podemos situar os estudos de Lima (1980), Bercito (1991), Lima (1992), Paiva (1994), Mello (1996), Grunennvaldt (1997) e Pires (2001) entre outros. Estes estudos têm sua identificação principalmente pela aproximação, claramente assumida pelos sujeitos, em relação às contribuições plurais das ciências sociais para a produção do conhecimento histórico.

Lima (1980) procura através da Educação Física apreender a construção de um projeto de corpo para o homem brasileiro, num tempo (Estado Novo) e no espaço (formas arquiteturais), com destaques para aqueles onde os diferentes segmentos da sociedade passam a se expressar livremente. Para tal fim, assume como referenciais básicos as contribuições de Michel Foucault.

O intento de Bercito (1991) é discutir a proposta de disseminação da Educação Física como prioridade para os aspectos político-ideológicos em 1930 - 1945. O objetivo de Lima (1992) está configurado na busca da compreensão da Educação Física e do desporto no Estado de Goiás no período de 1961 a 1965. Já Paiva (1994) constrói uma história do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, no período de 1978 a 1993, a partir das contribuições sociológicas de Pierre Bourdieu, bem como das aproximações possíveis da Nova História.

Em sua tese de doutoramento, Souza (1994) articula a história do ensino da Educação Física em Belo Horizonte a partir das relações de gênero entre 1897 a 1994. Por sua vez, Mello (1996) recupera uma versão de história da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, com ênfase para o período de 1939 a 1968, como ponto chave do estudo "a perda de status da outrora prestigiosa Escola de formação de professor de Educação Física do Brasil, como conseqüência de uma conjunção de fatores a ela extrínsecos e intrínsecos" (MELLO, 1996, p.8). É um estudo pioneiro sobre a temática, que tem seus méritos na medida em que contempla a diversificação de fontes documentais. O propósito de Grunennvaldt (1997) está em analisar a fundação da ENEFD, para verificar as relações de dependência da Educação Física com a política do Estado Novo e seus protagonistas, os militares, captando os elementos que constituem a essência historicamente construída e suas implicações sobre a Educação Física no Brasil.

Assim, Lima (1980), Paiva (1994), Souza (1994), Mello (1996) e Grunnenvaldt (1997) apresentam com objetividade e clareza, o que e como as categorias de Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Le Goff, Edward Thompson e Antônio Gramsci foram utilizadas, respectivamente, em suas pesquisas. As fontes utilizadas nestes estudos foram diversificadas: além de documentos escritos, foram utilizadas entrevistas (Depoimentos e história de vida) e visuais (fotografias, filmes, capas de revistas).

#### 1.4 OPÇÃO METODOLÓGICA

Trata-se de uma pesquisa histórica, do tipo analítica, caracterizada por uma abordagem qualitativa, visando a investigação de valores, conhecimentos e atitudes acerca do objeto de estudo e sua influência na realidade histórico/social da Educação Física no Estado da Bahia

De acordo com Oliveira (1998) a abordagem qualitativa possui, dentre outras características, a facilidade de poder descrever a complexidade de um determinado problema, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança e permitir, com maior profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes das pessoas.

Nesse sentido, precisamos compreender que:

Uma abordagem metodológica consciente, consistente e adequada é sem dúvida um grande passo para melhorarmos a qualidade de nossa produção historiográfica, afastando, inclusive, a concepção de que um amontoado de datas e fatos agrupados cronologicamente pode ser considerado um bom estudo histórico. (MELLO, 1996).

Compreendendo que durante muitos anos a Educação brasileira e por conseqüência a Educação Física brasileira norteou-se por uma concepção positivista de história, e que a característica de história *acontecimental* esteve sempre em destaque, pretendemos lidar com outra concepção de história, na qual dentre outras coisas tenha um enfoque totalizador do objeto de investigação, na busca não só de aparências mas de todo desenrolar do objeto investigado, buscando conhecer e compreender a realidade como práxis.

O professor Alcyr Ferraro nos faz um balanço no que se refere a arquivos e documentos relacionados à Educação Física na Bahia:

[...] a pobreza de documentos que comprovam os acontecimentos da educação física e do desporto em nosso Estado [...]. Até mesmo o arquivo inativo que existia na antiga superintendência de educação física e nas repartições subsequentes - como o Departamento de Educação Física e a Divisão de Educação Física- teve sua documentação destruída ou extraviada no período em que se instalou no Estádio Otávio Mangabeira. Do exposto, conclui-se que as décadas de 40 a 80 são absolutamente carentes de documentos que atestam os fatos desses períodos, com exceção de informes obtidos nos arquivos de jornais. (FERRARO, 1991, p.13).

Essa afirmativa foi constatada *in loco* quando da realização da nossa pesquisa de mestrado, realmente a despreocupação em guardar a documentação e a memória em nosso Estado é flagrante.

Neste sentido, acreditamos que no nosso contexto, a história oral nos abre uma grande possibilidade, de sistematizar uma possível história da Educação Física na Bahia, pois segundo Le Goff (1992).

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras, signos, paisagens e telhas .(p. 540).

Importante ser posto que a busca de uma contribuição histórica crítica e original não deve significar, contudo, o abandonar de datas e fatos: “Não se pode desprezar um rigoroso esforço em armazenar datas e fatos, que começam a se perder, talvez por interpretações errôneas de críticas aos estudos documentais-factuais” (MELO, 1996, p.4). Devemos fugir, entretanto, de verdades estabelecidas, tentando compreender as contradições existentes no desenvolvimento histórico de qualquer objeto de estudo. Le Goff (1992) crê que a cronologia... “continua sendo um conjunto de referências que sem dúvida deve ser enriquecido, flexibilizado, modernizado, mas que permanece fundamental para o próprio historiador, para o jovem e para o grande público” (p.7).

A história oral temática, proposta metodológica do presente estudo, compromete-se com:

[...] o esclarecimento ou opinião do colaborador em relação a algum fato definido. Ela busca a verdade de quem presenciou um acontecimento ou que pelo menos dele tenha alguma versão discutível ou contestatória. Admite o uso do questionário ou entrevista guiada para esclarecer os fatos e detalhes. Baseia-se tanto em documentos como em fontes orais, que servem para esclarecer informações contidas nos documentos analisados. (MALINA; AZEVEDO, 1998, p.17).

Neste sentido pretendemos redimensionar o uso convencional das fontes estabelecidas, buscando desta forma, um diálogo entre os documentos (do arquivo do Conselho Estadual de Educação, Secretaria de Educação e Escolas Superiores de Educação Física e também dos sujeitos que vivenciaram o momento histórico que agora nos interessa) e fontes (tudo que se presta a contar a história, todos os vestígios que nos permitam ampliar a compreensão historiográfica, sejam documentos, relatos orais, iconografias) de outra natureza, prioritariamente os relatos orais.

Embora a entrevista seja o cerne e a parte fundamental dos estudos que se utilizam da história oral, é preciso ser dito que nem todo estudo que se utiliza de entrevista é um estudo de história oral. Assim, para um estudo caracterizar-se como tal, é preciso ter determinados cuidados: preocupar-se com o não dito, isto é, sinais dos mais variados, silêncios, falhas de memórias; preocupar-se em não só revelar fatos, mas esclarecê-los a partir da compreensão de quem os viveu de alguma forma; preocupar-se fundamentalmente com os aspectos históricos; transcrevê-los na íntegra, já que um dos objetivos é produzir um documento histórico.

“[...] o testemunho, quando possível, é sempre enriquecedor. A Educação Física vem assimilando procedimentos metodológicos da história oral há alguns poucos anos e a experiência tem sido frutífera e sobrevive às críticas - às vezes ferozes” (OLIVEIRA, 1998, p.8). Éclea Bosi (apud OLIVEIRA, 1998), sai em nossa defesa, pois considera, como nós, que a veracidade do narrador não nos preocupa tanto: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas conseqüências que as omissões da história oficial.

Assim, as fontes orais mostram-se fundamentais nesta pesquisa, como forma de complementação dos dados, por conta da dificuldade de obtenção de outras fontes documentais para essa investigação. Acreditamos que a possibilidade de ouvir indivíduos que até então não tiveram sua compreensão apreendida, nos proporcionou novas representações que por certo abriram novas possibilidades de interpretações para o que aqui se pretende.

A partir da compreensão do desempenho e da trajetória do sujeito, o indivíduo que vivenciou o momento histórico, conseguimos ampliar nossas fontes de informações, já que isto nos possibilitou perceber os elos significativos de conexão entre os acontecimentos relatados.

Por fim, procuramos promover um cotejamento das informações colhidas nestas diferentes fontes, utilizando-as como eixo central de discussão.

Os entrevistados foram escolhidos entre os professores, ex-alunos e dirigentes de Cursos Superiores de Educação Física da Bahia, sem a preocupação de amostragem estatística. A análise dessas entrevistas se deu numa perspectiva muito mais qualitativa, a partir da visão do pesquisador.

Os entrevistados foram os professores Newton Miranda, Alcyr Ferraro, Raimundo Coelho, José Coelho, Paulo Matta, com a pretensão de colher informações acerca do processo que antecedeu a criação do Curso de Educação Física da UCSAL, ou seja, o período em que a Bahia na contava com nenhum Curso Superior em Educação Física, necessitando desta forma enviar pretensos professores para estudarem na ENEFD no Rio de Janeiro.

Os demais entrevistados na tentativa de possibilitar a construção da trilha da formação profissional em Educação Física na Bahia do percurso da Ucsal até as Universidades Estaduais da Bahia foram: Alcyr Ferraro, Hélio Campos, Geogecohama, César Leiro, Valfredo Dórea, Ana Angélica Barbosa, Jorge Adilson Gondim, Dilza Ata, Jandira Simões, Iraci Picanço e Samuel Macedo.

Tivemos a intenção de cotejar todas as informações referentes ao nosso objeto de estudo, qual seja: o percurso da formação profissional em Educação Física na Bahia, mas temos consciência dos nossos limites, e neste sentido, mapeamos tudo aquilo que circunscreve o objeto de estudo, mas nos aprofundamos, na nossa análise, nos cursos públicos e no curso da UCSAL, pelo simbolismo e pela influência sofrida e exercida no nosso cotidiano.

Apresentamos, a seguir, os cursos existentes:

## CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

INSTITUIÇÃO	DATA DE INÍCIO	CIDADE
UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR	01/03/1973	SALVADOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	03/06/1988	SALVADOR
FACULDADES MONTENEGRO	01/09/1989	IBICARAÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	01/03/1997	JEQUIÉ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	03/03/1997	FEIRA DE SANTANA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	08/03/1999	GUANAMBI
FACULDADE SOCIAL DA BAHIA	18/02/2002	SALVADOR
FACULDADES DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DA SAÚDE - FAS – UNIME	05/08/2002	SALVADOR
FACULDADES DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS – FTC	09/09/2002	SALVADOR
FACULDADES DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS – FTC	01/01/2003	ITABUNA
FACULDADE NOBRE DE FEIRA DE SANTANA – FAN	01/01/2004	FEIRA DE SANTANA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB	23/07/2004	ALAGOINHAS
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB	23/07/2004	JACOBINA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC	16/08/2004	ILHÉUS /ITABUNA
FACULDADES JORGE AMADO	26/08/2004	SALVADOR
FACULDADE DO SUL – FACSUL	15/09/2004	ITABUNA
FACULDADE DE TEIXEIRA DE FREITAS – FACTEF	14/02/2005	TEIXEIRA DE FREITAS
FACULDADES DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS – FTC	14/02/2005	VITORIA DA CONQUISTA
FACULDADE REGIONAL DA BAHIA – FARB – UNIRB	15/08/2005	SALVADOR
FACULDADE DELTA – FACDELTA	13/01/2006	SALVADOR
FACULDADE MARIA MILZA – FAMAM	14/02/2006	CRUZ DAS ALMAS
FACULDADE SÃO FRANCISCO DE BARREIRAS – FASB	30/10/2006	BARREIRAS
FACULDADE REGIONAL DE ALAGOINHAS	03/11/2006	ALAGOINHAS

Fonte: INEP, 2007

Nossa intenção fundamental foi colher nestes Depoimentos, entre outras coisas: informações sob em que ambientes foram implementados os referidos Cursos? Para responder a quais demandas? Quais foram as suas ações mais efetivas na implementação de projetos definidores na organização e/ou reorganização das diretrizes de Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer para o Estado da Bahia?

Para nos ajudar a responder e compreender essa trajetória, foram elaborados dois roteiros de entrevistas: um roteiro destinado a ser aplicado ao Curso da Universidade Católica do Salvador, que, por ter sido o pioneiro, guarda muitas especificidades e simbologias, e outro para ser aplicado aos cursos das outras instituições, notadamente as públicas. Esta distinção se fez necessária dado o contexto histórico de constituição e implementação dos referidos Cursos, as referências teórico-metodológicas e legislação que orientavam a elaboração de projetos de cursos de Educação Física no Brasil.

Thompson (1998) nos aponta outra vantagem da história oral que a torna mais rica, viva, comovente e verdadeira: o fato de a evidência oral transformar os objetos de estudo em sujeitos, ao contrário da história tradicional, em que o historiador estuda os atores da história à distância, fazendo com que ele sempre esteja sujeita a interpretações do próprio historiador.

Cabe-nos lembrar que existem muitas lacunas históricas em nossa área e que as experiências com o levantamento de fontes e organização de arquivos, fundamentais para os que se envolvem com a história, ainda têm se mostrado bastante incipientes.

Acreditamos que as fontes orais mostram-se bastante interessantes para se fazer uma reconstituição da história, considerando também aspectos subjetivos; resgate de informações perdidas; ampliação dos estudos em áreas marginalizadas, em que predominam zonas de obscuridades. Assim, optamos por duas perspectivas simultâneas e não excludentes: as preocupações de contemplar lacunas deixadas pela documentação tradicional, privilegiando a memória por si só como objeto de estudo e as ligações entre história e memória. Enfim, consideramos que as fontes orais não só são interessantes como também imprescindíveis na tentativa de possibilitar uma original investigação da história da Educação Física em um Estado (Bahia), no qual ela não foi profundamente discutida.

Neste estilo de trabalho, a tarefa de produzir conhecimentos históricos se torna mais válida, especialmente rica e atual, já que parte de uma reflexão teórica, passa por um trabalho empírico, estabelecendo um maior vínculo com os sujeitos da pesquisa que em muitos momentos se tornando sujeitos e objetos da mesma, constituindo-se desta forma uma nova

fonte para pesquisas posteriores, sobretudo nas áreas em que a carência documental é flagrante, e finalmente produz conhecimento científico. Isto tudo, a nosso juízo, é um processo que permite ao pesquisador transformar-se no que sempre pretendeu ser - um historiador.

Finalmente, cabe esclarecer que, no desafio de construir uma História da Educação Física na Bahia, nos dispomos a respeitar as visões e posições encontradas entre memória e documentos, mas temos a clareza de que, como pesquisador, precisamos fazer considerações próprias, a partir do nosso ponto de vista; considerações impregnadas de um processo de interpretação que de forma alguma exclui nossa percepção de mundo.

Ao tentar escrever uma possível História da Educação Física na Bahia, do ponto de vista da formação acadêmica e profissional pretendemos fundamentalmente perceber alguns aspectos de seu cotidiano. E longe de desconsiderar os inúmeros acontecimentos que foram observados no cenário histórico nacional (o governo ditatorial; a queda de uma ditadura; a transformação brutal do país rumo à industrialização; a promulgação da nova LDB; a produção de uma constituição; a mobilização e ascensão dos movimentos sociais, inclusive dos estudantes; a ascensão de um trabalhador à Presidência da República; dentre outros), não pretendemos privilegiá-los em nossa análise, a não ser aqueles reflexos e impactos de diferentes naturezas que por ventura forem perceptíveis e determinantes para a compreensão do cotidiano de nosso objeto. Nossa preocupação básica está em demonstrar as lógicas internas que se estabeleceram nesse cotidiano.

## 1.5 ESTRUTURA DA TESE

Este trabalho será apresentado da seguinte forma:

Construção social do objeto de estudo, onde apresentamos nossa justificativa, problema, objetivo da pesquisa e a opção metodológica do estudo, procurando desta forma situar do ponto de vista espacial e temporal o núcleo de nossa investigação, constituindo-se como o primeiro capítulo.

O capítulo 2 sob o título Formação profissional em Educação Física no Brasil, tem por objetivo identificar os primórdios da sistematização da formação profissional em Educação Física no Brasil; demonstrar os bastidores da idealização e implementação das primeiras

Escolas de Educação Física no Brasil; analisar as legislações que interferiram no processo de formação curricular da Educação Física brasileira.

O capítulo 3 - Formação profissional em Educação Física na Bahia, tem por objetivo abordar: os primórdios da Educação Física na Bahia; a UCSAL como irradiadora da formação profissional neste Estado, já o capítulo 4 apresenta o Curso de Educação Física da UFBA como responsável pela mudança do perfil de formação, e o capítulo 5 apresentando as Universidades Estaduais como responsáveis pela interiorização em torno do debate da Educação Física na Bahia.

No epílogo apresentamos as sistematizações e conclusões de nosso trabalho, esperando desta forma sinalizar lacunas e indicar possibilidades de outras investigações que caminhem em sentidos diversos.

Nos anexos apresento as entrevistas concedidas, transcritas na íntegra, transformando-as assim em documento, e possibilitando dessa forma que sejam tiradas outras conclusões e/ou sejam concedidos a elas outros tratamentos.

## CAPÍTULO 2

### FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

A prática sistematizada da Educação Física no Brasil sofreu muitas influências das escolas de ginásticas européias, notadamente da Suécia, Alemanha, França e Inglaterra. Importante destacar que os difusores desta prática no Brasil, foram imigrantes, que não vieram com este propósito, ser professores de ginástica, mas desenvolver trabalhos na agricultura brasileira, todavia, como esta cultura já eram bastante desenvolvida em seus países de origem, eles, os imigrantes, acabaram se constituindo como um dos primeiros professores de Educação Física do Brasil.

A partir de então, a discussão sobre a prática da atividade física sempre esteve em tela em nosso país, sobretudo, com um pensamento que hegemonicamente atribuía a função de forjar um homem disciplinado e obediente, apontando para uma perspectiva de desenvolvimento e progresso. Neste contexto o celebre Parecer de Rui Barbosa (1882) estabelece um marco, sobretudo nos primórdios do período republicano e início do século XX, na defesa da implementação efetiva da Educação Física em nosso país.

Este capítulo pretende fazer este passeio na formação profissional em Educação Física no Brasil, procurando mostrar suas implementações e contradições, as mudanças oriundas de determinantes legais, enfim, tudo aquilo que nos possibilite visualizar melhor a sua trajetória. Alguns autores e pesquisadores ajudarão, com suas obras e pesquisas, nessa reconstituição.

#### 2.1 ANTECEDENTES

Segundo Soares (1994) e Souza Neto (2004) o período compreendido entre 1824 e 1931 foi marcado no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, com a imigração de colonos alemães, pelo desenvolvimento dos exercícios físicos. Podemos pensar que foi nesse período que, surgiram, as primeiras tentativas de formação profissional em Educação Física de forma

sistematizada, identificada desta forma no trabalho desenvolvido pelos mestres de arma, instrutores, treinadores, assim denominados em função de seu escalão de origem.

Ainda em 1832, o deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada defende na comissão de definição da Assembléia Constituinte um projeto sobre educação da sociedade que recebeu emenda de José Mariano de Albuquerque Cavalcante, sugerindo uma premiação para quem apresentasse um plano de Educação Física, Moral e Intelectual.

Em 1837 o deputado baiano Antonio Ferreira França apresentou à Câmara um projeto em favor da cultura e da instrução onde indicava a inserção da ginástica e defesa do corpo entre outras cadeiras no programa das escolas de primeiras letras. Mas a atividade física somente passa a fazer efetivamente parte dos programas escolares da Corte em 1851 por obra do ex-deputado e então Ministro do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz com a conhecida Reforma Couto Ferraz. Sua regulamentação foi expedida três anos depois e entre as matérias a serem obrigatoriamente ministradas estavam a ginástica no primário e a dança no secundário, mas somente nas escolas da Corte.

O Ato Adicional da Reforma Educacional dizia que tanto a Educação Primária como a secundária ficariam a cargo das províncias e o ensino superior a cargo da Corte (administração Nacional), portanto cada província, adotava as disciplinas que melhor se adaptavam às necessidades do período. Neste sentido, em 1852, Toureiro Aranha, presidente da província do Amazonas determina que em seu programa escolar constará a Educação Física, que seria ministrada também para o grupo feminino, respeitando suas peculiaridades. O Inspetor Geral da Instrução Pública do Município da Corte fazendo uma viagem pelo País, demonstra sua preocupação com a continuidade da prática da ginástica na escola secundária, principalmente pela falta de estrutura das escolas.

Espírito Santo (2004) afirma que, com as reformas educacionais, desde 1854, a *ginástica*<sup>1</sup> é obrigatória nos seus programas curriculares, apesar de não implementada, por *ausência de professores/as*<sup>2</sup> e muita resistência contrária da elite dominante que entendia ser a ginástica coisa para homens, já que a mesma era oriunda das instituições militares, e proibiam suas filhas de freqüentarem as aulas.

---

<sup>1</sup> como a Educação Física era concebida inicialmente no âmbito escolar

<sup>2</sup> os primeiros professores/as de Educação Física civis no Brasil se formam a partir de 1931. E nesta época toda fundamentação científica dos exercícios eram formuladas por médicos.

A necessidade de se formar professores de Educação Física surge com a reforma Couto Ferraz, em 1851, e, mais especificamente, três anos depois, com sua regulamentação através da Lei nº 630, que confere a obrigatoriedade da ginástica nas escolas.

Todavia lembra Betti (1991) que, na prática, a efetiva implantação da Educação Física ficou restrita, até os primeiros anos da década de 1930, às escolas do Rio de Janeiro, como município da corte imperial e capital da República, e às Escolas Militares.

A realidade é que não existia no Brasil qualquer instituição civil que formasse professor de Educação Física e, com isso, surge também um grande descompasso entre a formação profissional e a demanda social.

Segundo Oliveira (1998), paralelo a esta situação, no ambiente militar, já se encontravam entre os oficiais acima da patente de sargento, em hierarquia decrescente, os contramestres de ginástica, mestres de natação, instrutores das armas especiais, de ginástica e natação e instrutores de ginástica, fazendo com que, de fato, fossem eles os profissionais da Educação Física no meio civil.

Oliveira (1998) lembra que, de acordo com Inezil Penna Marinho (1943), a primeira turma diplomada por curso oficial, em nível federal, no Brasil, ocorreu em 1929, através do Curso Provisório de Educação Física, no barracão da Escola de Sargentos da Infantaria do Exército, onde, além dos militares, professores públicos primários se inscreveram. Foram 90 (noventa) formados num curso de duração de cinco meses, dos quais apenas 20 (vinte) eram civis.

Nesse mesmo ano, a Associação Brasileira de Educação (ABE) critica os traços militares que são delineados para a Educação Física nacional, inclusive pela tentativa de subordiná-la, via decreto, ao Ministério da Guerra com a criação do Conselho Superior de Educação Física.

O professor Inezil Penna Marinho (1943) afirma e indica que uma das primeiras iniciativas de sistematização da formação profissional em nossa área se deu em 1902, com a fundação, por iniciativa do Coronel Pedro Dias de Campos, de uma escola de esgrima, com sede no Batalhão de Caçadores, no Quartel da Luz, São Paulo, com formação básica em ginástica.

Era flagrante a proximidade da Educação Física com as estruturas militares, a sua introdução aqui no Brasil esteve muito ligada a experiência francesa. Em 1907, a missão militar francesa funda o embrião da Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de

São Paulo. A partir de 1908, em nome da segurança nacional, a instrução militar se torna obrigatória nas escolas secundárias brasileiras, com a presença de diversos segmentos militares no sistema de ensino.

É possível então perceber que os militares deram início à inclusão da prática de exercícios físicos em seus programas de formação, tendo inclusive influência decisiva na organização e no desenvolvimento inicial da Educação Física nas escolas e na sociedade como um todo, juntamente com os imigrantes, que chegavam ao país e traziam conhecimentos adquiridos em seus países. Fundamentalmente, foram os militares os primeiros professores de Educação Física do País (MELO, 1999).

Em 1909, foi criada a Escola de Educação Física da Força Policial, proposta do Coronel Paul Bologny, comandante da missão francesa que viera contratada pelo Governo de São Paulo, com a função de instruir aquela força.

Segundo Melo (1996), só no ano de 1905 é que podemos assistir à primeira iniciativa de caráter nacional, no que se refere à formação de profissionais em Educação Física: o projeto do deputado Jorge de Moraes. O referido projeto tinha a intenção de criar duas Escolas de Educação Física, uma civil e outra militar, sem mencionar, entretanto, o nível dessa formação. Melo (1996) diz que é mesmo possível especular que tal projeto tenha sido escrito com auxílio direto de militares franceses que estavam no Brasil em missões oficiais. Esse projeto, embora aprovado, não se concretizou.

Conforme Melo (1996), em 1922, é fundado o Centro Militar de Educação Física, que daria origem a uma das escolas de Educação Física mais importante no Brasil: a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), no Rio de Janeiro, criada com a intenção inicial de formar instrutores, monitores, mestre d'arma, monitores de esgrima e médicos especializados para o Exército. Seus cursos eram predominantemente oferecidos para militares e, eventualmente, civis podiam realizar o curso de monitor.

Entre nomes que este Centro Militar de Educação Física (e posteriormente EsEFEx) teve a responsabilidade de formar, figuram algumas personalidades, que, por assim dizer, deram o tom da Educação Física em várias localidades: o tenente Laurentino Lopes Bonorino, mais tarde um dos responsáveis pela organização da pioneira Escola de Educação Física do Estado do Espírito Santo, e também o tenente Hermílio Gomes Ferreira, futuro professor e diretor da Escola Nacional de Educação Física e Desporto – (ENEFD).

Ainda em 1922, começam a aparecer as reformas estaduais de ensino, abrindo caminho para as reformas nacionais que surgem a partir de 1930. A primeira delas ocorre em São Paulo, seguida pelo Ceará, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Pernambuco, Paraná, Minas Gerais e Bahia. Estas reformas foram idealizadas por educadores que posteriormente fundaram a Associação Brasileira de Educação.

Entre os civis, como afirma Melo (1996), esta movimentação em torno da formação profissional em Educação Física só é retomada em 1927, com o deputado Jorge de Moraes, criticando a não-execução do projeto de 1905, que previa a criação de duas escolas de Educação Física voltadas para a formação profissional, em seu pronunciamento ele afirma, segundo Marinho (1943)

[...] urge, Sr. Presidente, que o governo desperte, que o parlamento e o executivo tomem medidas no sentido de organizar um aparelhamento de Educação Física, para que o brasileiro não continue evoluindo entregue a erros, a preconceitos que são prejudiciais a raça....(p.37)

Ainda segundo Melo (1996), o I Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929, aprovou como proposição, entre outras coisas, a organização de escolas superiores de Educação Física, para convenientemente preparar os professores indispensáveis à cultura física nacional. Essa proposta estava em consonância com um ideário em construção na época, como aponta Carvalho:

Na década de 20, na intensa efervescência ideológica que a caracterizou, são constituídos, na dispersão de movimentos aparentemente díspares, discursos sobre o país (...). Tal é o caso da larga circulação que tiveram (...) encenações de um povo brasileiro que privilegiam imagens da doença, do vício, da degenerescência, a ausência de caráter, muito freqüentemente sintetizadas na amorfia em que o país é figurado como organismo. (apud MUNAKATA, 1996, p. 193-194).

A Educação Física se viu contemplada neste projeto de regeneração do povo brasileiro e passou a ser merecedora de grande destaque, visto que poderia co-participar e, por assim dizer, transformar os nossos habitantes em um povo: viril, corajoso e ao mesmo tempo fiel, obediente e dócil, que, segundo o discurso ideológico e dominante da época, era tão indispensável ao desenvolvimento da nação. Vislumbrava-se dar extrema atenção a uma boa preparação física e moral da população brasileira, procurando promover a saúde, através de uma prática que pudesse proporcionar esses valores. As palavras de Peregrino Júnior são exemplares:

O problema brasileiro – e no caso particular da nossa terra e nossa gente, neste grave momento de introspecção brasileira, em que um dos grandes problemas do Brasil é o de criar a consciência nacional do povo, a Educação Física é um elemento principal dessa grande obra de construção cultural e formação espiritual do povo brasileiro. Sendo impossível e além disso ilógico, dissociar o corpo do espírito, cuja unidade, no pensamento de Carrel, é cada vez mais íntima e compacta, só se pode cogitar de melhorar as condições do homem brasileiro cuidando ao mesmo tempo de sua cultura, de sua saúde, sua estruturação moral, e isso só poderá se conseguir com uma sábia “política ideológica”, como quer Pende, utilizando como elemento fundamental a Educação Física, que nas suas múltiplas conseqüências – morfológica, fisiológica, espiritual e éticas, permitir-nos-á aperfeiçoar os valores dirigentes e criadores das elites e as aptidões produtoras das massas. Utilizando essa grande arma moderna de estruturação humana, pelo esforço simultâneo nestes dois sentidos – o da preparação cultural das elites e o da formação eugênica das massas, é que se pode realizar afinal o milagre da formação integral do homem brasileiro – forte de corpo, claro de espírito e puro de coração. (PEREGRINO JÚNIOR apud LIMA, 1980, p.7-8).

Inezil Penna Marinho dá-nos uma idéia dos discursos que circulavam na época:

[...] desenvolvimento harmônico do corpo e do espírito, concorrendo assim para formar o homem de ação física e moralmente sadia, alegre e resoluto, cômico de seu valor e de suas responsabilidades e preparar a mulher para a missão do lar, dando-lhe ainda a possibilidade de substituir o homem em trabalho compatível com o sexo feminino, a tornar cada brasileiro de ambos os sexos aptos a contribuir eficazmente para a economia e defesa da nação. (apud LIMA, 1980, p. 67).

## 2.2 AS PRIMEIRAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO BRASIL

Em meio a esse fervilhar de idéias, no início da década de 1930, assistiu-se à criação, no âmbito civil e estadual, de Departamentos e Escolas de Educação Física Civil nos Estados do Espírito Santo e São Paulo. No Estado do Espírito Santo, em 1931, com iniciativa de Laurentino Bonorino, tenente do exército, cria-se o curso especial de Educação Física para a formação de normalistas especialistas. Este curso, apesar de ser dirigido por militar, constituiu-se como o primeiro curso civil reconhecido.

Todavia, consideramos que o primeiro programa sistematizado de Educação Física no Brasil, foi o curso da Escola de Educação Física do Estado de São Paulo, criado em 1931, mas que só começou a funcionar em 1934. Este curso tinha como propósito à formação de dois profissionais distintos, quais sejam: instrutor de ginástica e o professor de Educação Física.

Ao instrutor de ginástica, os seus saberes deveriam abarcar o estudo da vida humana em seu aspecto celular, anatômico, funcional, mecânico, preventivo, estudo dos exercícios físicos da infância à idade madura, estudos dos exercícios motores, lúdicos e agonísticos. Ao professor de Educação Física, os saberes deveriam ser norteados sobre os estudos do processo pedagógico e de desenvolvimento do aluno, estudos dos exercícios motores e artísticos e estudos dos fatos e costumes relacionados as tradições das provas na área dos exercícios físicos e motores.

A partir de então, e mais precisamente, correspondendo à primeira era Vargas, mas especificamente durante o Estado Novo (1937–1945), a Educação Física estruturou-se profissionalmente na luta pelo seu espaço na sociedade. Neste sentido ganhou como principal reforço, no seu processo de legitimação para a área e o reconhecimento social de seus profissionais, a Constituição de 1937, que tornou a Educação Física obrigatória nas escolas, fazendo desta forma, surgir outras demandas relacionadas à profissão, a exemplo da necessidade de se constituir um currículo mínimo para a graduação.

Portanto, o Estado Novo (1937–1945) necessitava de um homem novo, e este homem deveria ter orgulho de sua pátria e de sua nacionalidade, deveria ter seus direitos de cidadania garantidos para que adquirissem uma nova ética. Era um momento de promoção do homem brasileiro, com uma ideologia de desenvolvimentismo nacionalista. Neste sentido, segundo Vanilda Paiva (1983) a política educacional se transforma, pois o novo regime de autoridade tinha metas definidas e ideologia própria a ser difundida pela Educação, e se expressava através das críticas ao beralismo, o anticomunismo e a valorização do ensino profissional, procurando retirar do processo educacional a necessária reflexão sobre a sociedade. Foi a época do incentivo marcante da intervenção estatal na economia, defendendo o nacionalismo econômico. Prova deste pensamento é a criação do Conselho Nacional do Petróleo, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Fábrica Nacional de Motores. Criou-se o salário mínimo. Neste contexto, relata Getúlio Vargas, citado por CASTELLANI (1988, p.84), a contribuição da Educação Física na ideologia nacionalista:

[...] não sendo uma simples fornecedora de noções técnicas, mas um instrumento de integração da infância e da juventude na Pátria, nos interesses sociais que lhes são incorporados, a educação da mocidade, nos preceitos básicos estabelecidos pelo novo Estado, será um elemento não só eficaz, como até decisivo na luta contra o comunismo e outras ideologias que pretendam contrariar e subverter o ideal de nacionalidade e as nossas inspirações cívicas, segundo as quais a juventude agora mais do que nunca, será formada...

Segundo Melo (1996), é justamente na década de 1930, na capital federal, que se começa a delinear a possibilidade de criação de uma Escola Nacional, ligada a uma Universidade. É importante dizer que, até então, nenhum dos cursos de Educação Física existentes no país era vinculado à Universidade. Para Melo (1996), alguns militares mais diretamente ligados aos rumos da Educação Física no Brasil começaram a vislumbrar e se deixaram contagiar pela ambição da cátedra, abandonando paulatinamente a idéia de ligar a Escola de Educação Física ao Ministério da Guerra.

O VII Congresso Nacional de Educação, em 1935, dedicou sua temática central à Educação Física e aprovou como indicativo a criação de uma Escola Nacional de Educação Física, ligada à Universidade do Rio de Janeiro, futura Universidade do Brasil. Esse Congresso, para o professor Inezil Penna Marinho (1943), foi muito importante para traçar os caminhos da fundação da futura ENEFD.

Melo (1996) sugere que provavelmente tivesse existido resistências internas de alguns intelectuais que não desejavam ver na Universidade uma profissão como a de Educação Física, que para alguns não necessitaria de formação superior, sem falar no fato de ela dar ênfase ao físico em detrimento do intelectual. Mas, ainda segundo Melo (1996), o desenvolvimento da Educação Física brasileira era uma questão de tempo, pois estava também diretamente ligada, entre outros, aos interesses governamentais de um estado de exceção – e nunca é demais lembrar que parte de nossa intelectualidade apoiou o Estado Novo (1937-1945).

Em 1937, a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional elaborou um projeto de lei propondo a criação do Conselho Nacional de Desportos, do Instituto Nacional de Educação Física e da Escola de Educação Física e Desportos. Como podemos observar, a Educação Física estava destacada com um papel bastante singular, ligada desta forma a um projeto de segurança nacional, “algo muito mais complexo do que simples preocupação com uma disciplina escolar” (MELO, 1996, p. 33). Além disso, a Constituição brasileira de 1937 determinava, pela primeira vez na história, a obrigatoriedade de uma disciplina escolar - Educação Física - do ensino cívico e dos trabalhos manuais, e atribuía ao Estado como seu primeiro dever, em matéria educativa, o ensino pré-vocacional e profissional, destinados às classes menos favorecidas. É o que dizem os Artigos 131 e 132:

Artigo 131 - A Educação Física, o Ensino Cívico e o de Trabalhos Manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.

Artigo 132 - O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim organizar para a juventude período de trabalho manual nos campos e oficinas, assim como promover-lhes a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento de seus deveres para com a economia e a defesa da Nação.

### 2.3 A ESCOLA PADRÃO

No ano de 1938, a Divisão de Educação Física já concluíra seu plano de ação que consistia na construção, criação, instalação e funcionamento da Escola Nacional de Educação Física e Desporto e do Instituto Nacional de Educação Física que funcionaria anexo à Escola. É neste contexto que a ENEFD finalmente é criada, pelo decreto-lei 1.212, de 17/4/1939, graças à ação da DEF, através do seu diretor João Barbosa Leite, de Inácio Freitas Rolim, que seria seu primeiro diretor, e de Gustavo Capanema, então Ministro da Educação. As funções da ENEFD, conforme expõe Capanema, seriam: a) formar profissionais para área de Educação Física; b) imprimir unidade teórica e prática no ensino da Educação Física no país; c) difundir conhecimentos ligados à área; d) realizar pesquisas que apontassem os caminhos mais adequados para Educação Física brasileira.

Melo (1996) nos traz a exposição de motivos para a criação da ENEFD, apresentada por Gustavo Capanema a Getúlio Vargas:

Ela será, antes do mais, um centro de preparação de todas as modalidades de técnicos ora reclamados pela Educação Física e pelos Desportos. Funcionará, além disso, como um padrão para as demais Escolas do país, e, finalmente, como um estabelecimento destinado a realizar pesquisa sobre o problema da Educação Física e dos desportos e a fazer permanente divulgação dos conhecimentos relativos a tais assuntos. (apud MELO, 1996, p. 38)

Com a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desporto no interior da Universidade do Brasil, em 1939, através do decreto-lei Nº 1.212, que estabelecia as diretrizes para a formação profissional, começa a surgir toda uma movimentação no sentido da organização e regulamentação que contribuiria para a constituição do campo da Educação Física, pois, pretendia-se organizar e regulamentar a profissão entre leigos e não-leigos. Vale dizer que este foi o primeiro modelo curricular de formação de profissionais de Educação Física a ser seguido nacionalmente.

Neste contexto, qual o significado da fundação desta Escola? Melo (1996) nos diz que não há como negar que por trás desta fundação encontravam-se os mais diferentes interesses. Para a estrutura governamental, a ENEFD seria de grande utilidade, uma verdadeira Escola de civismo e probidade. Para os militares – diga-se de passagem, muitas vezes se confundiam com a estrutura governamental da época –, a ENEFD abria nova possibilidade profissional como seus futuros professores, com acesso à cátedra. Os médicos, que já eram reconhecidos catedráticos e professores em outras instituições de nível superior, encontrariam na ENEFD mais um campo de atuação e de propagação de seu prestígio, numa área que lhes era de grande interesse. Por fim, a oportunidade de nova área profissional também se abria para os civis não-médicos.

Concebida para ser “escola padrão” a ENEFD, no entanto, quando da sua criação, não possuía nem mesmo sede própria, desenvolvendo suas atividades teóricas em salas emprestadas ao Instituto Nacional de Surdos, onde já funcionava a estrutura administrativa. As aulas práticas eram desenvolvidas nas dependências do Fluminense Futebol Clube, um clube dos mais aparelhados na época. Foi só em meados da década de 1940 que a ENEFD passou a ter sede própria, na Praia Vermelha, bairro da Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro. Mesmo assim, as instalações ainda deixavam muito a desejar, como lembra o professor Paulo Matta, em seu Depoimento:

Nós ocupávamos uma área que ainda existe hoje, que hoje é ocupada pela Faculdade de Comunicação, e tínhamos poucas instalações, principalmente da área prática..., nós tínhamos uma quadra cimentada, aberta, uma quadra embaixo de árvores, de saibro, um campo de futebol, um ginásio para ginástica rítmica, e acabou, eram todas as instalações que tínhamos para a prática, e salas para aulas teóricas. E com isso nos formamos professores, fomos formados.

O professor Miranda complementa, dizendo que a Escola

Tinha o apoio do Governo Federal que dava tudo, mas as condições da escola, apesar de ser uma escola que eles chamavam padrão, as instalações eram um pecado. Nós fazíamos, por exemplo, natação na Zona Norte, na Piraquê, Botafogo, Fluminense, nós tínhamos aquela dificuldade toda.

Numa escola, cuja grade curricular previa a disciplina de Desportos Aquáticos, faltava, no entanto, a piscina, que só seria construída em 1957, após uma greve dos estudantes.

Os saberes da proposta de 1939 apontavam para a formação de cinco profissionais distintos, quais sejam: instrutor de ginástica (professor primário), instrutor de ginástica

(Professor de Educação Física), Médico especializado em Educação Física, técnico em massagem e técnico desportista. No geral, os cursos eram compostos com um núcleo de disciplinas básicas e um conjunto de matérias específicas em função da modalidade de atuação profissional pretendida. Cabe destacar que, com exceção do curso para formar professores que tinha duração de dois anos, os demais eram desenvolvidos no período de um único ano. Paralelo a esta nova sistematização, para o exercício profissional, passou-se a exigir o diploma de graduação.

Grunenvaldt (1997) observa que das 18 cadeiras que compunham o currículo da ENEFD para formar o professor de Educação Física, oito cadeiras organizavam seus conteúdos à luz dos conhecimentos das ciências biológicas; oito cadeiras dispunham sobre conteúdos sob a orientação do conhecimento técnico; e somente duas cadeiras – Metodologia do Ensino da Educação Física e do Treinamento Desportivo e História e organização da Educação Física e dos desportos – buscavam subsídios para organização dos seus conteúdos nas ciências do homem e da sociedade. O autor comenta:

Diante dessa proporcionalidade constatada no currículo e pelo número de cadeiras que dependiam da ciência mãe, a biologia, e o número de cadeiras que tratavam do conhecimento técnico-desportivo, entendemos que a preocupação da ENEFD era a formação de um homem biologizado, influenciado e preocupado em reproduzir as mais variadas técnicas esportivas do momento, visto que a ênfase era a introdução do modelo desportivo de rendimento. (GRUNENVALDT, 1997, p. 136).

A metodologia de ensino que predominou no período foi o chamado método francês, que fora adotado no exército brasileiro na década de 1920. Segundo Goellner (1992), esse método, saído da caserna e chegado até a escola, foi uma tônica neste período. As atividades físicas passaram a ser observadas e estudadas como favoráveis ao desenvolvimento de uma atitude voltada para o enobrecimento da alma e o fortalecimento do corpo, intervindo tanto no aprimoramento da saúde como no forjar de certas disciplinas.

Na opinião Grunenvaldt (1997), o caráter de cientificidade deste método provinha da biologia e da fisiologia, contemplando um paradigma organicista pautado numa abordagem positivista de ciência, que tende a tratar os fenômenos da natureza e da sociedade do mesmo jeito e da mesma forma, submetendo os últimos ao mesmo método de investigação desenvolvido no âmbito das ciências biológicas.

De acordo com Goellner (1992), na prática, este método previa como qualidades a serem desenvolvidas: a saúde, a força, a resistência, a destreza, a têmpera de caráter e o

desenvolvimento harmônico do corpo. Para alcançar estas qualidades, este método indicava o uso de seis formas de trabalho: os jogos, os flexionamentos, os exercícios educativos, os desportos individuais e os desportos coletivos, cujas regras a seguir, quando da sua aplicação, eram o agrupamento dos indivíduos, a adaptação dos exercícios, a atração dos exercícios e a verificação periódica da instrução. Ainda segundo Goellner (1992), além destas prescrições, esse método ainda apresentava recomendações higiênicas que abrangiam determinações acerca da hora do trabalho, do local, do uniforme, da temperatura, das condições climáticas, da hidroterapia e da fadiga.

Esse método teve deveras aceitação na época, pois o que preconizava ele, não era somente forjar o homem forte e sadio capaz de demonstrar as mais diferentes qualidades físicas e psíquicas de um bom militar, mas porque enfatizava a disciplina e a consciência dos deveres e serviços para com a Pátria. Por trás desse incessante cuidado com a saúde, esse método apontava para a possibilidade de controle sobre o corpo individual, e a partir dele, o controle sobre o corpo social.

É importante lembrar que neste momento o método francês já era pouco considerado no cenário internacional, visto que as atividades físicas em evidência centravam-se nos esportes, já se tornando um fenômeno social de grande abrangência – nunca é demais lembrar que é em 1930 que surge a Copa do Mundo de futebol. Mas no Brasil, ainda que o esporte tivesse seu espaço assegurado, persistia a orientação militarizada que tinha no método francês grande expressão.

A peculiaridade da ENEFD também se manifestava no que se refere à licenciatura. Quando a ENEFD estava em gestação pela DEF, esse órgão assumiu para si a tarefa de formular proposta para a formação de professores da área. É importante salientar que não havia nenhuma outra disciplina ou licenciatura que possuísse um órgão governamental próprio, ligado ao Departamento Nacional de Educação, órgão do Ministério da Educação e da Saúde. Além disso, 13 dias antes da fundação da ENEFD, havia sido constituída, na Universidade do Brasil, a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), responsável por abarcar todas as licenciaturas – exceto a de Educação Física.

Melo (1996, p.45) considera que a ENEFD era completamente dissociada do contexto das licenciaturas, seguindo currículo, legislação e parâmetro totalmente diferenciados, o que “a transformava em uma ilha dentro da Universidade do Brasil, aumentando o desconhecimento para com as especificidades da formação”. Convém lembrar, no entanto, que a ENEFD, à sua maneira, procurou desenvolver a formação pedagógica de seus alunos,

reservando três séries para a disciplina Metodologia do ensino da Educação Física e do treinamento desportivo – uma carga horária só comparável a de disciplinas específicas de Educação Física e desportos.

## 2.4 A REVISÃO DO CURRÍCULO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Buscando uma melhor perspectiva de formação profissional, após cinco anos da implantação da proposta de 1939, uma nova reestruturação foi encaminhada, com a intenção de diferenciar as configurações e exigências na estruturação dos cursos.

Neste sentido, em 1945, é estabelecida uma proposta de revisão do currículo através do decreto-lei nº 8.270, que por assim dizer, repetindo alguns aspectos ou deixando-os muito semelhantes; outros, porém, sofrem uma mudança radical, dando uma configuração própria para cada um dos cursos, principalmente no que se refere à área dos saberes que fundamentam a profissão. A base de conhecimento da nova proposta curricular segue a mesma seqüência da proposta anterior, reordenando em sua organização.

As modificações mais perceptíveis ficaram por conta da exigência de diploma, como pré-requisito para os cursos de Educação Física infantil, técnico desportista e Medicina aplicada a Educação Física e desportos, entretanto, para se concorrer a uma vaga para ingresso no curso continuava a ser exigido o ensino secundário fundamental (antigo ginásio), caracterizando desta forma a Educação Física, até 1957, como um curso meramente técnico, pois não se exigia o certificado do secundário complementar.

Esta problemática já havia sido objeto de debate no meio estudantil, segundo Ferreira (1995) em 1954, com a participação do Centro Acadêmico de Educação Física Rui Barbosa (CARB) da Escola de Educação Física de São Paulo, reagindo à solicitação e posterior aprovação, feita pela Escola de Educação Física de Minas Gerais, para que os candidatos que pleitassem fazer o curso de Educação Física fossem portadores apenas de certificado do 1º ciclo do curso secundário.

O CARB considerava esta atitude um retrocesso, pois desde 1953 era exigido o 2º ciclo do ensino secundário. O CARB pleiteou, e obteve aprovação, junto à Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura, a exigência para ingresso nos cursos de Educação Física, nas mesmas condições para os outros cursos superiores.

Nesta nova proposta, no que se refere à duração do curso de formação do professor, passou de dois para três anos. Souza Neto (2004) argumenta que, entre 1945 e 1968, a formação do professor ganhou uma atenção toda especial, demonstrada de maneira nítida na Lei de Diretrizes e Bases (LDB Nº 4.024/61), (BRASIL, 1961). Observava-se, a partir de então, a exigência de um currículo mínimo e um núcleo de matérias que procurassem garantir formação cultural e profissional adequada. Outra exigência que os cursos deveriam atender era de garantir um mínimo de 1/8 de carga horária do curso para a formação pedagógica, visando fortalecer a formação do professor e preparando para ser um educador.

É necessário destacar que, antes da Lei 4.024/61, a formação do professor de Educação Física ocorria de forma totalmente independente dos outros cursos de licenciatura para as demais áreas de conhecimento. Não era exigido, por exemplo, ao acadêmico em Educação Física o curso de didática, porém, em função da mencionada lei, e dos pareceres nº 292-62 e nº 627-69 do então Conselho Federal de Educação, visando estabelecer os currículos mínimos dos cursos de licenciatura, que destacavam que, o que ensinar deve coexistir ao como ensinar e desta forma estabeleceu um núcleo de matérias pedagógicas.

O final deste período, caracterizado pela internacionalização do mercado, pelo advento do esporte como um fenômeno de massas e pela a instituição do governo militar no País, culminou com a reforma universitária de 1968 que pretendia estabelecer um outro modelo de universidade, e, conseqüentemente, um outro modelo de currículo.

## 2.5 A HORA E VEZ DO CURRÍCULO MÍNIMO

Somente em 1969, sob pressões do movimento estudantil, foi elaborado o Parecer CFE nº 672/69, incluindo as matérias pedagógicas, comum a todas as licenciaturas, nos currículos dos Cursos Superiores de Educação Física. Faria Júnior (1987) argumenta: "... com sete anos de atraso em relação à legislação (1962), e com trinta anos, de fato, em relação às demais licenciaturas, as matérias pedagógicas... foram efetivamente incluídas nos currículos de Educação Física".

Como conseqüência deste novo modelo de universidade, foi identificado que os cursos paralelos aos de Professor de Educação Física e de técnico desportista, na prática, não se

mostravam exequíveis, por outro lado, o curso de técnico desportista estava distante da realidade, uma vez que, muitas escolas não estavam aparelhadas para abrigar tais cursos.

Diante de tal realidade, o então Conselho Federal de Educação, através do parecer nº 894/69 e a Resolução nº69/69, restringe a formação dos profissionais em Educação Física em apenas dois cursos, quais sejam: Educação Física com a complementação do de Técnico de Desportos prevista para 03 (três) anos de duração, com uma carga horária mínima de 1.800 horas-aula e redução das matérias básicas de fundamentação científica. Ganham destaque neste cenário os saberes relativos ao conhecimento esportivo, assim como a parte didática com ênfase mais específica na formação do professor.

Importante afirmar que o movimento que orbitou 1964 no Brasil, atribuía ao esporte uma ênfase muito grande, devido aos acordos feitos entre o MEC e o Departamento Federal de Educação Americana (USAID). Este fato permitiu que muitos professores de Educação Física frequentassem cursos de pós-graduação nos Estados Unidos da América na área esportiva. Nesta direção, o esporte consolidava a sua hegemonia no interior da Educação Física, quando os currículos passaram a tratá-lo com maior intensidade, prestigiando a competição e o desempenho.

A Lei 5692/71 continuou dando um caráter obrigatório à Educação Física na Escola, através do seu artigo 7º e, pelo Decreto 69450/71. A disciplina passou a ter legislação específica, seguindo a mesma lógica da lei 5.540/68 que a obrigava no currículo universitário.

Desta forma, a disciplina Educação Física foi integrada como atividade escolar regular e obrigatória nos currículos de todos os cursos e níveis dos sistemas de ensino. É importante salientar que a disciplina tinha uma atenção especial na aptidão física, considerada importante para o desenvolvimento da capacidade produtiva da classe trabalhadora e ao desporto, pela intenção de se transformar o país em uma potência olímpica.

Este novo modelo de formação apontava para a exigência de cumprimento de um quadro de matérias obrigatórias do currículo mínimo, além da escolha de duas modalidades desportivas para sua complementação, conferindo assim, o diploma de Licenciado em Educação Física e Técnico Desportivo ao concluinte. Vale dizer, que cada Instituição Superior de Educação Física teria a liberdade de complementar o currículo de acordo com as características e necessidades de sua região.

Porém, Souza Neto (2004) argumenta que, mesmo com tais modificações, a formação profissional em Educação Física ainda era questionada, e apresenta pelo menos três

argumentos correntes à época que justificavam a necessidade de se (re)pensar os cursos de Educação Física: 1- A necessidade urgente e a importância de os cursos se libertarem das amarras impostas pelo currículo mínimo; 2- As novas demandas do mercado de trabalho apontavam limites para além da escola e, por isso mesmo, reclamavam um outro tipo de profissional; 3 – A importância e necessidade de se pensar a Educação Física como um campo de conhecimento específico.

Neste sentido, era urgente reconhecer a necessidade de se repensar a formação acadêmica na área da Educação Física, considerando que historicamente ela sempre sofreu modificações a partir de ordenamentos legais, e, desta forma, sair em busca da legitimidade tão reclamada por seus profissionais.

## 2.6 LICENCIATURA E BACHARELADO

Em 1987, na intenção de ampliar a formação profissional em Educação Física, para atender as novas demandas do mercado de trabalho, ora reclamadas, o Conselho Federal de Educação, através do Parecer Nº 215/87 e da Resolução Nº 03/87, estabelece a criação do bacharelado em Educação Física. A partir de então, os saberes anteriormente divididos entre as matérias básicas e profissionalizantes – biológica, gímnico – desportiva e pedagógica, mudam a sua configuração, apresentando outros fundamentos da distribuição dos saberes na estrutura curricular, qual seja: formação geral – humanística e técnica e aprofundamento de conhecimentos. Dentro da perspectiva humanística estavam contemplados os seguintes conhecimentos: filosófico, do ser humano e da sociedade.

É importante destacar que estas discussões ocorreram sob os auspícios de intensa luta pela reconstituição das liberdades democráticas por parte de segmentos sociais organizados, gestada em seminários específicos em alguns Estados do País, sob a coordenação do Ministério da Educação.

A Resolução 03/87 do CFE passou a conferir aos currículos a flexibilidade tão reclamada durante a vigência da resolução do CFE Nº 69/69, bem como, transferiu a responsabilidade do CFE para as Instituições de Ensino Superior na elaboração da estrutura curricular, passando a vivenciar uma relação pioneira de formação universitária. Esta resolução também modificou, de forma significativa, a carga horária do curso, passando para

2880 horas-aulas, que deveriam ser cumpridas no prazo mínimo de quatro anos, tanto para o bacharelado, quanto para a licenciatura, dando assim um novo modelo para formação profissional em Educação Física no Brasil.

Neste novo modelo de formação, o currículo mínimo passou a não ser mais concebido como um elenco de disciplinas obrigatórias e, sim, áreas de conhecimentos, que seriam definidas e instituídas por cada Instituição de Ensino Superior de Formação em Educação Física.

Segundo Souza Neto (2004), se, por um lado, o curso ganhou em autonomia e flexibilidade, por outro, esta nova organização curricular poderia conduzir, como conduziu, à perda de um núcleo identificador da área, estando operando dentro de uma base de identidade para a formação de uma parte diversificada para a profissionalização.

Faria Júnior (1987, 1992) questiona a divisão licenciatura – bacharelado, defendendo a formação do professor generalista. O autor concentra a sua análise sob o ponto de vista da profissão e não da necessidade de se ter um núcleo de conhecimento específico. Defende o professor generalista, compreendido como o profissional formado sob uma perspectiva humanística, com licenciatura plena em Educação Física.

Betti (1992) analisa esta divisão sobre outro enfoque: especialista versus generalista, o que se confunde, segundo ele, com o dilema bacharelado versus licenciatura. O autor recorre a Faria Júnior (1987) para explicar que o licenciado também é um especialista; um especialista em escolas de ensino básico.

Diante desta situação dual, muitos currículos, que tinham como proposta o bacharelado e a licenciatura, acabavam propondo uma formação de dois em um, na prática, continuava a acontecer o mesmo modelo anterior à resolução 03/87, ou seja, uma licenciatura ampliada, porém, conferindo os dois títulos em formação concomitante. Como forma de resolver este impasse e resolução desses problemas, que começavam a se agravar, sobretudo no contexto de difícil empregabilidade, foi proposta uma re-união da formação, conferindo o título de graduado em Educação Física para os concluintes.

Importante pontuar que este modelo de formação (03/87) apresentou conforme Espírito Santo (2004) um diferencial importantíssimo na maneira de se conceber a formação profissional da Educação Física, fixando o mínimo de conteúdos e duração a serem observados nos cursos de graduação, rompendo definitivamente, ou melhor, superando em muito o balizamento definido pela antiga legislação (69/69).

## 2.7 AS ATUAIS DIRETRIZES CURRICULARES

A partir da atual LDB Nº 9394/96 e da Lei Nº 9696/98 que regulamentou a profissão de Educação Física, observamos um novo desenho curricular para a área da Educação e uma nova perspectiva para a formação em Educação Física, marcados por um novo fenômeno, o profissionalismo.

Neste sentido, argumenta Espírito Santo (2004) que, em 1997 sob fortes pressões e demandas externas à Universidade (reestruturação produtiva, ajustes estruturais, reforma do Estado), e também, por tensionamentos internos dos Cursos de graduação (insatisfação com o currículo extenso, fragmentado e ultrapassado), a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, através do Edital 04/97, convoca as IES a apresentarem propostas para as novas diretrizes curriculares dos cursos superiores, nas quais fosse materializada a exigência de discussão dessas novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação.

È preciso ser posto que a discussão e subsequente definição das Diretrizes Curriculares Nacionais não nasce sozinha, ela é parte de uma Política Educacional (Avaliação Institucional – PAIUB, Exame Nacional de Curso – Provão, Autonomia Universitária Plena, Programa de Apoio a Núcleo de Excelência, Programa Nacional de Graduação – GED e GID) , capitaneada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que mereceu severas críticas, sobretudo, por que os parâmetros dessas reformas estavam por demais influenciadas pelas agências internacionais comprometidas com o amoldamento dos estados nacionais aos imperativos da ordem internacional hegemônica.

A recomendação básica que deveriam orientar as diretrizes constavam de quatro pontos, quais sejam: perfil desejado do formando, competências e habilidades desejadas, conteúdos obrigatórios e duração dos cursos. Segundo Espírito Santo (2004), a orientação geral para esta construção foi que se pautassem no princípio da flexibilidade na construção dos currículos plenos, privilegiando, desta forma, áreas de conhecimentos em vez de disciplinas.

Espírito Santo (2004) lembra que um dos instrumentos de luta e resistência da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) contra a degradação da profissão do magistério, permitindo a organização e reivindicação de políticas de profissionalização que garantissem a igualdade de condições de formação era a *base comum nacional*. Neste sentido, completa Espírito Santo (2004, p. 14), enfatizando que esta

base permitiria unificar a profissão, ao defender que a docência é a base da formação de todos os profissionais da Educação: “pois permite assumir com radicalidade, ainda hoje, a formulação: formar professor e o especialista educador”.

Visualizar uma base comum nacional na formação profissional em Educação Física não é uma tarefa das mais fáceis, pois esta área do saber, além de estar permeada por várias ciências, possui várias acepções do seu objeto de estudo. A meu juízo, está muito longe de ser construído um consenso nesta área de conhecimento.

Outro elemento que se traduz em obstáculo para se pensar numa bandeira da base comum nacional na formação profissional em Educação Física é o quase inacreditável aumento de mercados – Educação, Lazer, Saúde, Treinamento Corporal e Esportivo e Similares. Se pensarmos nos desafios educacionais presentes nas questões e modificações constantes na política de saúde, do treinamento desportivo, na importância do lazer na vida contemporânea, e mais, quando se pensam estas questões dentro das dimensões de um País como o Brasil, que abarca proporções gigantescas de desigualdades e desafios para a construção de vida digna para todos, verificamos tratar-se de um empreendimento muito difícil, e mais difícil ainda termos que operar tudo isso dentro de um contexto de frágil preparação profissional como é o caso da maioria de nossos cursos.

Neste sentido, temos que admitir que as reflexões e críticas que apareceram nos estudos realizados a partir da década de 1980, as quais apontavam essas contradições e paradoxos na formação do professor de Educação Física, foram fundamentais para estabelecer uma crise de identidade na Educação Física, causando conflitos e novas reflexões sobre o verdadeiro papel desse profissional.

## 2.8 A ARENA DE CONFLITOS

O debate em torno das diretrizes curriculares para o Curso de Educação Física é iniciado em 10 de março de 1998, por meio da Portaria Nº 146 da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), quando é organizada a primeira comissão de especialistas, dando-lhes um mandato de dois anos para que fossem traçadas as referidas diretrizes.

Segundo Espírito Santo (2004), a proposta de formação delineada pela comissão de especialistas, difere da estabelecida pela resolução 03/1987, sobretudo porque retira as duas titulações diferenciadas: licenciatura e bacharelado, com aprofundamento em campos de aplicação profissional, visando atender às diferentes manifestações da cultura de movimento presentes na sociedade, considerando as características regionais de mercado, relacionado ao campo de atuação profissional.

No conjunto, as diretrizes curriculares elaboradas pela primeira comissão de especialistas atribuíam 2880 horas/aulas como carga horária mínima para os curso de Educação Física, sendo que a prática de ensino deveria ter 400 horas/aulas. Esta carga horária deveria ser integralizada em, no mínimo, quatro anos e, no máximo, sete anos, apresentando como principal novidade para a formação em Educação Física a exigência de elaboração de um trabalho de conclusão de Curso. Colado a esta exigência, recomendava que os cursos deviam necessariamente ser estruturados, considerando as atividades de pesquisa e de extensão como mediadoras da formação.

Como podemos perceber, esta proposta apresenta modificações importantes no contexto da formação profissional em Educação Física, e foi aprovada em 08 de maio de 2001, pelo CNE, no conjunto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior.

Todavia, o Conselho Federal de Educação Física solicita uma revisão nas diretrizes Curriculares em Educação Física, elaboradas pela primeira comissão de especialistas e aprovadas pelo CNE, alegando, dentre outros motivos, que fica sem sentido o formato de uma graduação para atender a área formal e não formal, consenso entre os Diretores e apresentada pela comissão de especialistas da SESu/MEC, uma vez, que todas as áreas deverão ter dois cursos específicos, um para licenciatura e outro para o bacharelado.

Neste sentido, uma segunda comissão de especialistas é formada para revisar as diretrizes curriculares em Educação Física, desta feita composta pelo Conselho Nacional de Educação Física e o grupo de Pesquisa da UNICAMP – Preparação Profissional e Mercado de Trabalho em Educação Física, vale dizer que este último não tinha objeção ao Parecer do CNE 009/2001 que aprovou as diretrizes curriculares para Educação Física.

No meio do processo de discussões sobre a formação dos profissionais de Educação Física, onde se lutava pela busca de um conhecimento básico capaz de fundamentar equilibradamente uma formação tão diversa em suas possibilidades de aprofundamento, um

novo ordenado, o Conselho Federal e Regionais criados em 1998 com a Lei nº 9.696/98, surge para conduzir o processo de adaptação dessa área às mudanças no mundo do trabalho.

Segundo Nozaki (2005):

A regulamentação da profissão de Educação Física esteve apoiada em argumentos corporativistas de reserva de mercado, buscando desqualificar, no discurso, a ação dos assim denominados leigos, que, por muitas vezes se tratavam de outros trabalhadores com formação superior – dança, educação artística, música – ou com qualificação referente aos seus próprios códigos formadores – capoeira, ioga, artes marciais e lutas. (p.25-26)

Desde que a lei n. 9.696/98 foi promulgada, (concedendo ao Conselho Federal e Regionais de Educação Física poderes para definição de rumos normativos, legislativos, administrativos e, indiretamente, de formação), a área convive com o campo de contradições, a origem destas contradições existentes se dá pela “[...] total falta de consenso na área, no que diz respeito ao conceito ou ao objeto da educação física.” (NOZAKI, 2004 p. 162), que, se de um lado a obriga participar de inúmeros debates sobre o papel social de educação física, de outro, a fragmenta e sufoca com as restrições estabelecida pelo formato imposto a partir deste novo ordenamento profissional (SADI, 2003).

O Sistema CONFEF/CREF, desde a sua fundação, vêm interferindo na formação do professor de Educação Física, valorizando o eixo não escolar da profissão, reafirmando a divisão “*corpo e mente*”, que foi tão batida e refutada na primeira crise existencial da Educação Física na década de 1980.

A proposta de diretrizes curriculares defendida pelo sistema Conselho Federal de Educação Física e Conselho Regional de Educação Física (COFEF/CREF) tem como princípio a oferta de dois cursos distintos, quais sejam: Bacharelado profissionalizante (formação para atender diferentes postos de trabalho, exceto Educação Física Escolar) e de Licenciatura (formação para atender ao ensino de Educação Física na Educação Básica); essa proposta constava como estratégia a troca de nomenclatura, provavelmente para fugir de um debate antigo da área, atribuindo o nome de Graduado em Educação Física e não Bacharel.

Neste sentido, consideramos que esta proposta contém um grande retrocesso tanto em conteúdo quanto em forma, pois privilegia uma mera ocupação de espaço através do corporativismo em detrimento do engajamento da formação profissional que visualiza a tão reclamada transformação social. Portanto, vê-se logo que a posição assumida pelo CONFEF

é clara e representa um grande atraso a tudo que foi e continua sendo reivindicado em movimentos de defesa da formação do educador.

Apesar das manifestações, questionando o conteúdo da proposta, e também a forma como se deu o processo, desde o seu encaminhamento, a mesma foi aprovada através do Parecer Nº 0138/02 no Conselho Nacional de Educação.

Esta aprovação causou reações que se materializaram em encontros e manifestos por parte de profissionais e entidades, como o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), ratificando posições anteriores e reconhecendo que tal parecer não representava o acúmulo de conhecimento produzido sobre formação de professores, nem mesmo a produção epistemológica acumulada na área de Educação Física, principalmente, o que foi produzido a partir da década de 1990.

Para o CBCE, a nosso juízo, a maior entidade científica da área de Educação Física, Esporte e Lazer, tal parecer traz uma sucessão de equívocos, representando um grande atraso para a área de conhecimento, contribuindo, assim, para a desqualificação profissional no processo de formação acadêmica, principalmente por fragmentar a formação profissional.

Dentre outras avaliações, a proposta de alijramento da formação, a não incorporação da base comum nacional e da política global de formação, a introdução da idéia equivocada da ética pessoal como um princípio da formação profissional em Educação Física, em uma perspectiva funcionalista e individualista, o CBCE entende que, ao instituírem caminhos diferentes para pensar a formação profissional, é necessário refletir o que fundamenta tal formulação.

Dividir a área de conhecimento em função do espaço de atuação profissional parece-nos, um grande equívoco, uma vez que o que deve consolidar a atuação de qualquer profissional é a prática pedagógica que necessita ter uma solidez teórica de qualidade. Nesta direção, o CBCE argumenta que uma formação generalista poderá ocorrer num mesmo curso que congregue os conhecimentos necessários na graduação, referenciados, no padrão unitário de qualidade nacional.

Não foram poucas as mudanças no percurso da formação do professor ao longo da história e, como podemos notar diante dos argumentos iniciais expostos no trabalho, essas mudanças sempre objetivaram uma adequação entre o processo de formação com a reestruturação do sistema.

As reformas educacionais iniciadas na década de 1990, dentre essas, há da formação dos professores devem ser compreendidas como parte das ações implementadas no contexto da reestruturação do Estado brasileiro que, em consonância com os preceitos da chamada “agenda neoliberal” promoveu ajustes, estabeleceu novos marcos regulatórios, mudando substancialmente o campo da educação.

Esta trajetória impactou de forma diversa alguns Estados de nossa Federação, mas temos a intenção de perceber os impactos ocorridos do seio da Educação Física na Bahia.

## CAPÍTULO 3

### FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA BAHIA

Em 1938, foram enviados pelo Estado da Bahia, um conjunto de professores que tinham inclinação para a prática desportiva, e também médicos, para Escola de Educação Física do exército no Rio de Janeiro, que especializavam militares e civis.

Segundo Ferraro (1991), o retorno destes profissionais, devidamente especializados, forneceu ao Estado da Bahia condições de difundir e controlar a Educação Física nos estabelecimentos de ensino, imprimindo uma orientação mais científica à prática da disciplina nas escolas públicas. Neste contexto o Estado decidiu transformar a então inspetoria de Educação Física em Superintendência de Educação Física, tendo como seu primeiro titular o Professor Gilberto Silva.

A Superintendência, objetivando uma maior eficiência no desenvolvimento da Educação Física na Bahia responsabilizou-se, a partir de 1940, em enviar grupos de professores e médicos, já atuantes, porém sem a formação superior em Educação Física, para recém criada Escola de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil (ENEFD). Figuram neste grupo os professores: Manoel Brasil de Freitas, Antônio Manoel de Souza Pinto, Zahurí Sabach Miranda, Odete Franco, Regina Bittencourt de Oliveira, Laurelena Soares Sampaio e os médicos Eduardo Ribeiro Bahiana, Aderbal Pedreira de Freitas e Hamilton Vergne de Abreu. O que motivou esses professores a realizarem o que à época podia ser considerado uma aventura, levando-os, como afirma em seu Depoimento o professor Alcyr Ferraro, da turma de 1947, “uma vida de sacrifício”?

Para responder a esta questão, este capítulo pretende apresentar um panorama dos antecedentes do processo de Formação Profissional em Educação Física na Bahia, procurando mostrar os seus principais protagonistas, as iniciativas em torno da criação do seu primeiro curso de formação, enfim, tudo aquilo que nos possibilite visualizar melhor o seu cotidiano e a sua rotina. Alguns daqueles professores baianos, com seus Depoimentos, ajudarão nessa reconstituição.

### 3.1 ANTECEDENTES

Na Bahia, nos idos de 1938, não havia profissionais graduados em Educação Física. O professor Miranda em seu Depoimento destaca que as atividades relativas à Educação Física na Bahia eram desenvolvidas por profissionais leigos.

Como narra Ferraro (1991), não existindo, então, profissionais com qualificação para a prática sistemática da Educação Física na Bahia, em 1938:

Foram enviados ao Rio de Janeiro, para a Escola de Educação Física do Exército [que especializava militares e civis] alguns professores que tinham inclinação para a prática desportiva... podemos destacar: Gilberto Silva, Ovídio Teixeira e o Médico Humberto Viana Burity. (FERRARO,1991, p.17).

Com a criação da ENEFD, em 1939, e com o mecanismo de bolsas de estudos para os Estados da Federação que ainda não tivessem um processo de formação profissional consolidado em Educação Física, começava-se na Bahia toda uma movimentação para envio de estudantes que posteriormente supririam a carência de profissionais até então existente.

Segundo Ferraro (1991), até o início da década de 1960, na Bahia, falava-se em torno de 90% de profissionais leigos ou credenciados para assumir a profissão em cursos de curta duração.

É importante assinalar que a concessão de bolsas de estudos estava condicionada ao retorno dos profissionais, após o Curso, aos seus Estados de origem, fato este que nem sempre aconteceu, para exercerem a profissão de professor de Educação Física, pois existia o objetivo claro de disseminar focos de Educação Física por todo o País, a partir de um modelo específico de formação, que se pretendia padrão. Esse compromisso era firmado entre a ENEFD e o bolsista em um contrato, cujo texto, segundo o Decreto-Lei nº 4029 de 1940, estabelecia o seguinte:

1- Ao outorgante:

- A) pagar bolsas de estudo;
- B) fornecer ao autorgado passagem de volta ao local de origem logo que tiver concluído o curso e recebido o grau respectivo ou quando, por motivo de saúde devidamente comprovado pelo serviço médico da Escola, não puder prosseguir no curso iniciado.

2- O autorgado se obriga:

- A) a se matricular no Curso Superior de Educação Física da ENEFD;
- B) a cumprir todos os dispositivos legais, regulamentares e regimentais que regem a vida universitária em geral e a ENEFD em particular;
- C) a não tomar parte em atos que perturbem a vida e a disciplina universitária;
- D) a não exercer outra atividade que não aquelas para as quais recebem os benefícios da bolsa de estudo, sendo-lhe assim proibido aceitar empregos ou encargos outros de qualquer natureza e competir, como atleta, fora do âmbito universitário e mesmo dentro deste, quando a diretoria da ENEFD assim o entender;
- E) a concorrer com Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros) mensais da importância da bolsa para a sua manutenção, logo que a ENEFD instale ou contrate uma residência onde fiquem garantidas a boa alimentação e o regime de repouso indispensáveis ao gênero de trabalho que nela se ministra;
- F) a indenizar a Universidade do Brasil da importância correspondente a todas as despesas com ele feitas, no caso de abandonar o curso iniciado;
- G) a exercer pelo prazo mínimo de 03 anos consecutivos, na unidade federativa de onde provém, a profissão de professor de educação física.

Ao que parece, o mecanismo de concessão de bolsas não estava atingindo seus objetivos. Assim, a partir de 1948, o professor e então Diretor da ENEFD, Waldemar Areno, começa a viajar ao Norte e Nordeste do Brasil com as seguintes finalidades: a) seleção dos candidatos às bolsas de estudos (que até então era realizada pelo próprio Estado); b) verificação das condições de trabalho dos ex-alunos bolsistas e da situação da Educação Física local. Dizia Areno (1948):

A observação vem mostrando que os resultados não têm sido satisfatórios no que concerne ao aproveitamento desses bolsistas e ao conseqüente cultivo e difusão da Educação Física nos Estados

Até então, o recrutamento dos candidatos às bolsas era feito sem qualquer seleção, por simples vontade do indivíduo e com a aquiescência da autoridade local do ensino. Não se consideravam as exigências mínimas que um curso desta natureza requer e não se observavam na maioria dos casos as aptidões de cada qual para a especialidade a que se pretendiam. (p.26).

O professor Waldemar Areno continuava dizendo em seu relatório que a seleção de bolsistas deveria ser feita com bastante rigor para evitar casos de inaptidão nos primeiros meses do curso, ou no próprio exame vestibular e até por condições de saúde, resultando numa perda de tempo útil para o indivíduo e despesas de viagens a que era obrigado.

Além disso, o regulamento que norteava as bolsas de estudos, era falho, nem sempre era cumprido, permitindo a burla sem possibilidade de uma punição efetiva. Não havia, no geral, qualquer assinatura de compromisso com o Estado, o que só era feito na Escola; isso fazia com que o aluno, caso se lhe oferecesse a oportunidade, ficasse no Rio, não voltando assim ao Estado que lhe indicara, a fim de prestar seus serviços pelo tempo previsto no regulamento das bolsas.(ARENO, 1948, p.27)

Areno (1948), na sua inspeção, concluiu que, em 1948, o Estado da Bahia contava com 29 indivíduos diplomados pela ENEFD, dos quais apenas 16 exerciam a profissão na Bahia e dois, no Rio de Janeiro.

Em resumo, sentimos que a educação física na Bahia não é bem cultivada, talvez reflexo do desinteresse fomentado pela falta de fiscalização. Não houve aproveitamento de grande parte dos elementos especializados, muito embora sejam ainda em número muito aquém das necessidades do Estado.(p.29)

Este relatório de viagem é concluído com algumas indicações para a Bahia, entre as quais: realização de um curso anual de formação de monitores, destinados a preparar profissionais com noções básicas suficientes para orientar a Educação Física nas cidades do interior. Areno (1948) conclui dando sua impressão da viagem:

Em resumo, essa experiência que a presente viagem nos proporcionou, reforça um ponto de vista que a muito defendemos, da necessidade de se fazer anualmente uma seleção dos candidatos às bolsas de estudos da Escola.

Só assim evitaremos os gastos inúteis com indivíduos agasalhados pelo protecionismo e incapazes em face das exigências dos nossos cursos, indivíduos que serão inabilitados, ou se tornarão profissionais débeis e pouco úteis ao próprio Estado e à Educação Física.(p.42-43)

Cabe destacar que os investimentos feitos em bolsas de estudos que estamos a considerar neste momento não eram tímidos. O estudo de Melo (1996) deixa bastante claro que grande parte da dotação orçamentária da ENEFD era destinada ao pagamento de bolsas de estudos. Para exemplificar, no ano de 1959, de um total de CR\$ 2.323.538,00 foram destinados às bolsas de estudos um total de CR\$ 1.280.000,00, mais de 55% do orçamento da Escola, o que a nosso juízo, evidencia uma preocupação latente de se constituir a prática da

Educação Física vinculada a ideais governamentais, do que a preocupação com a difusão de uma disciplina escolar.

Paralelamente aos esforços do professor Waldemar Areno, na Bahia, cresciam as pressões para mais bolsas para a ENEFD. A Associação de Professores de Educação Física da Bahia (APEFB), fundada em 11 de junho de 1949, formada por professores especializados em Educação Física do Estado da Bahia, visava, segundo Ferraro (1991), não somente a defesa dos interesses da classe, mas uma possível organização e desenvolvimento da Educação Física, recreação e esporte, e neste sentido guardou um papel bastante importante no aumento de número de bolsas de estudo junto a ENEFD.<sup>3</sup>

O professor Alcyr Ferraro (1991), em seu livro *Educação Física na Bahia, memórias de um professor*, conta-nos que, de 1942 até 1958, a Bahia só era contemplada com duas bolsas de estudos por ano, mas quando da sua gestão na Presidência da Associação de Professores de Educação Física da Bahia (APEFB), no biênio 1958-1960, conseguiu, juntamente com a Superintendência de Educação Física da Secretaria de Educação, aumentar o número de bolsas de estudos da ENEFD para cinco bolsas por ano, sendo três bolsas para o curso superior de Educação Física, que tinha como exigência a conclusão do segundo ciclo secundário (clássico ou científico) e duas bolsas para o curso de Educação Física infantil, que exigia a conclusão do antigo curso normal (professor primário).

A APEFB continuaria a trabalhar para captar novas bolsas de estudos para a Bahia e, segundo Ferraro (1991), em 1960, novamente conseguiu mais três bolsas de estudos junto a ENEFD, uma deferência do Diretor da Escola, Waldemar Areno. Assim, a Associação vai contribuindo para suprir a falta de professores especializados, dando oportunidade aos jovens baianos interessados em ingressar na profissão, fazendo o curso superior no Rio de Janeiro. (FERRARO, 1991, p. 51).

Neste sentido, podemos perceber e reconhecer, hoje, que a concessão de bolsas de estudo foi uma estratégia de fundamental importância para permitir o acesso, à Universidade do Brasil, de estudantes que de outra forma dificilmente poderiam fazê-lo, especialmente os do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, que ainda não contavam com um processo de formação profissional que permitisse atender à demanda e, mais, para poder divulgar a Educação Física no Brasil. Como afirma Faria Júnior, a “repercussão nacional (da ENEFD) se deu através dessas pessoas” (apud MELO, 1996).

---

<sup>3</sup> A primeira diretoria da APEFB foi formada por todos ex-alunos da ENEFD (Gilberto Silva – Presidente, Hamilton Heróclides Rocha – Vice-presidente, Manoel Brasil de Freitas – Tesoureiro).

O professor Alcyr Ferraro (1991) acredita que o retorno desses profissionais, já devidamente especializados, produziu sensíveis mudanças no fazer da Educação Física no Estado da Bahia, em geral foram designados para o Colégio da Bahia e Instituto Normal, complementando a sua carga horária nas escolas públicas da capital. Como nos fala o professor Miranda:

Bom, olha, quando nós chegamos aqui, em Salvador, o número de professores formados eram pouquíssimos. Uma orientação do MEC era para que esses professores que vinham da Escola... que as escolas que tivessem professores leigos, fossem demitidos para dar o lugar a gente. Tanto que nós quando chegamos aqui, eu mesmo não tinha tempo para nada, eu gostaria até de fazer o curso de Medicina depois, mas não pude fazer porque eu fui absorvido pela Educação Física. Eu ia para uma escola para dar uma aula somente, eu ia para outra escola para dar aula, somente para suprir justamente, porque o MEC queria moralizar a Educação Física na Bahia. (Depoimento, 1999)

Ferraro (1991) também afirma que o retorno desses profissionais deu grande notoriedade às atividades físicas na Bahia, que culminaram, por exemplo, com a promoção da travessia Mar Grande-Salvador, na criação do Centro de Educação Física na Bahia, na colônia de férias e a luta pela criação de uma Escola Superior de Educação Física.

Porém, é importante pontuar que nem todos os alunos bolsistas baianos que foram estudar na ENEFD retornaram para a Bahia, mesmo com cláusula prevista no contrato de concessão de bolsas obrigando o retorno, mesmo com todas as iniciativas de fiscalização da escola. Este fato leva ao professor Waldemar Areno, então diretor da escola, em 1948, à seguinte conclusão:

É bem verdade, que em grande maioria dos casos, havia desinteresse total das autoridades estaduais pelo assunto e o aluno, indicado pelo Estado, era impelido a tentar a vida profissional fora dele, porque não lhe era oferecida a chance de trabalhar na especialidade. (p. 27)

Curiosamente, o professor Paulo Matta que foi Presidente da Associação Atlética da ENEFD, à época em que a mesma foi protagonista da greve de novembro de 1956 à março de 1957, foi dispensado para desenvolver o seu labor no Estado do Rio de Janeiro.

O professor José Coelho afirma que quando de seu retorno para a Bahia não lhe ofereceram condições de trabalho, e ele precisou contar com sua influência junto ao diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Anísio Teixeira, para continuar recebendo a bolsa de estudos, para fazer o curso de especialização em técnica desportiva na ENEFD. Diz o Professor:

Quando eu voltei..., fui a Secretaria de Educação, a Superintendência criou dificuldades porque ainda era Eduardo Baiana, criou dificuldades dizendo que não tinha ainda vagas, que tinha que aguardar para ver. Ora, se precisava de professor, e eu concursado. Aí fui ao Palácio de Régis Pacheco, inclusive tinha sido meu Médico em Vitória da Conquista... e a pessoa que me recebeu disse “não, isso não é caso de ir ao governador. É um absurdo uma coisa dessa”. Eu disse: “o pior não é, se eu não assumir agora, eu perco a possibilidade de fazer um curso de pós-graduação lá no Rio, se eu assumi, eu estou trabalhando, está muito bem, mas se eu não assumi”... então o que é preciso é dizer que o Estado pode me aproveitar agora... nós conversamos, ele foi lá dentro e voltou com o ofício batido a assinado pelo governador me liberando. (Depoimento, 1999).

O professor Paulo Matta também afirma que os Estados em geral não prepararam as estruturas mínimas para receber a demanda de professores que foram estudar no Rio de Janeiro, e desta forma, davam autorização para aqueles que não tinham onde alocar dentro dos seus quadros a possibilidade de ficar no Rio de Janeiro, ou ir para outras localidades.

O meu caso após o curso eu voltei a Bahia e me apresentei a Secretaria de Educação e fui encaminhado ao governo do Estado, e de lá recebi dele a comunicação que não havia lugar para mim, que eu estava liberado do compromisso. Isso foi feito com alguns e outros puro e simplesmente depois de estarem aqui [RJ] não quiseram voltar e não voltaram mesmo. No meu caso eu ainda tentei, embora já tivesse começado a me encaminhar profissionalmente aqui [RJ], estivesse até num bom momento. Mas eu fiz questão de voltar. (Depoimento, 2000).

O professor Raimundo Coelho comenta que existia uma conformação moral dos alunos bolsistas a prestarem serviço nos Estados por um período mínimo determinado, mas aponta que nem sempre o Governo (Bahia) os recebia:

Os que voltaram, voltaram alguns, vieram prestar serviço aqui [BA], outros que não voltaram porque não encontrou aqui [BA] os governos posteriores... quando voltamos já era o governo de Régis Pacheco, e aí era ainda o superintendente Eduardo Baiana. Ele não se mostrou receptivo em nomear, então alguns foram embora e ficaram lá no Rio porque não conseguiram lugar, queriam voltar, mas não conseguiram lugar... Eu vim por intermédio de apoio político, saiu minha nomeação. Foi em 1958 minha nomeação. (Depoimento, 1999).

O professor José Coelho levanta uma outra questão, que pode explicar também o não retorno de alguns alunos bolsistas:

Porque lá no Rio oferecia melhores vantagens, como posteriormente eu fiz um concurso lá na Prefeitura do Rio e passei em 5º lugar. Lá me davam dezenove mil cruzeiros, dezenove mil cruzeiros naquela época, era um ordenadão. Por sorte minha a prefeitura teve dificuldades financeiras, suspendeu o concurso, não me chamou. (Depoimento, 1999).

### 3.2 PROJETOS DE CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA BAHIA

O professor Alcyr Ferraro (1991) afirma e indica que a primeira iniciativa de sistematização da formação profissional em Educação Física no Estado da Bahia deu-se em 1942, na Interventoria de Landolfo Alves de Almeida, sob inspiração do educador Isaías Alves de Almeida, secretário de Educação e Saúde.

O poder público estadual baiano baixou os atos necessários à criação e instalação de uma Escola Superior de Educação Física, conforme o Decreto Lei 12. 362 de 1º de julho de 1942, publicado no Diário Oficial do Estado em 02 de julho do mesmo ano.

O referido decreto dava providências para o funcionamento da Escola de Educação Física da Bahia e da Colônia Escola e criava os seguintes cursos:

- Curso Superior de Educação Física.
- Curso Normal de Educação Física.
- Curso de Técnica Desportiva.
- Curso de Medicina da Educação Física e dos Desportos.

A referida Escola deveria funcionar no Instituto Normal da Bahia, hoje ICEIA, em prédio recém inaugurado com instalações satisfatórias: piscina, ginásio, pista de atletismo e o material didático necessário ao funcionamento do referido Curso havia sido adquirido. Como forma de materializar a proposta de viabilização da Escola de Educação Física na Bahia, foi enviada ao Rio de Janeiro, para a Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, uma segunda turma de professores, com a clara intenção de se especializarem, estando previsto o aproveitamento de alguns destes professores para compor o quadro docente da referida Escola. Deste grupo faziam parte: Calina de Carvalho, Ney Candeias Soares, Hamilton Heróclides Rocha, Lúcia Marques, Lígia Costa, Jacy Moraes, Agenor Santana e Dival Ramos.

Essas iniciativas tomadas, não foram capazes de sensibilizar o governo posterior, do general Pinto Aleixo, que tinha como secretário de Educação e Saúde o professor Álvaro Augusto da Silva, conforme Ferraro (1991), inexplicavelmente anulou a iniciativa, embora essa fosse relevante pela enorme carência de professores especializados na área. Segundo Ferraro (1991), todo o material didático adquirido foi distribuído entre o Colégio da Bahia, hoje Colégio Central, o Instituto Normal da Bahia, hoje ICEIA.

Não existem registros históricos disponíveis que sinalizem iniciativas da mesma monta, criação de Curso de Educação Física na Bahia, na década de 1950, até o início dos anos 1960. Não se tinha perspectiva de instalação de um Curso de Educação Física para suprir a carência de professores, que segundo Ferraro (1991) dos professores que atuavam, 95% eram considerados leigos, ou credenciados para assumir a profissão com cursos de curta duração.

No mês de dezembro de 1962, através da lei Nº 1838, foi criado na Bahia o Departamento de Educação Física, recreação e esportes (DEFEBEA), órgão responsável pela organização, fiscalização e difusão da Educação Física, Recreação e esporte no Estado da Bahia. Certamente foi através do DEFEBEA que mais uma vez se tentou concretizar o sonho da criação de um Curso Superior de Educação Física na Bahia.

Neste sentido, o debate em torno da criação de uma Escola de Educação Física na Bahia, só é retomado, em 1965, no Governo de Antônio Lomanto Júnior, que através do Departamento de Educação Física, Recreação e Esporte, dirigido por João Alfredo Soares de Quadros, encaminhou uma solicitação ao governador no sentido de criação de uma Escola Superior de Educação Física, por meio do processo 226/65, de 03 de maio de 1965.

Através da Portaria nº 15, de 13 de setembro de 1965, foi designada uma comissão para elaboração de um plano de trabalho que viabilizasse a implantação da referida Escola. O plano foi elaborado e encaminhado para o conselho Estadual de Educação e Cultura que, após exame, baixou a resolução 30/67, criando a Escola de Educação Física da Bahia, homologada pelo então governador.

Todavia, como se reporta Ferraro (1991), a reforma constitucional de 1967, atingindo a Secretaria de Educação e Cultura, impediu a implantação da Escola. Desta forma o Governador do Estado, baixou decreto retirando as providências para sua instalação, não concretizando mais uma vez o intento de se ter uma Escola Superior de Educação Física na Bahia, uma vez que o mandato do referido Governador havia terminado.

O Plano Integral de Educação e Cultura do Estado da Bahia de 1969, no Governo de Luiz Viana Filho fez um diagnóstico do ensino superior na Bahia e aponta possibilidades e necessidades para Cursos Superiores nesse Estado.

Indica o referido Plano no que se refere as atividades físico-desportivas que, em 1967, o Estado da Bahia contava com 354 associações esportivas, congregando na capital 49.088 associados em 51 unidades esportivas e 300 no interior do Estado com 87.736 membros

efetivos. Estes dados além do diagnóstico das condições infra-estruturais, estádio de bom porte, Parque Aquático, Ginásio Coberto, levou-se à conclusão da possibilidade de implantação da Escola Superior de Educação Física nesse Estado, entendendo que a Bahia possuía amplas perspectivas de incremento esportivo/cultural expressas em metas do Governo para este setor.

Toda esta constatação foi suficiente para inclusão nas Metas Quantitativas do referido Plano, da Implantação de uma Escola Superior de Educação Física na Bahia, sediada em Salvador.

Segundo o Plano Integral de Educação e Cultura de 1969, a criação de uma Escola Superior de Educação Física tinha como finalidade formar professores de Educação Física e pessoal técnico especializado, e por assim dizer, esta iniciativa dotaria o Estado de condições de fornecer aos educandos do sistema estadual de ensino a complementação indispensável à sua formação intelectual e técnica, além de difundir o estímulo de competições esportivas, bem como a pesquisa em alto nível sobre seu campo de atuação e ensino.

Estava prevista a sua instalação nas dependências do Estádio Otávio Mangabeira, em Salvador, e existia a estimativa de custos em torno de Ncr\$ 1.000.000,00 para obras de adaptação, material didático e equipamentos.

Esta iniciativa esbarrou na dificuldade de composição de corpo docente na área de ciência da saúde, nunca é demais pontuar que a perspectiva de formação à época, estava diretamente relacionada à perspectiva médica, na busca de um corpo saudável que pudesse ser útil e eficaz para os propósitos ideológicos desta época. Visto essa impossibilidade o Governo estabeleceu como meta instalar quatro Faculdades de Formação de Professores no Interior do Estado: Feira de Santana, Jequié, Alagoinhas e Vitória da Conquista, muitas delas se constituíram como embrião de Universidades Estaduais que foram implantadas no interior da Bahia ficando a Bahia mais uma vez com uma iniciativa abortada em torno da criação e subsequente materialização de um Curso Superior de Educação Física.

Em 1971, a Universidade Federal da Bahia, através da Faculdade de Educação, participa do Programa de Melhoria de Ensino Nacional (PREMEN), do Ministério de Educação e Cultura, e por inexistir uma Escola Superior de Educação Física na Bahia, a comissão Estadual do PREMEN, resolveu enviar os candidatos aprovados na seleção (48) à Escola Superior de Educação Física de Recife.

Os selecionados foram fazer um Curso intensivo de Licenciatura de curta duração, visando ensinar a disciplina Educação Física no Estado da Bahia, sobretudo nos futuros Ginásios Polivalentes, criados em vinte e quatro cidades do interior do Estado (FERRARO, 1991).

Como vimos, a efervescência para a de criação e subsequente materialização de um Curso Superior de Educação Física e mesmo a implantação do primeiro curso de Educação Física na Bahia (1973) se deram em épocas, que em menor ou maior grau, o país vivia em um contexto político no qual os ventos democráticos estavam reprimidos e certamente a perspectiva de formação estava pautada muito longe do entendimento da Educação Física como uma disciplina pedagógica, percebendo o movimento como expressão de cultura, mas, muito mais perto da doutrina da segurança nacional ou do suposto desenvolvimento industrial.

Enfim, devemos perceber que o propósito de disseminar focos de Educação Física por todo o país, vislumbrado pelo decreto-lei nº 4029 de 1940, acabou impactando no processo tanto organizativo, quanto metodológico das primeiras iniciativas em torno da criação do primeiro curso de Educação na Bahia.

### 3.3 O PRIMEIRO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA BAHIA

Para Grunnevaldt (1997) a organização de outros cursos de formação de professores que caminhavam no mesmo padrão estabelecido pela ENEFD, tanto em sua organização curricular como nos métodos adotados, foi provavelmente o meio mais eficaz de moldar a Educação Física brasileira. Souza (1996) mostra uma pequena parcela do alcance espacial e temporal de tal estratégia, em Minas Gerais, quando diz que, em 1953 “por força da lei essa escola estruturou-se nos moldes da ENEFD (...). Desta forma, a EEFMG (Escola de Educação Física de Minas Gerais) oferecia os mesmos cursos ministrados pela ENEFD, com idêntico elenco de disciplinas e orientações metodológicas semelhantes” (p. 75).

Na Bahia não foi diferente. É importante ainda ressaltar que os idealizadores e articuladores para criação do primeiro curso de Educação Física na Bahia, eram hegemonicamente profissionais com formação oriunda da ENEFD. Destaca-se neste elenco, os professores Alcyrr Ferraro, Neuton Miranda, Fernando Chagas e Georgechoama, este

último estudou na Escola de Educação Física do Exército, e que desde que retornaram à Bahia teve como principal meta à criação de uma Escola Superior de Educação Física na Bahia, a fim de qualificar, cerca de 95% de profissionais leigos que haviam no Estado. Tal escola seria a da Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

Importante destacar que até a concretização do Curso Superior de Educação Física da UCSAL, outras instituições foram visitadas para o mesmo intento, como relata o professor Alcyr Ferraro:

[...] então a luta foi muito grande para se criar o Curso de Educação Física. Na Federal não admitiu, nós fomos ao Reitor, através da associação de professores, chamado Lafaiete Ponde na época. Mentalidade assim, tacaña, depois a única solução foi procurar a UCSAL, já que a Federal não tinha condições. (Depoimento, 2000).

Este fato é confirmado também pelo professor Georgeochoama:

[...] o professor Alcyr... envidava esforços junto ao Magnífico reitor da Universidade Federal...para que a escola de Educação Física fosse criada na Universidade Federal, que aliás foi rejeitado de pronto pelo, que não era interesse da Universidade Federal naquele momento de criar. (Depoimento, 2007)

Cabe neste instante ratificar, que o perfil de formação profissional idealizado pela ENEFD, apontava para a formação de um homem e uma mulher, biologizados, influenciados, e preocupados em reproduzir as mais variadas técnicas esportivas, expressão de uma concepção de educação tecnocrata, centralizadora, elitista e competitivista. E, foi através dessa formação que o Estado da Bahia recebeu seus primeiros Professores de Educação Física, devidamente credenciados para exercer a profissão.

É possível supor a existência de preconceitos no que se refere ao entendimento da área, ou mesmo, uma compreensão que um Curso com tais propósitos de formação dispensasse uma formação superior, considerando desnecessária a sua introdução aqui na Bahia no ambiente universitário.

O professor Georgeochoama relata em seu Depoimento que assim que retornou para Bahia, teve a responsabilidade de liderar o processo de criação do primeiro curso superior de Educação Física na Bahia:

[...] nós aqui nos idos de 1968, 1969, 1970, é... eu fui convidado pelo professor Alcyr Ferraro...para ser presidente da Associação dos professores de Educação Física [risos] então, sendo eleito pelos colegas, assumi a presidência da associação, no sentido de criar a Escola de Educação Física e enquanto, concomitantemente montar cursos de aperfeiçoamento, atualização dos professores leigos. (Depoimento, 2007).

A questão da criação de uma Escola Superior de Educação Física na Bahia tornou-se uma meta primordial da Associação dos Professores de Educação Física da Bahia (APEFB), quando da terceira gestão na presidência do professor Alcyr Naidiro Fraga Ferraro, no biênio 1971/1973.

Necessário se faz destacar as palavras do professor Georgechoama para este período:

[...] acabou a minha gestão, e o professor Alcyr não é? Eu passei para ele e digo olha, já que o Governador é Antônio Carlos Magalhães, é o novo governo, eu não sou afinado com esse governo... então eu acho bom você que é uma pessoa mais ligada a esse pessoal, assuma a presidência e desenvolva os procedimentos para que agente possa ter a Escola de Educação Física. (Depoimento, 2007)

Neste sentido a nova gestão da APEFB estabeleceu algumas estratégias, como nos conta o Professor Alcyr Ferraro:

Para tanto, era fundamental mostrar à comunidade e às autoridades constituídas do Estado, através da imprensa falada, escrita e televisionada, a necessidade da criação da Escola de Educação Física. Os 95% dos professores não qualificados, trabalhando nos estabelecimentos de ensino público ou particular, eram o atestado de que aquela situação não poderia continuar. (FERRARO, 1991, p. 69)

Com esta constatação, a APEFB começou a designar membros de uma comissão executiva, para visitar autoridades, visando sensibilizá-los para a criação da Escola de Educação Física. Neste sentido foram feitas visitas ao reitor Lafaiete Pondé, da Universidade Federal da Bahia, mas segundo (FERRARO, 1991) o reitor não mostrou receptividade, nem interesse pela causa, e ao Jornal *A Tarde*, que dava bastante destaque em suas manchetes:

[...] a Escola é uma necessidade, pois em todos Estados da Federação já existe, inclusive Amazonas, Sergipe e outros, para não citar São Paulo, com mais de 10 Escolas, Minas Gerais com 5, Rio Grande do Sul com 3, e assim sucessivamente.

[...] a criação de uma Escola terá reflexo nos ginásios, colégios e Universidades e no próprio esporte, sendo importante para a infra-estrutura dos desportos baianos. (apud FERRARO, 1991, p. 70)

O professor Alcyrr Ferraro (1991) comenta que esta comissão executiva da APEFB também visitou a Câmara Municipal de Salvador. Em seguida, o vereador Ib Matos apresentou um requerimento à mesa diretora solicitando que fosse instalada a Escola de Educação Física da Bahia. Na Assembléia Legislativa também foi encaminhado um requerimento pelo Deputado Newton Macedo Campos, pedindo a instalação da Escola Superior de Educação Física na Capital, assim como em cidades do interior, como Feira de Santana, Vitória da Conquista, Juazeiro, Ilhéus ou Itabuna.

Neste contexto os jornais que circulavam na Bahia continuavam a publicar notícias, como uma forma de pressão.

- MDB quer Escola de Educação Física. (Jornal da Bahia, 18/08/1971).
- Professores manifestam-se pela Escola de Educação Física. (A Tarde, 20/08/1971).
- Educação Física. Por que não temos uma Escola? (Jornal da Bahia, 31/08/1971).
- Escola de Educação Física em funcionamento é meta. (A Tarde, 17/09/1971).
- Educação Física é valor excepcional de um povo. (A tarde, 28/09/1971).
- Escola de Educação Física: A eterna promessa. (A Tarde, 26/09/1971).

Nesta conjuntura, nos conta o professor Alcyrr Ferraro (1991) que ele recebeu um conselho da Professora Leda Jesuíno, Diretora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, no sentido de pensar não na fundação de uma Escola e sim de um curso de licenciatura a ser instituído numa unidade de ensino em uma das Universidades existentes, pois desta forma tornaria mais simples a sua criação por viabilizar o curso dentro de uma estrutura já existente, sem alterar, no fim, os objetivos – formar licenciados em Educação Física.

Demovidos da idéia de criação de uma Escola Superior de Educação Física, os professores Alcyrr Ferraro, Neuton Miranda e Fernando Chagas, todos ex-alunos da ENEFD, procuraram uma forma de sensibilizar o então governador do Estado, Antônio Carlos Magalhães, em uma de suas visitas ao Colégio Estadual da Bahia (Central). Os professores incluíram na programação de uma festividade do colégio uma demonstração de ginástica, com aproximadamente 500 alunos, ocupando, segundo Ferraro (1991), praticamente todo o espaço

físico das instalações desportivas e áreas adjacentes. Após a demonstração a comissão executiva da APEFB com mais três alunos foram solicitar ao governador a instalação de uma Escola de Educação Física, ao que, segundo Ferraro (1991), obtiveram a seguinte resposta: “Escola Superior isolada na Capital eu não crio, instalamos Universidades no interior”. A comissão não recuou e fez-lhe uma contra- proposta no sentido de firmar um convênio com a Universidade Católica do Salvador para principalmente fazer uso das instalações da Vila olímpica. A isso o governador de pronto respondeu: “topo” (FERRARO, 1991).

O jornal *A Tarde*, de 29 de julho de 1972, estampou a seguinte manchete “Educação Física tem Escola na Bahia”. Transcreveremos um pequeno trecho desta notícia:

Na oportunidade, o Governador Dr. Antônio Carlos Magalhães manifestou a disposição do seu governo em prestigiar a juventude universitária em particular, e a toda mocidade da Bahia, em geral, adiantando que, com este convênio, a juventude terá condições de realizar suas atividades, trazendo assim benefícios não só para o Governo, como para a UCSAL e para toda a comunidade baiana. (apud FERRARO, 1991, p.74)

Desse modo, o Estado da Bahia aplicou somas de recursos públicos, tanto em instalações, Vila Olímpica, quanto em material, para viabilizar a materialização do primeiro Curso de Educação Física na Bahia, todavia, em uma instituição privada, UCSAL.

Cabe registrar que segundo (FERRARO, 1991) o reitor da UCSAL, Monsenhor Eugênio Veiga, já havia sido contatado anteriormente, e argumentou não ter condições para instalação de um Curso de Educação Física, pois não dispunha de instalações para o referido Curso. Ao que parece o convênio com o Governo do Estado da Bahia, fez-lhe mudar de idéia.

Neste contexto como forma de atendimento a lei 5.540, a reforma universitária, a UCSAL, através do professor Clóvis Veiga, irmão de Dom Eugênio Veiga, reitor da Instituição, convida o professor Georgeochoama para implantar as atividades de Educação Física e Esporte na Universidade, e a conseqüente inserção destas nos currículos dos cursos de graduação. É possível supor que esta iniciativa pode ter se constituído como o embrião da criação do Curso de Educação Física, como nos fala o referido professor:

[...] eu elaborei um projeto, fiz um arrazoado e no final, no item último eu anotei, portanto, a hipótese de se criar uma escola de Educação Física, considerando, não é? Mercado, considerando que era uma instituição particular... a questão da necessidade de também ter uma escola já que era o único Estado que não tinha uma escola de Educação Física. (Depoimento, 2007)

É possível que tal sinalização tenha sensibilizado o reitor da UCSAL, Dom Eugênio Veiga, que posteriormente articulou reuniões com assessoria jurídica, no sentido de pensar possibilidades de criação de um Curso Superior de Educação Física, e convidou o professor Alcyr Ferraro para se incorporar a Instituição como forma de dar andamento aos processos que culminaria com a criação do Curso de Educação Física na Universidade Católica do Salvador.

Ao que parece este desenrolar de fatos e acontecimentos se deu dentro de um clima de cooperação, como nos revela o professor Georgechoama, ou ser questionado sobre disputas no processo: “[...] não nunca houve. Pelo contrário, era um esforço comum... entendeu? Todos nós estávamos juntos, unidos, obviamente cada um em cada lugar procurando criar a Escola de Educação Física.” (Depoimento, 2007)

A partir de então, segundo Ferraro (1991), todo o grupo viveu seis meses de expectativa da criação efetiva do curso com aprovação no Conselho Universitário e autorização do vestibular. Só em 27 de dezembro de 1972, em reunião do Conselho Universitário, foi aprovado o Curso de Educação Física da Universidade Católica do Salvador, para entrar em funcionamento a partir de 1973. Para ingresso no curso, o candidato deveria prestar o vestibular para a área II (Ciências Biológicas). Classificado, o candidato passaria por uma bateria de testes, com exames clínicos, de laboratórios e biométrico – avaliação da aptidão física, que se consistia de testes de habilidades motoras, teste de Cooper e teste de eficiência natatória.

Segundo (FERRARO, 1991) a imprensa baiana acompanhava de perto a materialização do 1º Curso de Educação Física, o assunto foi manchete nos jornais da época:

- Vestibular do suor para professores de Física, Tribuna da Bahia, 17/02/1973.
- Mulheres fizeram biométrico com torcida, palmas e vaias, Diário de Notícia, 20/02/1973.
- Católica não anunciou ainda os locais e horários das provas – veja como fazer Educação Física, Tribuna da Bahia, 17/01/1973.
- Aptidão Física vai reprovar candidatos, A Tarde, 16/02/1973.
- Faltou gás ontem nos testes: Aptidão Física, A Tarde, 16/02/1973.

O curso em sua implantação não tinha nem mesmo sede própria, desenvolvendo suas atividades em várias localidades, como nos conta Ferraro:

As matérias pedagógicas eram dadas na Faculdade de Educação e no Convento da Lapa, as médicas na Escola de medicina e saúde pública, e as matérias profissionalizantes da Educação Física eram ministradas pelo Departamento de Educação Física da Universidade Católica do Salvador, na Vila olímpica da Bahia, graças ao convênio entre o Governo do Estado e a UCSAL (FERRARO, 1991, p. 79).

No que se refere a coordenação do curso, que por assim dizer, tocaria as questões acadêmicas relativas a estruturação do Curso, especialmente na confecção do currículo, ficou a cargo essencialmente do professor Alcyr Ferraro e outros professores que tiveram formação na ENEFD, destaca-se aí os professores Miranda e Fernando Chagas (BC). Tudo isso em função do professor Manoel Brasil de Freitas, que também estudou na ENEFD, ter declinado da indicação e pelo veto sofrido pelo professor Georgechoama da Diretora da Faculdade de Educação da UCSAL, professora Otávia Veiga ao nome do referido professor para ser coordenador do Curso.

Sem sombra de dúvidas a coordenação do curso de Educação física da UCSAL, procurou guardar uma identidade bastante significativa nas concepções de Educação, Educação Física e formação profissional difundida por muito tempo pela ENEFD, e a isso é possível perceber discordâncias:

[...] ocorre que esse currículo aí, essa grade curricular, foi montada de acordo mesmo com a idéia que se tinha de Educação Física aqui na Bahia. Não era propriamente uma idéia que eu comungasse, mas, de qualquer sorte, é... vinha ao encontro primeiro dos professores existentes, compreendeu? (Depoimento) (GEORGECHOAMA, 2007)

Essa conformação curricular orientou, por assim dizer, a composição do quadro docente inicial do curso de Educação Física da UCSAL, certamente por identidade profissionais e de formação, a grande maioria dos professores da área específica foi composta por egressos da ENEFD, mas outros motivos podem ter norteado estas escolhas.

Os professores José Coelho e Raimundo Coelho, estudaram na ENEFD e tiveram um papel de destaque na área aqui na Bahia, foram diretores do Departamento de Educação Física da Bahia, desconhecem os motivos de não terem sido convidados e talvez, prefere acreditar em outras razões para este fato:

[...] não sei porque cargas d'água, nunca teve contacto conosco, nem nunca nos procurou... quando Georgechoama veio com a idéia de modernizar ou modificar o ensino...Raimundo não aceitou...eu disse ô George, na verdade eu não quero. E ao mesmo tempo quero. Não quero porque pode haver agitação porque eu sou batista. (COELHO, 2000)

O professor Georgeochoama que considera ser também o fundador do Curso de Educação Física da UCSAL, relembra em seu Depoimento alguns nomes que poderiam ter participado do processo de construção do referido curso, mas ressalta desconhecer questões pessoais ou políticas:

[...] professor Esturaro que terminou não sendo professor, a nossa idéia também era que fosse o professo José Coelho que era uma grande liderança, que também não veio a ser professor, professor Rivas Queiroz de Souza, Coronel da Polícia Militar que também não veio a ser professor, Josair Estrela Gonçalves não veio a ser professor. (Depoimento, 2007).

A grade curricular, a carga horária e os créditos apresentamos a seguir:

#### 1º SEMESTRE

##### MASCULINO E FEMININO

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>CRÉDITOS</b>
Anatomia	75	03
Biologia	75	03
Filosofia	60	04
Português	60	03
Biometria	30	02
Estudo dos problemas brasileiros	30	02

#### 2º SEMESTRE

##### MASCULINO E FEMININO

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>CRÉDITOS</b>
Atletismo I	60	02
Ginástica I	60	02
Língua Instrumental	60	02
Teologia	60	03
Fisiologia	45	02
Higiene	30	02

## 3º SEMESTRE

## MASCULINO E FEMININO

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Psicologia	90	05
Estrutura e Funcionamento do ensino de 1º e 2º graus	60	03
Ginástica II	60	02
Atletismo II	60	02
Natação I	60	02
Basquetebol	60	02

## 4º SEMESTRE

## MASCULINO E FEMININO

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Didática	75	04
Ginástica III	60	02
Natação II	60	02
Voleibol	60	02
Rítmica	45	02
Cinesiologia	45	02

## 5º SEMESTRE

## MASCULINO E FEMININO

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Metodologia	60	03
Ginástica Olímpica	60	02
Ginástica IV	45	02
Handebol	45	02
Socorros de urgência	30	02
<b>Futebol</b>	<b>60</b>	<b>02 créditos (Para homens)</b>
<b>Rítmica II</b>	<b>60</b>	<b>02 créditos (Para mulheres)</b>

6º SEMESTRE  
MASCULINO E FEMININO

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Fisiologia do esforço	60	03
Recreação	60	02
Prática de ensino	60	02
Organização da Educação Física e Desporto	30	02
Ginástica de Reabilitação	45	02
<b>Pesos e halteres</b>	<b>45</b>	<b>02 créditos (Para homens)</b>
<b>Rítmica III</b>	<b>60</b>	<b>02 créditos (Para mulheres)</b>

Como podemos perceber na grade apresentada, o curso de Educação Física da UCSAL na sua criação, possuía 36 disciplinas. Também é perceptível a separação entre as disciplinas para homens e para mulheres, mais notadamente nos 5º e 6º semestres, mas ambos eram obrigados a cumprir 36 disciplinas para a conclusão do curso.

Pudemos observar também, que das 36 disciplinas que compunham o currículo da UCSAL na sua fundação, cinco disciplinas organizam seus conteúdos à luz das Ciências Humanas: Filosofia, Estudos dos Problemas Brasileiros, Teologia, Português e Língua Instrumental. Seis disciplinas tratam do conhecimento pedagógico: Prática de Ensino, Metodologia, Organização da Educação Física e do Desporto, Didática, Estrutura e Funcionamento do Ensino do 1º e 2º graus e Psicologia (se seus conteúdos corresponderem aos da Psicologia da Educação, da aprendizagem ou do desenvolvimento; se não, ela é uma disciplina de formação geral). Oito disciplinas organizam seus conteúdos à luz das Ciências Biológicas: Anatomia, Biologia, Biometria, Fisiologia, Higiene, Cinesiologia, Socorros e Urgência e Fisiologia do Esforço, e 17 disciplinas que tratam do desporto: Atletismo I, Atletismo II, Ginástica I, Ginástica II, Ginástica III, Ginástica IV; Ginástica Olímpica, Ginástica de Reabilitação, Natação I, Natação II, Basquetebol, Voleibol, Rítmica, Handebol, Recreação, Futebol ou Rítmica II, Pesos e Alteres ou Rítmica III.

É importante destacar que à época da fundação do curso de Educação Física da UCSAL, em 1973, a influência da ENEFD já era claramente decrescente, não sendo

considerada mais como Escola Padrão. Apesar disso – e de outros fatores, como por exemplo, a Reforma Universitária (1968) que entre outras coisas, modificou a estrutura dos cursos universitários, prevendo currículo mínimo com disciplinas de formação geral – o curso da UCSAL, criado 34 anos após o da ENEFD, não deixou de guardar uma certa identidade no que se refere às suas disciplinas. O que talvez possa diferenciar o curso da UCSAL do da ENEFD no que se refere ao currículo é o predomínio das disciplinas desportivas no curso da UCSAL, o que parece revelar um reforço da concepção de Educação Física centrada na aptidão física, mas notadamente privilegiando os esportes.

Existem registros que dão conta que, em pouco tempo de funcionamento do Curso, começava-se a aparecer alguns questionamentos sobre a perspectiva de formação profissional idealizada pelo referido curso. O professor Georgechoama, em seu Depoimento, nos conta que já no ano de 1975 propôs alterações na estrutura do Curso, inclusive, que acabasse com o exame físico “que era uma bobagem aquilo e tal”, e que se rediscutisse aquela questão de calistenia, método natural austríaco, método desportivo generalizado, que segundo ele, tratava-se de assuntos ultrapassados, e na verdade não eram métodos, eram sistemas de trabalhos nacionais que os países, sobretudo os europeus, desenvolveram em razão das suas necessidades políticas.

Só posteriormente, na década de 1980, sob inspiração teórica do professor Português, Manoel Sérgio, que tinha como matriz de análise a Educação Física como a Ciência da motricidade Humana, se conseguiu fazer algumas alterações, mas que a juízo de muitos não chegou a se constituir numa reformulação curricular, como nos relata o professor Georgechoama:

[...] aí sim, foi implantado esse currículo, não na sua concepção original, foi alterado... aí já foi feita uma colcha de retalho, entendeu?... porque essa coisa de currículo não basta você elaborar teoricamente...se os professores não estão, compreendeu? Envolvidos no processo... o currículo é a mentalidade, compreendeu? do professorado, isso que é currículo (Depoimento, 2007).

O Professor César Leiro, estudou no curso de Educação Física da UCSAL, relata e destaca a participação do movimento estudantil no questionamento da estrutura curricular do Curso e relembra dois personagens desta história:

Na década de 80, é [...] eu acho que importa registrar o movimento é [...] nacional dos estudantes de Educação Física que, na Bahia é [...] protagonizou uma página histórica importante, na medida em que realizou-se aqui em Salvador é [...] o seu

primeiro Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física, e nesse encontro que vale ressaltar a participação direta de dois personagens, é lógico que não são só esses dois, mas esses dois é o que eu destacaria: o professor, hoje professor Ailton Guimarães e o professor Antônio Carlos, conhecido como TV, que a partir daí inclusive se instituiu o [...] de forma mais crítica os Diretórios Acadêmicos, não só da Católica, e conseqüentemente questionou o modo, a organização do trabalho pedagógico na Educação Física na Universidade Católica, portanto eu acho que no início da década de 80 o movimento estudantil, particularmente o D.A. de Educação Física da Universidade Católica cumpriu um papel questionador e importante na formação profissional (Depoimento, 2006).

Certamente o movimento estudantil teve uma participação ativa no questionamento dos rumos da formação profissional que se iniciava na Bahia, através do Curso da UCSAL, procurando outras ações, como afirma Leiro (1999):

Nos porões do estádio da Fonte Nova, onde funcionava a ESEF, buscávamos, timidamente, encaminhar as deliberações dos nossos fóruns, como, por exemplo, a luta por Universidade pública, gratuita, laica, e de qualidade que nos fez sonhar, mesmo no caso da existência de repressão política com irradiações pedagógicas, em um dia ter um curso de Educação Física na Universidade Federal da Bahia. (p.204).

O Curso de Educação Física da UCSAL obteve seu reconhecimento pelo então Conselho Federal de Educação em 23 de junho de 1977.

Na Bahia, como em todo o Brasil, a Educação Física passava a assumir o *esporte* como referência fundamental para o seu planejamento curricular, seja no 1º e 2º graus ou ensino superior. Essa orientação representou, a nosso juízo, a implementação de um projeto educacional caracterizado pelo tecnicismo, pela abolição da reflexão crítica sobre a realidade, o que tornava a Educação Física substancialmente diferente das demais disciplinas escolares, caracterizando-a muito mais como uma atividade do que como uma disciplina escolar.

Neste sentido acreditamos que na Bahia, consubstanciada pela formação profissional que começava a se realizar, procurou obedecer fielmente à Política Nacional de Educação Física e Esportes, definida pela lei 6.251/75, onde preconizava que o trabalho na área de Educação Física no Brasil teria como objetivos centrais a melhoria da aptidão física da população, o grande aumento da participação estudantil e populares em práticas desportivas e o aprimoramento técnico dos desportistas, para assim melhorar o desempenho das representações nacionais em competições internacionais. Esta seria uma forma de contribuir para projetar, no cenário político internacional, a imagem de um Brasil em desenvolvimento.

Como podemos observar, a partir da década de 1970, na Bahia, o esporte se confundia com a Educação Física. Podemos mesmo considerar que quase a totalidade das atividades da

área eram dirigidas para o esporte, e isto pode ter interferido diretamente no fazer da Educação Física escolar, assumindo desta forma a responsabilidade de ser fomentadora de atletas.

Sendo assim, encontramos na perspectiva conferida à Educação Física, e sua relação com a formação profissional disseminada pela ENEFD e chegada até a Bahia através dos seus ex-alunos e principalmente do curso da UCSAL, uma concepção centrada no eixo paradigmático da aptidão física, restrita às atividades desportivas.

## CAPÍTULO 4

### O CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFBA

Só após quinze (15) anos, o Estado da Bahia, um dos principais Estados do Norte e Nordeste do Brasil, conseguiu conquistar um curso público superior em Educação Física, o Curso da UFBA, que, a nossa juízo, nasceu apontando para um modelo diferenciado de formação, talvez influenciado pela unidade de sua instalação, Faculdade de Educação da UFBA, e não em Instituto de Saúde, ou Escola isolada, e neste sentido, acreditamos que o convívio com outras áreas de conhecimento possibilitou um alargamento na perspectiva de formação profissional em Educação Física no Estado da Bahia, conseguindo influenciar os outros cursos que se seguiram, tornando-se referência para a Educação Física baiana, rompendo com paradigmas hegemonicamente conservadores, fincados na Educação Física baiana.

#### 4.1 DA HISTÓRIA CONTADA AO INÍCIO DA HISTÓRIA

Podemos mesmo supor que o Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da UFBA, teve seu embrião no Colégio de Aplicação Reitor Miguel Calmon, onde figurava como professor, por mais de uma década, Alcyr Naidiro Fraga Ferraro.

Para a professora Iracy Picanço, que era assessora da reitoria da UFBA à época, o Colégio de Aplicação tinha uma função estratégica na Instituição, na medida em que fazia a mediação com os Cursos de graduação, sobretudo com as licenciaturas. Todavia, a Reforma Universitária acaba com os colégios de aplicação das Universidades Federais. É bem verdade que muitas Universidades conseguiram, a partir de muitas resistências, a sua permanência, mas lamentavelmente na UFBA o movimento foi diametralmente oposto, como relata Picanço (2006) “com certeza havia um pensamento entre outras pessoas que tinham uma certa presença junto ao reitorado da época que era para acabar e acabou o Colégio de Aplicação da UFBA” (Depoimento, 2006).

Neste sentido, em 1975, o Colégio de Aplicação foi desativado da estrutura organizacional da Universidade Federal da Bahia, e os professores que eram da Universidade, servindo ao Colégio de Aplicação, foram absorvidos pelos seus respectivos departamentos, observando-se a correspondência dos seus cursos. Como ainda não existia curso de Educação Física na UFBA, os professores das disciplinas tiveram outro destino, qual seja; a Superintendência estudantil.

Em 1977, aparece outra demanda referente à Educação Física, Esporte e Lazer para a referida Universidade, implantação da prática desportiva sistematizada para todos os Cursos que pertencessem a Universidade, a fim de cumprir o que determinava o decreto Lei 69.450 de 01 de novembro de 1971, tratava-se da Reforma Universitária, cujo prazo de execução (6 anos) estava para se esgotar.

O entendimento de Picanço (2006) é que na verdade a Educação Física na UFBA surge por força da Reforma Universitária do Governo Militar, e argumenta sobre os propósitos de tal inserção:

[...] aí entra o Conselho Federal, de que era preciso ocupar os meninos e meninas para que eles deixassem de agir politicamente... exposição de ordenar este país que a juventude teve e o movimento universitário com certeza iria para o lado do movimento operário dos intelectuais desse país (Depoimento, 2006).

Nunca é demais lembrar que parte de nossa intelectualidade apoiou o golpe militar de 1964, e, dessa forma, é possível perceber projetos articulados, sobretudo para a área de Educação Física e esportes. As estruturas físicas que hoje encontram-se deterioradas, à época eram atrativas para a prática de atividades no intento de cumprir o idealizado, ou seja, com a prática desportiva afastaria a juventude universitária do debate político e desarticulava os estudantes.

Ao tempo em que foram aprovadas as normas para as práticas desportivas na UFBA, em 16 de agosto de 1977, pela Câmara de Ensino de Graduação, foi criado o Departamento de Educação Física da UFBA, alocado inicialmente na Superintendência estudantil. Segundo Picanço (2006), o Departamento de Educação Física surge na Superintendência estudantil, porque “a Universidade não concebia a Educação Física como uma área de atuação, um campo como a química, a física, a biologia, e sim uma atividade, entendeu?” (Depoimento, 2006).

Outra questão que pode ter motivado a instalação do Departamento de Educação Física na Superintendência Estudantil e não como um departamento no sentido clássico do que propunha a reforma universitária, foi o princípio acadêmico de estruturação dos departamentos, ou seja, a necessidade de estabelecer um elo entre ensino, pesquisa e extensão. Como não se tinha nem projeto de criação de Curso de Educação Física na UFBA e como o alvo era atingir a grande massa de estudantes, certamente a Superintendência estudantil daria a visibilidade requerida para os intentos propostos.

Neste sentido a partir de 1978, todos os Cursos de graduação da UFBA passavam a compor em seus currículos as atividades de Educação Física, de acordo com as normas ratificadas pelo Conselho de Coordenação, quais sejam: a obrigação do aluno cumprir pelo menos três semestres consecutivo ou não, correspondendo a 90 horas curriculares.

Cabia ao recém criado Departamento de Educação Física, difundir, incentivar, planejar, orientar e executar as atividades curriculares e extracurriculares para todos os membros do corpo discente, docente e funcionários.

Segundo Ferraro (1991), as demandas de atividades aumentavam e a Universidade precisou contratar professores colaboradores para o atendimento das mesmas. Neste sentido, por indicação do Chefe do Departamento de Educação Física, Alcyr Ferraro, foram contratados os seguintes professores: Hélio José Bastos Carneiro de Campos, Dival de Fonseca Albergaria, Neusa Tavares de Luna, Agnaldo Germano da Silva, Milton Gesteira Diniz, Sérgio Figueiredo e, posteriormente, José Ney do Nascimento Santos, Orlando José Hage de Santana, Cacilda Silva Souza e Carlos Roberto Colavoque, tendo a reitoria indicado e contratado Euricles Miguel Filho.

Precisamos destacar que a Universidade vivia um momento de grande expansão, e neste contexto cria-se a figura do professor colaborador, algo que deveria ser transitório, acabou não sendo, como afirma Picanço (2006):

algo que seria transitório, mas acabou não sendo esses professores é (...) colaboradores eram contratados pelos Departamentos para o curso de Educação Física e, às vezes, para atividades simplesmente técnicas e outros setores também queriam, a Superintendência Acadêmica, um outro do, da possibilidade porque você era colaborador, não é? De repente, o Ministério da Educação por questões de acompanhamento orçamentário, do programa que credenciou, impõe a Universidade não ter colaboradores, professores colaboradores em órgãos executivos, era o caso de Educação Física, porque a Superintendência desse pessoal, eles todos eram locados lá. Então não podia acontecer isso, era algo que o Ministério começa a dizer não, tropeçou aí o Departamento, inclusive, aí nasce a questão do Departamento de Educação Física, porque locar onde? (Depoimento, 2006).

Importante destacar que a maioria desses professores que foram contratados pela UFBA como professores colaboradores, portanto, sem nenhum tipo de seleção ou concurso, passaram posteriormente a fazer parte do quadro efetivo de docentes da Universidade, e muitos deles foram aproveitados para o curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Universidade Federal da Bahia.

Ferraro (1991) afirma que a condição de provisoriedade do Departamento de Educação Física na Superintendência Estudantil da UFBA não dava para atender as demandas que surgiam dentro da Universidade: torneios, festivais, atividades curriculares e extra-curriculares, dentre outras, e resolve trilhar a possibilidade de sua instalação em uma unidade de ensino.

È possível pensar que antes da procura pela Faculdade de Educação da UFBA, unidade em que o Curso realmente foi instalado, outras unidades de ensino foram visitadas como relata a professora Iracy Picanço:

Quando chega a discussão da Educação Física se diz aonde? No Instituto de Saúde Coletiva, até porque era o único Instituto que não tinha um curso na UFBA ele era só base para Medicina, então pra lá, quando a discussão chega aqui eles não aceitam. Quer dizer, não querem, não querem, já vai mudando de Reitorado, nós já estamos chegando com essa discussão no Reitorado de Germano Tabacoff. (Depoimento, 2006).

O professor Alcyr Ferraro afirma que o debate em torno da Educação Física na UFBA não tinha receptividade. “a Educação Física na Bahia era tido como um vai levando, vai levando... hoje em dia não, a preocupação ta muito grande” (Depoimento, 2006). Ferraro (2006) relembra da negativa recebida pela Diretora da Escola de dança da UFBA: “Não, Dança é Dança, Educação Física é Educação Física”.

A professora Jandira Simões, à época diretora da Faculdade de Educação da UFBA, em seu Depoimento destaca que nenhuma unidade de ensino estava querendo assumir o Departamento de Educação Física e destaca:

you sabe que há um certo preconceito da academia em relação a Educação Física. Então, nós analisamos e achamos que se agente estava defendendo uma educação integral como é que se deixa o corpo de lado? Não podia! Era tipicamente uma área da Faculdade de Educação, então conversamos com Alcir, manifestamos a nossa vontade de acolher o Departamento de Educação Física e eles também estavam soltos porque estavam no Departamento Estudantil, na superintendência estudantil, sem estar localizado em nenhuma unidade acadêmica e eles foram para lá (Depoimento, 2006).

Já a professora Dilza Ata apresenta dois argumentos que justificavam o acolhimento do Curso de Educação Física na FACED:

o meu argumento com Jandira quando ela me consultava eu dizia: “não, a gente tem que lutar para ter isso dentro da Faculdade”. Porque, como é que você deixa alguma coisa que é educação, Educação Física, fora, quando você tem a Faculdade de Educação? Quer dizer, isso aí eu acho que, que tinha. O segundo ganho é que qualquer coisa que ampliasse de alguma maneira a Faculdade de Educação era uma boa coisa, isso era o meu segundo argumento. Nós estamos desde mil novecentos e, eu entrei lá em 1970, mas foi desde 1968 com departamentos com as mesmas pessoas, éramos quatro departamentos depois viramos dois departamentos, com as mesmas pessoas lutando pelas mesmas coisas e com o discurso que está se repetindo todo tempo. A gente precisa aqui de gente nova, gente nova que venha com um conteúdo mesmo, não é gente nova, novos professores das mesmas áreas, a gente está precisando de um conteúdo novo e nada melhor do que o Departamento de Educação Física que viesse para cá discutir com a gente outras coisas, além do que, também são outras pessoas, mas eu falava muito mais nisso: é um novo objeto de estudo, é uma nova coisa. (Depoimento, 2006).

A perspectiva de abrir um departamento de Educação Física na Faculdade de Educação da UFBA gerou toda uma expectativa, mas também um desconforto e porque não dizer resistências. A professora Dilza Ata, vice-diretora à época da Faculdade de Educação relata:

[...] essa resistência se sentia, se sentia bastante. É disso que eu me lembro. Depois, eu me lembro, e inclusive é uma coisa simbólica, eu me lembro da chegada do pessoal e de eles ficarem num espaço pequeno, miudinho, é simbólico, mas tem essa, tem essa linha também né? tem também esse significado. Depois eles foram se organizando e aí um coisa que me parece que foi importante é que alguns daqueles professores começaram a fazer mestrado; é como se de repente eles comessem a ser respeitados, é, academicamente, ta me entendendo? (Depoimento, 2006)

Já Picanço (2006) afirma que no primeiro momento a Faculdade de Educação fica perplexa, pois não assimilava a idéia de dividir seu espaço com uma área que a juízo deles, não tinha teoria pedagógica, mas em função do atendimento de algumas demandas, estabelece na verdade uma barganha:

e a história esta aí, de que nós tivemos na verdade uma efetiva barganha, para a Educação Física vir tem que fechar lá em baixo, abrir salas, fazer não sei o que lá, fazer um pequeno auditório, que esse não dava conta e nós tínhamos uma dificuldade, é melhorar o espaço da Biblioteca, se fizer isso a gente deixa aqui. Nada acadêmico, naquele momento que a Educação Física era ocupação, que não sei o que lá e não valia nada. E isso a gente se via em algumas pessoas, Dilza Ata, a professora Jandira Simões, a professora Ilza Santos, o professor, eu tenho a impressão que Juscelino ainda era vivo, Juscelino Barreto, é (...) Zé Arapiraca, professor Silvestre que esta aí até hoje, Fernandes também essa velha geração que dela só resta eu, foi em como no primeiro momento uma barganha.

[...] então isso deu uma base, esse convívio, mas aí próprio da contradição da história, mesmo quando se constituiu Departamento e aí ele veio para cá e o Reitor constrói as salas de Educação Física lá em baixo, constrói um auditório e faz um, um, algumas coisas dá material e tudo, mas foi tudo na verdade toma lá dá cá. E a Educação Física se instala, e se instala funcionando, [...] (Depoimento, 2006).

O professor César Leiro destaca em seu Depoimento a luta e a participação da Associação dos Professores de Educação Física da Bahia na implantação do Curso de Educação Física da UFBA. Salieta que existiu uma confluência entre a reivindicação dos professores de Educação Física que situava-se naquele momento histórico na APEF, que na sua avaliação tratava-se de um grupo crítico e neste sentido encontrou em professores da UFBA uma ressonância importante na discussão e conseqüente criação do Curso na Universidade Federal da Bahia.

Esta, não é a percepção do Professor Alcyrr Ferraro, que afirma que nem APEF e nem outras entidades participaram do processo de discussão da implantação do Curso de Educação Física da UFBA. O argumento principal era o cumprimento de prazos, indicando que muitas vezes se promove muitas discussões sem, no entanto, chegar a bons termos nas efetivações, citando como exemplo a reformulação curricular do Curso de Educação Física da UFBA, que após muitas discussões ainda não foi viabilizada.

O professor Ivan Novaes presidente da APEF-BA à época, esclarece o nível de participação da entidade na discussão da implantação do Curso de Educação Física da UFBA:

Considero uma participação limitada, porém muito dedicada de poucos professores e estudantes que procuravam acompanhar o movimento de mudanças que vinha ocorrendo no mundo e no Brasil. No âmbito da curso da UFBA, a APEF teve uma participação institucional integrando a comissão de professores da Universidade Federal, de forma a contribuir com a discussão para a implantação do curso. Apesar do empenho da APEF no sentido de a comissão de professores da UFBA incorporar sugestões diferenciadas daquelas que já haviam se consolidado em outras Instituições na Bahia, as sugestões acolhidas foram mínimas e, talvez, possíveis. (Depoimento,2007)

Dessa forma em maio de 1985, inicia-se o processo de transferência do Departamento de Educação Física da Superintendência estudantil para a Faculdade de Educação (FACED), que após justificativas e explicações, em 1986, acolhe o Departamento de Educação Física em sua estrutura, fundando desta feita um novo departamento, o Departamento de Educação Física, ou como ficou notoriamente conhecido, Departamento de Educação III.

Este parece ter sido o passo necessário para a criação de um curso de Educação Física na UFBA, que se constituiria como o primeiro Curso público de Educação Física na Bahia, pois, em março de 1986, a Diretoria da FACED fez publicar a portaria 01/1986, onde constituía uma comissão com função de elaborar um ante-projeto para criação do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física. Faziam parte dessa comissão os seguintes professores: Luis Felipe P. Serpa, Olga Regina Sant'ana, Alcyr Ferraro, Hélio Carneiro de Campos, José Ney Nascimento Santos e Silvestre Ramos Teixeira.

O Professor Hélio Campos em seu Depoimento, reconhece hoje que a experiência do funcionamento do Curso de Educação Física na FACED foi positivo em vários aspectos: “muito aprendido, muita coisa nova, os engajamentos políticos dos professores...”, mas revela ter tido uma posição que era necessário se criar uma Escola de Educação Física na Bahia, sem muito êxito, e estranha que tal proposição, criação de uma Escola de Educação Física na UFBA, esteja ganhando corpo atualmente na referida Instituição.

Ferraro (2006) sinaliza que a receptividade da FACED em torno do acolhimento do Curso de Educação Física parece ter sido estabelecida por relações pessoais:

Porque foi a que tive maior receptividade, já tinha falado com Leda Jesuino, Leda me conhecia e... Leda me conhecia, Leda nessa época já muda para superintendência, já era superintendente acadêmica, mudou o governo pra... mudou a reitoria pra TabaCoff e Jandira tava interessada, ..., então ela tava ligada a Faculdade de Educação, quando o projeto estava pronto, dizem que foi o professor Felipe serpa que fez o projeto da estruturação, foi encaminhado pra Brasília e ela sentiu na obrigação, isso aí teve uma repercussão muito grande, ela sentiu na obrigação de que é difícil na faculdade, na universidade, ela mudar a estrutura de uma coisa, de um curso, então ela viu que o curso de Educação Física, foi aí que eu forcei a barra novamente, ela viu... a estrutura.

Nilza Parente é, que era ligada a faculdade, que era diretora... Tem até muita relação comigo, boa relação. Então com essa mudança ela sentiu na Educação Física, que era preferido jogar Educação Física na nova estrutura e deixar as outras do que não fazer nenhuma porque havia uma reação natural. (Depoimento).

O professor César Leiro (1999) relata que a professora Jandira Simões se sente um pouco mãe do curso e a mesma registra que o clima emergente de rediscussão curricular das licenciaturas da UFBA, que estava sendo liderado pelo competente e compromissado Professor Luis Felipe Serpa, contribuiu para pensar o curso em uma concepção teórica de educação e de escola que se distinguisse de um curso de treinadores de pessoas, entendendo sobretudo, que a escola é um lugar de produção de cultura, de conhecimento, e como tal ela interfere decisivamente na história cultural da sociedade.

O professor Hélio Campos destaca a contribuição da professora Olga Regina na Comissão de elaboração do projeto do Curso de Educação Física, atribuindo a mesma a condição de madrinha do Curso, na medida em que a mesma se responsabilizou pela discussão curricular propriamente dita do Curso.

As palavras de Picanço (2006) sobre a professora Olga Regina nesta comissão são esclarecedoras:

Uma concepção tinha que ficar por trás. E depois eu vi que aquela disposição permanente de [...], professora Olga Regina foi uma daquelas pessoas que eu conheci na Universidade mais sistemática, mais organizada, capaz de, de ouvir e de sistematizar, então eles hoje se propõem a apoiar o grupo na passagem disso daí. Porque você vê, na verdade, ainda naquele momento o que era, o que poderia ser uma, um posicionamento em relação ao campo educativo que está expresso ali na produção científica de Olga né? Que é parte de uma concepção dentro da Faculdade, da Faculdade que é um pensamento dela e é corrente de, [...] de pensamento da Educação.

Paralelamente à elaboração do ante-projeto do Curso de Educação Física da UFBA, em abril de 1986, a reitoria determinava a transferência do Centro de Educação Física e Esporte (até então ligado à Superintendência estudantil) para a FACED, sob a responsabilidade do Departamento de Educação Física.

Hélio Campos aponta a determinação do Professor Alcyr Ferraro na transferência do Centro de Esporte da UFBA para a FACED:

Alcy não abriu mão do Centro de Esportes... discussão dele com o professor João Alfredo lá na superintendência estudantil que João Alfredo também queria ficar com o Centro de Esportes porque o Centro de Esportes pertencia a superintendência estudantil, mas Alcy disse não, eu não vou deixar lá porque quando nós tivermos a nossa Escola de Educação Física nós vamos precisar lá no centro de esportes pra todas as aulas etc etc, então Alcy brigou por isso, conseguiu, e o Centro de Esportes da UFBA era orientado, organizado, administrado pelo Departamento de Educação Física...Quando Iracy Picanço entra na direção da Faculdade de Educação, ela aí começou a mexer com as coisas lá e viu e descobriu que nenhum departamento poderia gerir um órgão como o Centro de Esportes, não era competência do departamento gerir um centro de esportes. E aí, e aí fez lá as discussões etc. e passou o Centro de Esportes para a direção da Faculdade de Educação. (Depoimento, 2006).

Pronto, o anteprojeto ficou sobre a responsabilidade da professora Dilza Atta, Diretora da FACED em exercício, pois a professora Jandira Simões encontrava-se em licença médica, propiciar o debate junto aos demais Departamentos, no sentido de colher sugestões já que, futuramente teriam participação direta no Curso.

Ferraro (2006) sinaliza ter existido vontade política interna da Instituição, para que o Curso viesse a se tornar realidade:

[...] na verdade, porque elas sentiram que onde o reitor queria, a direção queria forçou, o homem que mandava mesmo tava na comissão, que quem mandava quem controlava a faculdade era era Felipão, Felipe, que... e Boaventura também, queira ou não queira Boaventura teve influência, porque ele sempre foi um esportista, envolvido com esporte... então elas sentiram quase na obrigação de abrir a guarda por que se não não saia. (Depoimento, 2006).

Dessa forma o anteprojeto foi aprovado pela congregação e enviado à Câmara de Ensino de Graduação, em 08 de outubro de 1986, a fim de ser criado o Curso de Licenciatura em Educação Física. Segundo Ferraro (1991) tanto o reitor Germano Tabacof, quanto a Diretora da FACED, Jandira Simões, estiveram sempre sensíveis à criação do curso, assim, estiveram bastante empenhados para vê-lo concretizado.

Alcyr Ferraro e Hélio Campos afirmam que o projeto de implantação do Curso de Educação Física da UFBA teve repercussão nacional. Afirmam terem sido convidados para apresentar o projeto em um seminário nacional realizado na Universidade de Campinas (UNICAMP) e a estrutura curricular proposta foi bastante aceita pelo conjunto das Instituições de Ensino Superior envolvidas no debate, e vista como uma feliz surpresa a proposta da Bahia.

Hélio Campos elogia o empenho e até a visão de futuro tida pelo professor Alcyr Ferraro na sua determinação de implantação de um Curso público de Educação Física na Bahia. Alega que nos seus levantamentos à época pouquíssimas Universidades Federais do Brasil não dispunha de um Curso de Educação Física em suas estruturas, e a UFBA teria a oportunidade de abrir novas possibilidades de formação, além de oportunizar o acesso a um conjunto de estudantes que de outra forma dificilmente alcançaria a formação nesta área no Estado da Bahia.

Para Hélio Campos Alcyr Ferraro se constituiu neste processo como um líder, chamando atenção, inclusive para a preparação efetiva para atuação em um ambiente ainda novo para a área, a Faculdade de Educação, ou seja, adentrar um lócus que por essência respira teoria:

Alcy foi esse líder que sempre chamou atenção disso. Aí eu me lembro bem que professor Alcy falou assim: Olha, nós vamos pra Faculdade de Educação, reuniu todos nós lá, reuniu todos nós e: Olha, nós temos que nos preparar né. Porque de

alguma forma nós tínhamos que nos preparar pra entrar na Faculdade de Educação, inclusive com algumas reuniões preparatórias, porque nós não chegamos lá com as malas na mão e entramos não, nós chegamos lá e participamos de reuniões interdepartamentais, reuniões de congregação, colocando nosso projetos lá para que depois então fosse aceitos e foi... tínhamos discussões acaloradas aí, umas discussões de posse. (Depoimento, 2006).

#### 4.2 CONQUISTA HISTÓRICA COM DESENCONTROS PEDAGÓGICOS

O Curso de Educação Física da UFBA foi aprovado por meio do Parecer Nº 425/87 de 16/06/1987, da Câmara de Ensino de Graduação, sendo seu presidente à época o professor José Rogério da Costa Vargens. A indicação era que sua instalação deveria se dar na estrutura da FACED, e, oficialmente, o Colegiado do Curso foi criado em 25 de setembro de 1987.

O Curso de Educação Física da UFBA criado em 1987, ao que parece norteava-se pela resolução federal Nº 69/69, o que o obrigou em seu primeiro ano de funcionamento, em 19 de outubro de 1988, encaminhar à Câmara de Ensino de Graduação uma revisão do currículo do Curso, com o fim de adaptar a proposta do Curso à resolução 03/1987 do Conselho Federal de Educação, uma vez que esta não se encontrava em vigor na época da aprovação do mesmo.

Portanto, as duas referências básicas, do ponto de vista teórico-filosófico, que davam norte ao curso eram: A carta de Belo Horizonte, documento elaborado no Congresso realizado pela Federação Brasileira de Associações de Professores de Educação Física, 1994; e o Seminário sobre Currículo mínimo para a formação de docentes em Educação Física, realizado em 1992. Essas duas referências teóricas nortearam a resolução 03/87, que durante muito tempo orientou os Cursos de licenciatura plena em Educação Física, dando uma direção no sentido de uma proposta de currículo avançada para a época, ou seja, uma corrente progressista na Educação Física. (ESPÍRITO SANTO, 1999).

A partir de então, os saberes anteriormente divididos entre as matérias básicas e profissionalizantes – biológica, gímnico – desportiva e pedagógica, mudam a sua configuração, apresentando outros fundamentos da distribuição dos saberes na estrutura curricular, qual seja: formação geral – humanística e técnica e aprofundamento de conhecimentos. Dentro da perspectiva humanística estavam contemplados os seguintes conhecimentos: filosófico, do ser humano e da sociedade.

A Resolução 03/87 do CFE passou a conferir aos currículos a flexibilidade tão reclamada durante a vigência da resolução do CFE Nº 69/69, transferiu a responsabilidade do CFE para as Instituições de Ensino Superior na elaboração da estrutura curricular, passando a vivenciar uma relação pioneira de formação universitária. Esta resolução também modificou, de forma significativa, a carga horária do curso, passando para 2880 horas-aulas, que deveriam ser cumpridas no prazo mínimo de quatro anos, tanto para o bacharelado, quanto para a licenciatura, dando assim um novo modelo para formação profissional em Educação Física no Brasil.

Neste novo modelo de formação, o currículo mínimo passou a não ser mais concebido como um elenco de disciplinas obrigatórias e, sim, áreas de conhecimentos, que seriam definidas e instituídas por cada Instituição de Ensino Superior de Formação em Educação Física.

Importante pontuar que este modelo de formação (03/87) apresentou conforme Espírito Santo (2004) um diferencial importantíssimo na maneira de conceber a formação profissional da Educação Física, fixando o mínimo de conteúdos e duração a serem observados nos cursos de graduação, rompendo definitivamente, ou melhor, superando em muito o balizamento definido pela antiga legislação (69/69).

Apesar do flagrante avanço da legislação orientadora do Curso de Educação Física da UFBA, combinado sem dúvida, com a concepção avançada e bem intencionada da comissão que esteve responsável pela elaboração do seu projeto pedagógico, devemos reconhecer que não deixamos de cair em armadilhas e contradições da suposta liberdade e autonomia dos novos currículos da área, Espírito Santo (1996) é esclarecedor neste aspecto:

É muito provável que os problemas de ordem epistemológica, apontados nos estudos anteriores, não estejam sendo superados pelas medidas adotadas na atual legislação, e que continuem asseguradas as antinomias, os anacronismos e as contradições, no interior dos cursos, que corroboram para um comprometimento sério na formação profissional. (p.32)

Espírito Santo (1999) argumenta que a grande contradição na sistematização do currículo do Curso de Educação Física da UFBA se dá na medida em que um grupo de professores de Educação Física, oriundos de uma formação acrítica, por conta da própria história das escolas de formação profissional até então desenvolvida, reúnem-se para elaborar a estrutura das disciplinas, o que convencionalmente chama-se de grade curricular e escrever algumas ementas com previsão de carga horária e créditos.

As palavras de Picanço (2006) são esclarecedoras:

[...] na verdade, essa concepção que Olga e Felipe capitaneiam, ela se constitui um fundo depois, por isso essa condição dispersa entre a formulação do elenco de disciplinas e a concepção. Depois de conseguir predominantemente que o curso de Educação Física fosse aceito e se ter a necessidade que não tinha como se aprovar só um, um, um rol de matérias [...]

A própria organização do fluxograma no qual as disciplinas eram divididas em três blocos, quais sejam: a área biológica que trataria do ser humano; as áreas da pedagogia e das ciências humanas que tratariam das questões relativas à sociedade e as disciplinas da área desportiva que seriam responsáveis pelas técnicas, expressa, sem sombra de dúvidas, uma concepção fragmentária de produção do conhecimento, e mais, uma concepção cartesiana e reducionista de currículo, configurando-se, como afirma Espírito Santo (1999) como uma camisa de força na formação, retratando claramente a matriz teórica de Educação Física que orientaram suas formações, na medida que divide o ser humano em corpo e mente, baseado no dualismo axiológico de Platão, referência para as primeiras Escolas de Educação Física no Brasil.

Eis como se apresenta a grade curricular, a carga horária e os créditos:

#### 1º SEMESTRE

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>CRÉDITOS</b>
Anatomia I	60	03
Bases Biológicas do Desenvolvimento Humano	75	04
Introdução à Filosofia	60	03
Rítmica	60	03
Voleibol I	60	03
Introdução a Sociologia	60	04

## 2º SEMESTRE

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>CRÉDITOS</b>
Cinesiologia da Dança I	60	04
Atletismo I	90	04
Dimensão Estética da Educação	90	05
Fisiologia I	60	04
Ginástica	105	05
Sociedade e Educação	90	05

## 3º SEMESTRE

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>CRÉDITOS</b>
Fundamentos Alim. Nutrição	45	03
Fundamentos Psicológicos da Educação	90	04
Educação e Identidade Cultural	60	03
Ginástica Rítmica Desportiva I	60	03
Fisiologia do Exercício	90	04
Basquetebol I	60	03

## 4º SEMESTRE

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>CRÉDITOS</b>
Currículo	60	04
Ginástica Escolar	75	04
Natação I	90	04
Aprendizagem, desen. humano e Educação	90	04
Capoeira I	60	03
Futebol I	60	03

## 5º SEMESTRE

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>CRÉDITOS</b>
Organização Educação brasileira II	60	03
Ginástica Especial	60	03
Handebol I	60	03
Socorros de urgência II	60	03
Recreação I	75	04
Filosofia e Educação	60	04

## 6º SEMESTRE

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>CRÉDITOS</b>
Treinamento Desportivo	105	05
História da Educação Brasileira	60	03
Organização e Adm Desportiva	60	03
Didática I	120	05
Medidas e Avaliação da Educação Física	60	04
Optativa	75	04

## 7º SEMESTRE

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>CRÉDITOS</b>
Seminário I	60	03
Estágio Supervisionado I	180	04
Optativa	75	04
Optativa	75	04

## 8º SEMESTRE

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>CRÉDITOS</b>
Eletiva	60	03
Higiene Educ e Saúde	60	03
Estágio Supervisionado II	120	04

A análise do projeto de implantação do curso de Licenciatura em Educação Física da UFBA, revelou-nos o que Espírito Santos (1996) já afirmara em sua dissertação de Mestrado, revelando a existência de uma desconexão entre o corpo teórico do trabalho com a grade curricular e seu elenco de disciplinas, fazendo supor que um grupo de professores responsabilizou-se em escrever a fundamentação teórica do Curso, perfil profissional desejado, concepção, entre outros aspectos, e um outro grupo, que provavelmente não se atentou para tal fundamentação, propôs um cabedal de disciplinas, que não correspondiam com o profissional que se idealizava formar.

O Depoimento da Professora Jandira Simões (2006) é revelador quanto à estruturação do projeto pedagógico do Curso de Educação Física da UFBA: “...o pessoal do departamento da parte de psicologia, estrutura; esse pessoal trabalhou em função da arrumação dos programas, da colocação dos objetivos; o pessoal da área de didática e o pessoal de Educação Física com a proposta dos conteúdos.”

Além das dificuldades em articular dentro de uma equipe de elaboração do projeto pedagógico de curso concepções tão díspares de educação e de formação profissional, o curso de Educação Física da UFBA surge e permanece por algum tempo com um quadro docente incompleto, e com níveis de qualificação insuficientes, para dar vazão ao tripé de sustentação de um curso universitário, ou seja, além das demandas de ensino, a participação em projetos de extensão e de pesquisa; um teste de aptidão física desnecessário, pois o objetivo precípua de um curso de licenciatura é a formação de professores e não de atletas; as condições gerais das instalações físicas para o ensino eram, e porque não dizer, ainda são deficitárias; a falta de laboratório era e ainda é, sem nenhuma dúvida um impeditivo para o desenvolvimento de atividades de pesquisa no Curso.

Mesmo com tal constatação, percebemos que alguns elementos foram fundamentais para diferenciar em conteúdo e forma o Curso de Educação Física da UFBA do Curso da

UCSAL, quais sejam: primeiro o ambiente no qual este curso se abrigou, a FACED, onde existe uma multiplicidade de profissionais da área de Educação que permitiu ao recém chegado Curso perceber com maior clareza como se dá o fenômeno educativo; o outro ponto foi a resolução federal que este Curso teve que atender, a 03/87, que por assim dizer, mudava completamente a perspectiva de formação de Educação Física, até então preconizada no Brasil e o terceiro aspecto foi o clima que vivia a FACED de rediscussão curricular das licenciaturas, dando ao Curso de Educação Física uma possibilidade de experimentar, mesmo com contradições, esta trajetória.

Ferraro (2006) esteve envolvido diretamente na criação dos Cursos da UCSAL e da UFBA, tendo sido o primeiro dirigente destes, apresenta as diferenças e semelhanças dos mesmos:

Eu acho que sim, são duas filosofias de trabalho, uma, vou dizer assim, uma é a intelectual o outro é o malhador, eu deparava com isso na Católica, e aí vai, agora tal coisa, eles também reformularam, eles melhoraram também de acordo as novas diretrizes. Eram na verdade duas distintas, eu achava que eram duas muito distintas, porque nós ficamos muito ligados quando a Faculdade de Educação da Católica não era essas coisas todas não, ela deixou pra lá, o curso funcionou, ela não via orientação, não, na Faculdade de Educação não, nós tivemos que ser integrado ao departamento. Lá, na Católica, não tinha nada de departamento. Nós fazíamos a nossa atividade, ela indicava os professores da área pedagógica e dizia, fulano vai dar aula ali e vai ficar na aula prática, mas na verdade, então ficou na esperteza. A nossa não, a de cá não, ela foi integrada, o aluno de Educação Física da Federal, por isso o aluno é mais intelectual e é, queira ou não queira, tem mais conhecimento pedagógico do que a Católica, naquela época eram as duas. Agora... (Depoimento, 2006).

O tempo passou. Os estudantes da década de 1990 tornaram-se professores, os professores da década de 1990 tornaram-se mestres e doutores e certamente podemos afirmar sem sustos que, pela conjunção de fatores mencionados, somos obrigados a reconhecer que o Curso de Educação Física da UFBA representou uma conquista histórica para área no Estado da Bahia, modificando o paradigma de formação profissional, ao tentar construir um ensino de Educação Física que pudesse participar da produção da cultura escolar como um tempo e um espaço de conhecer, de provar, de criar e recriar as práticas corporais produzidas pelos homens e mulheres ao longo de sua história cultural.

Espírito Santo faz um balanço dos dez anos de existência do Curso de Educação Física da UFBA, dando as suas impressões:

Apesar de todos esses desencontros pedagógicos dentro do nosso curso, o que percebemos é que os profissionais de Educação Física que têm saído da UFBA, demonstram e os fatos comprovam isso, uma real competência no trato com o conhecimento na área da Educação, e mais, têm sido aprovados pela vida quando se submetem às diversas formas de avaliação, seja no campo estritamente técnico ou quando encontram professores mais avançados que exigem deles um conhecimento mais contextualizado sobre a matéria em questão.

Podemos dizer que, apesar de todas essas dificuldades engendradas pelo processo de criação e implementação do Curso, temos professores que conseguem fazer uma releitura do processo e, por conta disso, avançam a ponto de fazer acontecer 'outro curso dentro do curso', ou seja, produzir coisas novas dentro de um sistema que já demonstra visivelmente o reconhecimento da superação dos seus paradigmas (ESPÍRITO SANTO, 1999, p.180)

Certamente a entrada de alguns professores no Curso, desta feita, a partir de concursos público, mobiliza um clima favorável, no sentido de pensar cientificamente a formação profissional a partir de outros referenciais teóricos que balizavam sobretudo a chamada parte profissionalizante do Curso, estabelecendo, por assim dizer, uma trajetória da Educação Física na UFBA como um campo disciplinar. Este clima foi fundamental para deixar expostas todas as contradições e o reconhecimento de que a ciência é uma construção permanente.

Como produto desse processo, podemos constatar uma série de iniciativas que caracterizam este novo momento da Educação Física baiana; se considerarmos a atuação dos egressos, podemos perceber que um número significativo buscou com aprovação a sua formação continuada na pós-graduação; seja na especialização, mestrado e/ou doutorado. Muitos desses professores encontram-se hoje como docentes de ensino superior, mais notadamente nas Universidades Estaduais que, a partir do final da década de 1990, criaram Cursos de Educação Física, importante notar que todos se submeteram a concursos e seleções públicas; aprovação em massa nos concursos públicos para Educação Básica promovido pelo Estado da Bahia e outros Estados da federação e municípios; ocupação de cargos estratégicos na Secretária de Educação do Estado, coordenação de Educação Física e Esporte Escolar e Diretoria Regional de Educação.

È importante frisar que em que pese a existência de alguns informativos do centro Acadêmico do Curso de Educação Física da UCSAL, é no Curso da UFBA que se inauguram os primeiros veículos de comunicação escritos na área de Educação Física na Bahia com uma maior periodicidade e densidade teórica. Com apoio de alguns professores, mas por iniciativa dos alunos, foi criado e difundido inicialmente o jornal O Sedentário (Helma Mororó, Isabele Pires, Luís Carlos Rocha, Luis Vitor Castro Júnior, Manoel dos santos Gomes, Welington Silva), e posteriormente o jornal Reflexão (César Pimentel, Welington Silva, Manoel dos

Santos Gomes), esses veículos, sem dúvida, serviram de referência para todos os que desejavam ver publicados seus artigos e trabalhos, tornando também um estímulo à produção acadêmica, dando seqüência a muitos trabalhos apresentados em encontros, simpósios e congressos dentro e fora do Estado da Bahia. O outro veículo que temos hoje na Bahia, é a importante Revista Baiana de Educação Física que, apesar de não contar com a chancela da UFBA, tem como seu editor e idealizador o professor do quadro docente do Curso de Educação Física da UFBA, professor Francisco Pitanga.

No campo da pesquisa, é importante destacar que muitos dos egressos do Curso de Educação Física da UFBA dirigiram a maior entidade científica da área da Educação Física, Esporte e Lazer no Brasil, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, com destaque para os professores Welington Araújo, César Pimentel, Kelly Costa, Luís Carlos Rocha e outros. Foi criado o primeiro núcleo de pesquisa na área no Estado, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Física, Esporte e Lazer – NEPEL, que inicialmente realizou pesquisas, as quais encontram-se publicadas em periódicos da própria UFBA, mas posteriormente ampliou o seu campo de atuação na medida em que foi transformada em uma linha de pesquisa no Programa de Pós-graduação em Educação da FACED – UFBA. A Linha de Pesquisa em Educação, Cultura corporal e Lazer, que conta com três grupos de pesquisa vinculados à mesma e mais 02 grupos de pesquisa organizados no âmbito da FACED. Esta atuação no campo da pós-graduação, com a oferta de cursos de especialização, e também oferta de vagas anuais nos cursos de Mestrado e Doutorado em Educação, tem possibilitado aos egressos da UFBA e de outros cursos de Educação Física na Bahia, a sua qualificação acadêmica no próprio Estado.

Pelo convívio com outras áreas do conhecimento, a FACED-UFBA abrigava além do Curso de Educação Física os de ciências e de pedagogia, e a formação de grupos com essa característica, além da tolerância e respeito humano e profissional foram fundamentais para essa trilha da Educação Física na UFBA, sobretudo porque o mercado apontava, como ainda aponta para o individualismo, a auto-suficiência e a competição. Esse convívio possibilitou a mudança do enfoque metodológico desenvolvido pelo Curso, rompendo com modelos tradicionais e assumindo as práticas corporais e esportivas contemporâneas como matriz.

É importante enfatizar que este quadro de mudança de mentalidade na lógica da formação profissional em Educação Física na Bahia coincide com o debate nacional, pois é a partir da década de 1980, que começa a surgir novas tendências para o pensamento científico da área, justificadas tanto pelas idéias inovadoras dos brasileiros doutorados no exterior

quanto pela criação dos primeiros cursos de pós-graduação no país e a pela busca por cursos semelhantes em outras áreas, sobretudo das ciências humanas (DAÓLIO, 1998).

Daólio (1998) faz referência ao contato direto estabelecido entre a educação física e o debate pedagógico do Brasil nessas décadas, como fundamental para construção de objetos de estudo da área numa perspectiva pedagógica, ou seja, esse outro viés abriu novas possibilidades para se pensar a Educação Física, para além dos seus aspectos técnicos, táticos e físicos.

A partir daí surge a perspectiva de conflito atribuída à Educação Física na década de 1980, relacionada com o novo viés que lhe foi conferido nesse período (BRACHT 1996 Apud DAÓLIO, 1998), pois as bases teóricas que sustentavam a área até então eram exclusivamente das ciências biológicas. Então, Daólio (1998) faz essa retrospectiva na história da Educação Física, justificando que os autores dessa geração assumem posições de crítica social contrapondo-se ao modelo tecnicista da lógica capitalista estabelecido para a área.

Outras linhas teóricas começam a surgir a partir desses debates de cunho progressista, constituindo-se em contraponto às propostas metodológicas da Educação Física, de natureza exclusivamente biológica, como ocorria com a hipervalorização do esporte. A construção do pensamento acadêmico na Educação Física se tornava importante não só para constituir uma comunidade científica na área, mas também na delimitação de correntes e tendências, a partir das diferenças existentes em suas bases teóricas, afinal, era necessário acompanhar as mudanças do contexto sócio-político e econômico.

Desse modo, tanto a forma de pensar e construir os currículos nas Universidades, quanto a prática pedagógica de seus professores, contribuem diretamente, sem dúvida alguma, na formação do perfil dos profissionais graduados. É importante destacar que esse caráter dicotômico de formação não é diferente na Educação Física, pelo contrário, parece estar consolidada ainda mais, tendo em vista que a maioria dos cursos de Educação Física no Brasil encontra-se com estrutura curricular de 10 ou 20 anos atrás (BORGES, 1998) e as modificações que ocorrem, quando de fato ocorrem, não são baseadas numa profunda reflexão acerca da formação do profissional.

O Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da UFBA, através da portaria nº 163/96, obteve o seu reconhecimento oficial por parte do Ministério de Educação e Desporto. Diante disso, além de buscar superar questões de ordem curricular, o que aliás é uma demanda sempre emergente do referido curso, em que pesem iniciativas dos mais diversos atores, não

conseguiu ainda materializar esta idéia, buscou atentar para estratégias que assegurassem espaços de convivência e integração para que a vida do Curso não se resumisse ao mero repasse de conhecimentos e técnicas nas salas de aula, na quadra, no campo ou nos laboratórios.

Leiro (1999) destaca que parte destas iniciativas foi, e em certa medida ainda é patrocinada de forma autônoma pelo corpo discente do Curso de Educação Física da UFBA, na medida em que registra a disposição sempre crescente de fazer do Curso um espaço afetivo e efetivo de estudo, assim como o esforço do Diretório Acadêmico em assumir o tênue debate em torno dos Encontros Nacionais e Regionais de estudantes de Educação Física, incorporando ao processo de formação as questões relativas à política, à ética e à estética.

Certamente este perfil de Formação Profissional em Educação Física inaugurado pela UFBA no Estado da Bahia, teve influência nos demais cursos já existentes e mesmo nos que foram criados posteriormente, e considerando a análise de tal trajetória, num sentido muito mais exploratório e não necessariamente conclusivo, abrimos margem para que se aprofundem suas análises por meio de novas investigações. Portanto, sem juízos apressados ou prescrições pedagógicas, mas com a clareza de ter desvendado pontos obscuros e também ter aberto pistas para novas incursões.

## CAPÍTULO 5

### A EXPANSÃO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA BAHIA

O bom vivenciado pela Educação Superior no Brasil a partir de 1996 assemelha-se à corrida pelo ouro. A flexibilização das exigências para a entrada da iniciativa privada, implementada no segundo mandato do governo FHC, com a promulgação da LDBEN, atraiu de tal forma o interesse do mercado que o setor contabiliza taxas na ordem de três dígitos. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o número de instituições privadas no país aumentou em 151,6%, passando de 711 para 1.789, no curto período de 1996 a 2004. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), existem hoje no Brasil cerca de 2.300 instituições entre privadas e públicas. A rede particular representa 89,9% do total, com 2.135 unidades de ensino.

O aumento exponencial dos cursos de graduação mostra a voracidade com que os investidores entraram no setor. Em apenas oito anos, a partir de 1996, a oferta praticamente quadruplicou, saltando de 3.666 para 12.382 cursos. E, como é típico de um crescimento desordenado, no qual o mercado dita as regras, houve um “inchaço” nas graduações que requerem menores investimentos.

Segundo o censo da Educação Superior de 2003, divulgado pelo Ministério da Educação, o número de universitários no país cresceu 11,7% revelando que 52,2% das matrículas concentravam-se em apenas seis opções: Administração, Direito, Pedagogia, Engenharia, Letras e Comunicação. Na apressada conquista do mercado educacional, a iniciativa privada forçou a ancoragem da expansão em poucos cursos, o que causou um desequilíbrio enorme no panorama das vocações profissionais dos jovens brasileiros.

Esta dimensão foi observada na Educação Física baiana, pois só em quatro anos, precisamente a partir do ano 2002, mais do que dobrou a quantidade de Cursos de Educação Física na Bahia, quadruplicando a quantidade de vagas ofertadas. No ano de 2003, o Curso de Educação Física foi responsável por 116.621 matrículas, representando a oitava opção em curso de graduação com maior número de alunos matriculados no Brasil.

Santos (1999) caracteriza este cenário como decorrente do apelo a que o sistema de Educação Superior vem sendo submetido nos últimos tempos, no sentido de promover sua

maior inserção na economia, o que tem causado reducionismos na sua missão do desenvolvimento da pesquisa básica. Esta retração na missão das Universidades, por certo, tem incidido na formação das novas gerações no que se refere à produção e utilização de novos conhecimentos.

De outra parte, o congelamento do número de Cursos de formação para as áreas de artes e humanidades, no momento, indica o atual declínio da importância das formações sociais contemporâneas das dimensões da cultura, da estética, da ética, da política e das subjetividades. Cabe registrar que neste processo de expansão do Ensino Superior, especificamente na Bahia, não foi constatada nenhuma abertura de cursos de artes, estabelecendo desta forma um forte fator de desequilíbrio entre a oferta de oportunidades versus necessidades da sociedade, o que pode configurar, em futuro próximo, um aumento demasiado do contingente de desempregados qualificados em algumas áreas e grandes carências de profissionais em outras.

Todavia, este quadro de precarização da formação acadêmica capitaneado a partir das reformas educacionais do governo FHC, a nosso juízo, não tem impedido o esforço e a dedicação do labor crítico de muitos professores, que, a despeito, muitas vezes, das condições que lhes são oferecidas, vêm se esforçando, dia a dia, quer na Produção Científica, quer na constante busca pela sua qualificação acadêmica.

## 5.1 A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA BAHIA: DESTAQUE AO PAPEL DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS BAIANAS

O processo de Formação Profissional em Educação Física na Bahia vem experimentando, especialmente na última década, grandes transformações, ressaltando os processos de crescimento, de expansão da rede privada e de diversificação das suas instituições e cursos. No que concerne ao crescimento e à oferta dos Cursos, as análises demonstram a concentração do atendimento em determinadas áreas geográficas do Estado, deixando a descoberto regiões com grande abrangência populacional e territorial, como por exemplo, o oeste baiano.

Em que pese o processo de interiorização vivenciado pela Educação Física baiana, verifica-se ainda a concentração da grande maioria do alunado na capital e região

metropolitana, possibilitado, sem dúvida, pela expansão da rede privada de ensino, que hoje representa 71% da oferta dos Cursos de Educação Física no Estado da Bahia.

Em 1989, a Faculdade Montenegro cria o primeiro Curso de Educação Física no interior do Estado da Bahia, na cidade de Ibicarai. Todavia, podemos considerar, em grande medida, que a efetiva expansão e conseqüente interiorização da Formação Profissional em Educação Física na Bahia foi consolidada pelas Universidades Públicas Estaduais. Portanto, em ações que pareciam articuladas, todas as Universidades Estaduais baianas, na sua grade de oferta, mobilizaram-se a partir da segunda metade da década de 1990 para a criação de Cursos de Formação de Professores de Educação Física.

Vê-se, portanto que a dinâmica da criação de Cursos foi intensa, principalmente a partir do ano de 1997, quando é implantado o Curso de Licenciatura Plena em Educação Física na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), no campus da cidade de Jequié e o mesmo curso na Universidade Estadual de Feira de Santana, na cidade de Feira de Santana.

Posteriormente, no ano de 1999, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), cria o Curso de Licenciatura Plena em Educação Física na cidade de Guanambi, e no ano de 2004 expande essa oferta com a criação de mais dois cursos nas cidades de Alagoinhas e Jacobina. Ainda em 2004, a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), após um longo processo de discussão, haja vista a criação do Curso em 15 de agosto de 1998 pelo Conselho Superior da Universidade, também implanta um Curso de Licenciatura Plena em Educação Física, contemplando as cidades de Itabuna e Ilhéus com tal feito.

A criação desses Cursos nas Universidades Estaduais baianas foi resultado de uma longa experiência de debates, de superação de pré-conceitos, mesmo porque isto significava, em algumas Universidades, a retomada de iniciativa de ofertas de novos Cursos Públicos para a sociedade. Portanto, as justificativas para a implantação dos referidos Cursos precisaram de consistência acadêmica e social resultante da ausculta nas comunidades locais.

O professor Samuel Macedo, coordenador das duas comissões que visavam à implantação do Curso de Educação Física na UESC, relata a experiência vivenciada:

Quando pensamos o curso, a ASPLAN fez uma pesquisa e a gente já identificava que a Educação Física estava entre os cursos de alto interesse da comunidade de uma forma geral, porque a pesquisa foi feita na região de abrangência da UESC. Aparecia Psicologia, aparecia Educação Física entre outros. Em 1996, a pesquisa já apontava que, se tivéssemos feito vestibular naquele ano, nós teríamos mais de oito

candidatos por vaga. E isso depois veio se consolidar porque em 2004 teve o primeiro vestibular e nós tivemos vinte e dois candidatos por vaga; no segundo vestibular foram quinze e no terceiro também quinze, então consolidou mais ou menos a previsão da pesquisa. Itabuna é a única cidade que tem 33 anos que tem jogos escolares ininterruptos, eu penso que isso tudo foi criando um imaginário; já tínhamos naquela época mais de duas mil pessoas leigas trabalhando com esporte, educação física, academia, em geral que isso também nós pesquisamos, então porque tinha uma corrente muito forte dentro da Universidade de não deixar acontecer o curso de Educação Física porque existe também uma mentalidade feudal de alguns grupos que achavam a Educação Física desnecessário e inclusive, no dia da reunião do CONSEPE, 15 de agosto de 1998, eu estive presente. Algumas pessoas defendiam que já existia a Faculdade de Educação Física de Ibicaraí, e para que criar outra faculdade de Educação Física se o Curso de Educação Física não era um curso de tanto interesse. (Depoimento, 2006).

A justificativa da criação do Curso de Educação Física na UNEB seguia a mesma lógica de defesa, como relatam Jorge Adilson (Guanambi) e César Leiro (Alagoinhas):

A idéia de criarmos um curso de Educação Física na UNEB, campus de Guanambi, surgiu após identificarmos, por meio de um levantamento feito junto às Diretorias Regionais de Educação (DIREC) de Caetitê, Brumado e Guanambi, um número bastante exíguo de profissionais formados nessa área de conhecimento. Já tínhamos essa percepção, uma vez que os poucos estudantes de EF da região ficavam quase sempre em Salvador. Portanto, um Curso de Graduação nessa área poderia atender não somente às escolas de uma média de 50 municípios da micro-região citada, como também às demandas relacionadas com a atividade física voltadas para a saúde. (Depoimento, 2006).

O curso específico de Educação Física de Alagoinhas, ele surge a partir de uma pesquisa realizada pela própria instituição que buscou saber junto à comunidade de Alagoinhas e as comunidades circunvizinhas, quais os cursos de interesse da comunidade, e [...] a partir dessa [...], dessa pesquisa que buscou dialogar com professorado, setores médicos da cidade da região circunvizinha, foi possível reconhecer, a demanda pelo curso de Educação Física na comunidade. A partir daí então, começa assim uma movimentação no sentido de pensar esse [...], esse curso, estabelecer algumas características e que tipo de perspectiva esse curso, teria. [...] trata-se por tanto de um processo que envolveu muitos anos (Depoimento, 2006).

A carência de profissionais habilitados na região também foi a principal motivação apresentada para a instalação do curso de Educação Física na UESB:

em termos de justificativas do projeto era a não habilitação do profissional da área aqui na região, então isso serviu e muito, eu vejo que meu olhar foi muito mais nesse sentido, o que a gente pode fazer pra trazer um curso superior na área tão carente, não é, é... importante pra...pro município, importante pro Brasil né, diferentemente de outros atores, eu, é que tinha algumas resistências quando a gente comentava do curso de Educação Física pra aqui, havia um...havia um pensamento que podia ta perdendo espaço: Que será que vai dá? E a questão, vai ter emprego? Vai, a gente não faz um curso pra cidade, a gente faz um curso pra um contexto mais amplo (Depoimento) (DÓREA, 2006).

O que motivava a montagem de um curso, a elaboração, a proposta de uma Educação Física, era que aqui na região não tinha professor de Educação Física formado, graduado, a E.F. era feita por leigos, professores leigos, a gente tinha uma grande quantidade de professores leigos, se não me engano naquela época devia ter uns 4 ou 5, no máximo 4 professores graduados de Educação Física. (Depoimento) (BARBOSA, 2006).

É necessário observar que a aceitação e o conseqüente crescimento do número de cursos desta categoria vão ao encontro da importância que vem sendo atribuída aos serviços vinculados à área de cuidados com a saúde, como uma demonstração de uma característica marcante das sociedades contemporâneas, sim, porque a despeito de os Cursos de Educação Física das Universidades Estaduais baianas serem de Licenciatura, com exceção da UNEB, todos os outros estão vinculados a departamentos de saúde.

Partindo-se da análise dos projetos de criação dos cursos de Educação Física das Universidades Estaduais baianas, podemos observar que na UESB, UEFS, UNEB e UESC, todos eles, em maior ou menor medida, assumem a continuidade de um perfil de formação iniciado na Bahia pelo Curso de Educação Física da UFBA. Esse resultado, a nosso juízo, é fruto de uma combinação de fatores, quais sejam: abrigarem-se em uma estrutura pública de ensino, sobretudo em um ambiente universitário; contar com professores (concurados) egressos do Curso da UFBA, o que favoreceu uma orientação parecida com a formação recebida; estarem orientados pela mesma legislação referente à formação Profissional em Educação Física no Brasil, 03\87, e pelas Diretrizes Nacionais; na elaboração dos seus projetos, consultorias dadas por professores do quadro docente da UFBA.

Neste sentido, os projetos de implantação dos Cursos de Educação Física das Universidades Estaduais baianas (UEBA) apresentam configurações curriculares orientadas pela produção acadêmica dos últimos vinte anos da Educação Física brasileira, principalmente na área das ciências humanas, tendo como base de sustentação, as correntes convencionalmente conhecidas como progressistas da Educação e Educação Física nacional.

Portanto, todos estes cursos reivindicam para si a condição de ser crítico, emancipatório e criativo, adotando em certa medida a história como matriz de referência, procurando sintonizar a Educação Física, o esporte e o lazer com as problemáticas significativas de pesquisa e de demandas das comunidades.

Toda essa base teórica que aproxima os Cursos de Educação Física das (UEBA), não foi, nem está sendo capaz de produzir uma unidade curricular. Se tomarmos com exemplo a experiência da UNEB que conta hoje com três cursos de Educação Física, perceberemos a

existência de dois projetos curriculares distintos: um curso reflete a vivência de Guanambi e o outro reflete a vivência de Alagoinhas. De qualquer forma, os Cursos de Educação Física das (UEBA) trouxeram alterações, e por que não dizer, contribuições significativas na configuração dos seus currículos. Todos os Cursos prevêem os primeiros subsídios teórico-metodológicos para a questão da pesquisa a partir dos períodos iniciais, prosseguindo-se até o final da graduação, permitindo, desta forma, aos alunos esboçarem uma atitude mais crítica sobre a realidade da Educação Física.

As propostas curriculares idealizavam o rompimento entre teoria e prática na formação, na medida em que se pensava o estágio como eixo articulador do currículo e não como produto final do Curso. As disciplinas estão dispostas muito mais para a abordagem dos aspectos teórico-metodológicos, expressando teoricamente os sentidos e significados, e não mais só instrumentalização técnica.

Por outro lado, a possibilidade de experienciar novas maneiras de organização curricular deu um grande realce em nossa formação. Como não falar da oficina de aproximação docente prevista no currículo do Curso de Educação Física da UESC, atividade que visa promover um estreitamento nas abordagens das mais variadas disciplinas, ou melhor, dos mais variados eixos temáticos. Como não mencionar os blocos de componentes curriculares como um componente articulador para garantir o processo de interdisciplinaridade na construção do conhecimento, previsto no currículo da UNEB (Alagoinhas), e como não referir que o Curso de Educação Física da UNEB (Alagoinhas) nasce apontando a avaliação como atividade permanente da sua construção.

O Curso da UNEB de Alagoinhas, que é o caçula das (UEBA), assumiu a proposta das novas Diretrizes Nacionais para Educação Física, as Diretrizes para as licenciaturas, e também as experiências de Educação Física da própria UNEB ao lado das experiências de outros Cursos do Estado da Bahia. Neste sentido a UNEB (Alagoinhas) procurou formular uma síntese a partir de outras experiências centrada em quatro universos temáticos:

Universos Temáticos que se constituem desse modo porque toma como referência a proposta de Paulo Freire que reconhece os Universos Temáticos, as experiências significativas, como formas importantes do fazer e do pensar em educação, e a partir daí constituem um Universo Temático de Fundamentos, um Universo Temático de Conhecimento e de Metodologia, um outro Universo Temático das práticas pedagógicas, e um Universo Temático sobre a produção e socialização de conhecimento. Por tanto, centrado nesses quatro Universos Temáticos, e acolhendo os estágios e as práticas é [...] de ensino, transversalmente no seu currículo, incorporando a experiência é [...] da Revista Baiana de Educação Física, do Curso de Especialização e Metodologia do Ensino da Educação Física, ele por tanto chega

com esse aporte e mais do que isso, toma a possibilidade de oficinas como forma de estabelecer um diálogo mais intenso com algumas práticas corporais é [...] que se constituem em práticas históricas e que não poderia num currículo intensivo como esse, ficar de fora dessa experiência. (Depoimento) (LEIRO, 2006).

Os Cursos de Educação Física das UEBA desempenharam e ainda desempenham um importante papel, tanto na interiorização pedagógica da Formação em Educação Física como na formulação e implementação de vários projetos. Vale salientar que as únicas experiências de reformulação curricular propriamente dita em Educação Física na Bahia, deram-se em dois cursos de Educação Física das UEBA, quais sejam: UNEB (Guanambi) e UEFS.

A experiência de oferta de Cursos de pós-graduação (Lato sensu) em Educação Física na Bahia a partir de Universidade pública também foi inaugurada por duas UEBA, quais sejam: UESB e UNEB (Alagoinhas).

Portanto, através da formação de linhas e grupos de pesquisa, sobretudo, após a chegada de vários docentes provindos de cursos de mestrado e doutorado; a atração de vários docentes já devidamente titulados das várias localidades do país; a produção da formação continuada dos seus egressos, alguns dos quais já se tornaram professores efetivos de alguns cursos de Educação Física das UEBA, enquanto outros estão cursando mestrado e doutorado, acontece a mobilização de um conjunto de professores, no sentido de se criar um ambiente favorável para consolidação dos cursos de Educação Física das UEBA. As palavras de Samuel Macedo, referindo-se ao Curso da UESC, bem que podem ser assimiladas por todos os outros cinco cursos que compõe a área nas UEBA:

Nós podemos ter um profissional de Educação Física que vai trabalhar ali no Salobrinho, que é o bairro visinho aqui da UESC, podemos ter um profissional que vai trabalhar num bairro popular de Ilhéus, de Itabuna ou da região, ou que vai trabalhar numa escola da elite seja lá onde for, ou que poderá trabalhar nos Estados Unidos, na Austrália, no Japão e de repente ele pode ir para um lugar dito de “primeiro mundo”. Então, o principal é que a gente consiga dar uma formação a esse profissional que seja consistente para ele fazer uma leitura da realidade onde ele está e a partir dos conhecimentos que ele leva do curso de Educação Física ele possa reconstruir esse conhecimento associado à realidade que ele encontra. Então, isso que é um aspecto que a gente tem muita preocupação, e de mostrar isso nas nossas conversas com os alunos, nas palestras de que eles poderão atuar em qualquer lugar. O que é mais importante é que eles façam uma boa leitura da realidade e que eles escolham as teorias, as teses, os sistemas teóricos, políticos, sociais e possam se comprometer legitimando a ação do profissional que trabalha com movimento humano, com motricidade, com cultura corporal, etc. (Depoimento, 2006)

Não há dúvidas, quanto às imensas responsabilidades sociais e políticas assumidas pelos Cursos de Educação Física das Universidades Estaduais da Bahia, sobre a credibilidade pública que se afirma sobre os mesmos e não há dúvida de que é preciso, repensar os desafios colocados sobre a sua forma de atuação, sobretudo diante dos modelos de formação profissional idealizados, prevendo-se a divisão da formação entre licenciados e graduados, mas sobretudo dentro de um contexto corrente de aligeiramento da formação.

Sem dúvidas, não resta outra alternativa senão, a partir de ações acadêmicas consistentes, cobrar e exigir do seu mantenedor (Governo do Estado) melhores condições de desenvolvimento para, coletivamente, avançar na superação dos grandes desafios colocados, ousando novas possibilidades.

Consideramos que o processo de expansão da formação profissional em Educação Física na Bahia tem recentemente se afirmado a partir das implementações de Cursos pela rede privada de ensino, assumindo as diretrizes curriculares como matriz de elaboração de suas propostas de formação, portanto, redefinindo o processo de formação na área na Bahia e no Brasil.

Longe de tentar fugir desse debate que envolve aspectos como: aligeiramento na formação, divisão da formação em graduação e licenciatura, papel político que esses cursos assumem em sua formação, devemos considerar que este momento não foi objeto desta investigação e que o tempo de implementação de tais cursos talvez ainda seja insuficiente para uma análise mais precisa. No entanto, consideramos que este seja um novo momento, inaugurando, sem dúvida, uma nova história na Educação Física baiana.

## EPÍLOGO

Gostaria de reinteirar que essa pesquisa é fruto de algumas das reflexões que venho nos últimos anos tentando sistematizar acerca dos estudos históricos na Educação Física Brasileira, especificamente na Bahia. Acredito que o desenrolar dessas reflexões foi fundamental para o desenvolvimento deste estudo. Introdutoriamente, foi a partir delas que tracei os parâmetros e pressupostos que iluminaram o seu transcurso.

Neste sentido, destaco a busca de redirecionamento das críticas ao caráter documental-factual dos estudos históricos na Educação Física brasileira; a utilização de fontes de natureza diversa a fonte documental tradicional e a busca de explicações históricas a partir de um caminho original.

Ao tentar escrever uma possível história da Educação Física na Bahia, objetivei fugir de uma visão histórica linear, pautada numa concepção simplista causa-consequência, certamente esta escolha e, por consequência outras renúncias, se deram e se constituíram a partir e sob influência do referencial teórico adotado, a História Nova e a História Cultural.

Este percurso foi fundamental no delinear do problema e no traçar do objetivo de estudo: Identificar o percurso da formação profissional em Educação Física na Bahia, não só a partir de fontes escritas, mas também fazendo uso de depoimento de pessoas ligadas ao seu cotidiano, procurando refletir criticamente sobre essa história e percebendo possíveis contribuições no sentido de repensar a trajetória da formação profissional em Educação Física na Bahia.

Optei por não elencar uma hipótese, procurando traçar um quadro estrutural geral do objeto de estudo. Acredito, entretanto, que o estudo tenha tido um argumento fucral de investigação: A reorientação da Formação Profissional em Educação Física na Bahia, capitaneada pelo curso da UFBA, como consequência de uma conjunção de fatores.

Diante do balanço que fizemos, desde os antecedentes até a criação do Curso de Educação Física da UCSAL, passando pela luta e criação do primeiro Curso público de Educação Física na Bahia, o Curso da UFBA, reorientando o processo de formação profissional na área nesse Estado, a criação e conseqüente interiorização da formação em Educação Física pelas Universidades Estaduais da Bahia, podemos concluir que, para além de

todos os problemas e críticas que se possa fazer ao Curso de Educação Física da UCSAL, notadamente nos seus primeiros anos de atuação, temos a obrigação, hoje, de reconhecer, que ela foi importantíssima no desenrolar da Educação Física baiana. Ela ante várias negativas se permitiu inaugurar o processo de formação em Educação Física na Bahia, possibilitando, dentre outras coisas, a formação de uma grande demanda reprimida no Estado tanto da Capital quanto do interior.

Constatou-se que, até a criação do Curso de Educação Física da UCSAL (1973), todas as outras iniciativas frustradas de criação de Cursos de Educação Física na Bahia deram-se em momentos políticos semelhantes - (1942, 1965, 1969) - o que nos leva a concluir o grande destaque assumido pela área da Educação Física, também na Bahia, nos momentos políticos repressivos da história do Brasil.

Outra curiosidade que no nosso entendimento merece destaque é que somente um curso, dos vinte e quatro existentes, nasce junto com a instituição que o abriga: o Curso de Educação Física da Faculdade Social da Bahia; todos os outros cursos, por interesses diversos, são agregados a estruturas já existentes.

A nossa tese é que o Curso de Educação Física da UFBA, por uma conjunção de fatores, modifica, e porque não dizer, redefine a perspectiva da formação profissional em Educação Física na Bahia.

Com toda a certeza, a Educação Física na Bahia não foi mais a mesma com o modelo de formação profissional assumido e difundido pelo Curso de Educação Física da Universidade Federal da Bahia. Este paradigma de formação, de alguma forma, influenciou os cursos de formação que se seguiram na Bahia: os cursos de Educação Física das Universidades Estaduais da Bahia, e muitos cursos de Instituições privadas de ensino são uma prova cabal desta afirmação.

As palavras de Alcir Ferraro, referindo-se a uma comparação entre os Cursos de Educação Física da UFBA e da UCSAL, demonstram para mim a importância da UFBA no cenário da Educação Física baiana e porque não dizer nacional:

[...] Eu acho que sim, são duas filosofias de trabalho, uma, vou dizer assim, uma é a intelectual o outro é o malhador, eu deparava com isso na Católica, e aí vai, agora tal coisa, eles também reformularam, eles melhoraram também de acordo as novas diretrizes. Eram na verdade duas distintas, eu achava que eram duas muito distintas, porque nós ficamos muito ligados quando a Faculdade de Educação da Católica não era essas coisas todas não, ela deixou pra lá, o curso funcionou, ela não via orientação, não, na Faculdade de Educação não, nós tivemos que ser integrados ao departamento. Lá, na Católica, não tinha nada de

departamento. Nós fazíamos a nossa atividade, ela indicava os professores da área pedagógica e dizia, fulano vai dar aula ali e vai ficar na aula prática, mas na verdade, então ficou na esperteza. A nossa não, a de cá não, ela foi integrada, o aluno de Educação Física da Federal, por isso o aluno é mais intelectual e é, queira ou não queira, tem mais conhecimento pedagógico do que a Católica, naquela época eram as duas. Agora... (Depoimento, 2006).

Os Cursos de Educação Física das Universidades Estaduais baianas (UESB, UEFS, UNEB e UESC), em maior ou menor medida, desenvolvem o modelo de formação capitaneado pelo Curso de Educação Física da UFBA, assumindo um papel político e acadêmica destacável, na medida em que se responsabiliza pela consolidação do processo de interiorização da formação profissional em Educação Física na Bahia.

Avaliamos a necessidade de estudos posteriores ao processo recente de expansão da Formação profissional em Educação Física na Bahia, a partir da implementação de Cursos pela rede privada de ensino, assumindo as diretrizes curriculares como matriz de elaboração de suas propostas de formação, portanto, redefinindo o processo de formação na área no Estado da Bahia e no Brasil.

Acreditamos que muito se tem a fazer e a sistematizar sobre a história da Educação Física na Bahia, e, sob meu olhar, este presente estudo, não encerra nada, ele talvez inaugure uma possibilidade de se fazer outros estudos, que discutam, estas e outras questões em sentidos diversos.

Enfim, poderíamos concluir dizendo que a influência do modelo de formação do Curso de Educação Física da UFBA na reorganização/desenvolvimento da Educação Física baiana foi marcante e está identificada. Agora, se tudo isto está refletido na prática é assunto para outras pesquisas.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **História oral a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- ARENO, Waldemar. **Relatório da viagem ao Norte do Brasil. Arquivo da ENEFD**, Rio de Janeiro. n.4, junho, p.26-43, 1948.
- AZEVEDO, F. **Da Educação Física**. São Paulo: Ed. Melhoramentos.
- BAHIA. Plano Integral de Educação, 1969.
- BARBOSA, R. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, v. 9, t.1, 1942.
- BERCITO, S.D.R. **Ser forte para fazer a nação forte, a educação física no Brasil (1932 - 1945)**. Dissertação de Mestrado em História Social – USP, 1991.
- BETTI, M. **Educação Física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.
- \_\_\_\_\_. Perspectivas na formação profissional. In: MOREIRA, W. W. (org). **Educação física & esportes: perspectivas para o século XXI**. Campinas: Papirus, 1992.
- BORGES, Cecília Maria Ferreira. **O professor de Educação Física e a construção do saber**. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- BORGES, V. P. O que é história. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BRASIL. Constituição Federal de 1937.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Decreto Lei nº 1212**, de 17 de abril de 1939. Rio de Janeiro, 1939.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Decreto Lei nº 8.270**, de 03 de dezembro de 1945. Rio de Janeiro, 1945.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Rio de Janeiro, 1961
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Parecer nº 292**, de 14 de novembro de 1962. Rio de Janeiro, 1962
- BRASIL. Congresso Nacional: **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação: **Parecer nº 672**, de 04 de setembro 1969.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Resolução nº 09**, de 06 de outubro 1969.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Parecer nº 894**, de 14 de novembro de 1969.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Resolução nº 69**, de 02 de dezembro 1969.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Parecer nº 215**, de 11 de março de 1987. Documenta (315), Brasília, 1987.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Resolução nº 03**, de 16 de junho 1987. Diário oficial, (172), Brasília. 1987

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394**, de 17 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Lei nº 9.696**, de 01 de setembro de 1998. Brasília, 1998.

BRASIL. MEC. INEP. SINAES (Sistema Nacional de Avaliação de Ensino Superior). Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2007.

BURKE, Peter (org). **A escrita da história**. São Paulo: UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. **A Escola dos Anales**. São Paulo: UNESP, 1991.

CARVALHO, M. M. C. de. **Molde Nacional e Fôrma Cívica**: Higiene, moral e trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). São Paulo. Tese (Doutorado) – FEUSP, 1986.

CATARINO FILHO, M. R. **Educação Física no Estado Novo**: história e doutrina. Brasília. Dissertação (Mestrado em Educação) - UNB, 1982.

CARR, Edward H. **Que é história**. São Paulo: Paz e terra, 1996.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil**: a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1988.

\_\_\_\_\_. **Política Educacional e Educação Física**. Campinas: Autores Associados, 1998.

CERTEAU. M. **A escrita da história**. Rio de janeiro: Forense Universitária, 2000.

DAÓLIO, Jocimar. **Educação Física Brasileira: Autores e Atores da década de 1980**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

ESPÍRITO SANTO, F. R. **Políticas de Reformulação Curricular e a Formação em Educação Física no Brasil**: uma arena de conflitos. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Currículo e Formação profissional em Educação Física na UFBA**: uma análise na busca de uma nova proposta. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFBA. 1996.

\_\_\_\_\_. 1999. O Curso de Educação Física da UFBA: Da Crítica a formação à formação crítica. In: **Revista da FAGED**, n.2, Universidade Federal da Bahia, 1999.

FARIA JÚNIOR, A. G. Professor de Educação Física, licenciado generalista. In: OLIVEIRA, V. M. (Org.). **Fundamentos Pedagógico da Educação Física**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987.

\_\_\_\_\_. Perspectiva na formação profissional em educação física. In: MOREIRA, W. W. (org). **Educação Física e Esporte: perspectiva para o século XXI**. Campinas: Papirus, 1992.

FERRARO, Alcyr N. **A Educação Física na Bahia: memórias de um professor**. Bahia CEDUFBA, 1991.

FERREIRA, M. G. 1995. Movimento Estudantil de Educação Física: em busca de raízes históricas. Uma breve reflexão. In: **Revista Movimento estudantil: história e perspectiva**. EXNEFF.

FERREIRA NETO, A. (org). **Pesquisa histórica na Educação Física brasileira**. Vitória: CEFD – UFES, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa histórica na Educação Física brasileira**. Vitória: CEFD – UFES, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa histórica na Educação Física brasileira**. Vitória: CEFD – UFES, 1998.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa histórica na Educação Física brasileira**. Vitória: CEFD – UFES, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

GOELLNER, S. V. **O método francês e a educação física brasileira: da caserna à Escola**. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - UFRGS, 1992.

GRUNENVALDT, José Tarcísio. **Escola Nacional de Educação Física e Desporto: o projeto de uma época**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1992.

LEIRO, A. R. C. Educação Física na UFBA Dilemas e Utopias. In: **Revista da FAGED**, n.2 Universidade Federal da Bahia, 1999.

LENHARO, Alcyr. **Sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1996.

LIMA, L.M. **Os militares, o populismo e suas influências na educação física em Goiás**. Goiânia. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFG, 1992.

LIMA, M. A. **O corpo no espaço e no tempo: a educação física no Estado Novo (37-45)**. Dissertação de Mestrado em Educação da FGV, 1980.

MALINA, A.; AZEVEDO, A. C. B. Os significados que emergem da formação do primeiro corpo docente da ENEFD. In: **História oral aplicada à Educação Física brasileira**. Rio de Janeiro: Central, 1998.

MARINHO, Inezil Penna. Contribuição para a história da educação física: Brasil Colônia - Brasil império - Brasil República. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

MELO, V. A. de. **ENEFD: uma possível história**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - UEC, 1996.

\_\_\_\_\_. História oral e história da educação física no Brasil: uma possibilidade necessária. In: **II Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física**. Coletânea. Ponta Grossa, 1996.

\_\_\_\_\_. **História da Educação Física e do Esporte no Brasil: Panoramas e Perspectiva**. São Paulo: IBRASA, 1999.

MUNAKATA, Kazumi. Como ar que se respira. In: **Revista Horizonte**, v.14. São Paulo: Universidade São Francisco, 1986.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. **Educação física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão**. – Niterói: UFF, 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, 2004.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. **Mundo do trabalho, formação de professores e conselho profissional. Formação profissional em Educação Física e mundo do trabalho: Coletânea de textos**, v.1, ano 2005.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. Formação Profissional: primeiras influências. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Florianópolis/SC, 1998.

\_\_\_\_\_. (Org.). **História oral aplicada à Educação Física brasileira**. Rio de Janeiro: Central, 1998.

PAGNI, P. A. História da Educação Física no Brasil: notas para uma avaliação. In: FERREIRA NETO, A.; GOELLNER, S. V.; BRACHT, V. **As Ciências do esporte no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1995.

PIRES, R. G. **A influência da Escola Nacional de Educação Física e Desporto (Rio de Janeiro) no desenvolvimento da Educação Física da Bahia, décadas de 1940 – 1970**. Dissertação (Mestrado em Educação) - PUC-SP, 2001.

PAIVA, F. S. L. **Ciência e poder simbólico: no CBCE**. Vitória: UFES/CEFD, 1994.

PAIVA, V. P. **Educação popular e Educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1983.

SADI, Renato Sampaio. Política do Conselho Federal de Educação Física: limites e perspectivas. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v.24, n.3, p.9-22, maio, 2003.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SCHAFF, A. **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SOARES, C. L. **Educação Física: raízes européia e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1994.

SOUZA, E. S. de. **Meninos, à marcha! Meninas, à sombra**. Campinas. Tese (Doutorado em Educação) - UEC, 1996.

SOUZA NETO, Samuel. A Formação do profissional de Educação Física no Brasil: uma história sob a perspectiva da Legislação Federal no Século XX. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, 2004.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado - história oral**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998.

VIEIRA, Maria do P. de A.; PEIXOTO, Maria do R. da C.; KHOURY, Iara M. A. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Ática 1998.

# APÊNDICES

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

### **UCSAL**

- 1) Fale-me um pouco sobre o processo de formação profissional em Educação Física na Bahia, desde os Cursos Técnicos aos Cursos Superiores.
- 2) Conte um pouco sobre que fatores foram fundamentais para a criação do 1º Curso de Educação Física na Bahia. Por que foi implementado em uma estrutura privada? E os recursos de onde vieram?
- 3) Você tem conhecimento se antes do curso da UCSAL, existiram iniciativas anteriores no sentido da implementação de outro curso, seja na estrutura pública ou privada?
- 4) Tente descrever o ambiente universitário da época de implementação do curso da UCSAL.
- 5) Fale-me um pouco sobre o contexto político da época.
- 6) Fale-me sobre o curso da UCSAL no que se refere ao seu currículo. Existem atividades complementares? Já foi realizada alguma reformulação curricular?
- 7) Aponte as principais lideranças que contribuíram para a consolidação e funcionamento do curso da UCSAL.
- 8) Qual a orientação teórica seguida pelo curso?

**QUESTIONÁRIO PARA OS DEMAIS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA BAHIA**

- 1) Em linhas gerais, fale-me um pouco sobre o processo de implementação do curso de Educação Física nesta Universidade. Antecedentes e Criação.
- 2) Quais foram as principais influências e as principais lideranças no processo de implementação do Curso?
- 3) Sob que objetivos foi idealizado? Quais as expectativas?
- 4) A que demandas procurava atender?, ou seja, a quem estava dirigido?
- 5) Comente um pouco sobre os projetos de Educação Física, esporte e lazer propostos e implementados pelos poderes públicos.
- 6) Existe alguma forma de articulação entre o curso e os Projetos de Políticas Públicas de Educação Física, esporte e lazer?
- 7) Fale-me sobre o contexto político da época de implantação do Curso?
- 8) Sob que legislação referente a formação profissional em educação Física foi criado?
- 9) Fale-me um pouco sobre o Currículo do Curso. Já sofreu alguma alteração?
- 10) Qual o referencial teórico metodológico utilizado pelo curso?
- 11) Em que unidade ou departamento está localizado o Curso? De acordo com o perfil de formação desejado, isto facilita ou dificulta?
- 12) O Curso possui um Projeto político pedagógico? Consegue seguir o mesmo?

**ANEXOS**

# *ANEXO 1*

## *Entrevistas*



*ANEXO 2*  
*Acervo Documental*

$$121 + 33 = 154$$

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)